



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - UFPI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
MESTRADO ACADÊMICO EM LETRAS

ANDREANA CARVALHO DE BARROS ARAÚJO

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DE UM VERBO PREFIXADO: UMA ANÁLISE
ENUNCIATIVA DO VERBO *DESCOBRIR*

TERESINA
2016

ANDREANA CARVALHO DE BARROS ARAÚJO

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DE UM VERBO PREFIXADO: UMA ANÁLISE
ENUNCIATIVA DO VERBO *DESCOBRIR*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a orientação da Professora Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima, como requisito para obtenção de título de Mestre em Letras (Área de concentração – Estudos de Linguagem)

TERESINA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras Serviço de
Processamento Técnico

- A663e Araújo, Andreana Carvalho de Barros.
A construção de sentido de um verbo prefixado: uma análise enunciativa do verbo *descobrir* / Andreana Carvalho de Barros Araújo. – 2016.
109 f.
- Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2016.
Orientação: Profa. Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima.
1. Operações Predicativas e Enunciativas - Teoria (TOPE).
 2. Construção de Sentido. 3. Verbo Prefixado. I. Título.

CDD 469.5

ANDREANA CARVALHO DE BARROS ARAUJO

A CONSTRUÇÃO DE SENTIDO DE UM VERBO PREFIXADO: UMA ANÁLISE
ENUNCIATIVA DO VERBO *DESCOBRIR*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (UFPI), sob a orientação da Professora Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima, como requisito para obtenção de título de Mestre em Letras (Área de concentração – Estudos de Linguagem).

Aprovado em ____ de _____ de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Maria Auxiliadora Ferreira Lima - UFPI

Presidente

Prof^a. Dra Helena Virgínia Topa Valentim – Universidade Nova de Lisboa

2º Examinador

Prof. Dr. Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos - UFPI

3º Examinador

Para a minha filha, pois ela tem sido a grande motivação da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, o doador da vida. A Ele devo tudo e sei que cheguei aqui por que ele permitiu.

À família, pelo apoio incondicional, compreensão, dedicação e torcida.

A minha orientadora, prof^a Maria Auxiliadora, pela compreensão e por, acima de tudo, me fazer pensar, descobrir as coisas e, assim, desenvolver-me.

Aos amigos, pela torcida e pelo incentivo.

Ao Mestrado em Letras. Aos professores do MEL que de alguma contribuíram para o meu desenvolvimento acadêmico. Aos professores Wellington e Marcelo, pelas contribuições na minha qualificação. À prof^a. Márcia Romero pela atenção e pelas preciosas dicas. À professora Helena pela disposição em colaborar com este trabalho. Em especial, à professora Catarina, pois foi a primeira grande incentivadora desse sonho. Mas também aos amigos do mestrado em Letras por compartilharmos momentos especiais.

À amiga Lidiany dos Santos, pelo grande apoio. Você foi figura imprescindível para que eu seguisse esse caminho.

Aos colegas de trabalho que são antes de tudo, parceiros de uma vida. Principalmente, a minha grande amiga, Maria do Socorro Couto, por ter facilitado e influenciado de maneira tão positiva minha vida.

Muito obrigada!

"A partir do momento em que o homem se serve da linguagem para estabelecer uma relação viva consigo mesmo ou com seus semelhantes, a linguagem não é mais um instrumento, não é mais um meio, ela é uma manifestação, uma revelação do ser íntimo e do elo psíquico que nos une ao mundo e aos nossos semelhantes. Por mais que a linguagem do doente revele muito saber, por mais que seja utilizável para determinadas atividades, ela carece totalmente dessa produtividade que forma a essência mais profunda do homem, e que talvez não se revele com tanta evidência em nenhuma criação da civilização quanto na criação da própria linguagem." *Maurice Merleau-Ponty*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - O complementar de A, é o que não é A..... pág.
31

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

TOPE Teoria das Operações Predicativas Enunciativas

ε épsilon (orientador)

I interior

E exterior

F fronteira

P propriedade

E1 estado inicial

E2 estado final

A1 argumento 1 (sujeito)

A2 argumento 2 (complemento)

R elemento relator

<r> relação predicativa

Sit situação de enunciação

ARAUJO, Andreana Carvalho de Barros. **A construção de sentido de um verbo prefixado: uma análise enunciativa do verbo *descobrir***. (Dissertação de Mestrado em Letras). Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina (PI), 2016.

RESUMO

As unidades lexicais da língua não são portadoras de um sentido próprio preestabelecido. Este é construído no e pelo enunciado, resultante de interações que a unidade estabelece nas relações textuais, a partir da integração entre cotexto e contexto. Tendo em vista esses aspectos, este trabalho tem como objetivo investigar o processo de construção de sentido do verbo prefixado *descobrir* na diversidade de suas ocorrências. Para embasar tal pesquisa, adotamos a Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (TOPE), tomando como referência, dentre outros, Culioli (1990, 1999, 2010), De Vogüé, Franckel e Paillard (2011) e Paillard (2004; 2007), este que trata dos verbos prefixados. As análises foram realizadas em duas etapas, na primeira, trabalhamos o verbo *cobrir*, para então, começarmos a entender o funcionamento do verbo prefixado e, na segunda, somente o verbo *descobrir*. Para este primeiro momento, selecionamos enunciados a partir dos exemplos de acepções de um dicionário geral, Houaiss (2003), visto que precisamos entender o funcionamento da unidade *cobrir* para poder proceder as análises com a unidade *descobrir*. Para o segundo momento das análises, foram selecionadas cem (100) ocorrências, como base para a seleção do *corpus*, dentre as quais, foram utilizadas vinte (20) ocorrências, retiradas de livros da literatura contemporânea e atual que fazem grande sucesso entre os jovens, com data a partir de 2010, além de enunciados recolhidos do *google*. A escolha por esse tipo de literatura se deve ao fato de buscarmos uma linguagem mais descontraída e usual, possibilitando mais diversidade. O estudo foi realizado de modo a compreender como se dá a ocorrência do prefixo *des-* no verbo *descobrir*, destacando quais as possibilidades dessa ocorrência e os fatores que contribuem para a construção de sentido dessa unidade considerada complexa. Observamos que, de acordo com a TOPE, o tratamento dado a um verbo prefixado deve ser diferenciado, não se restringindo apenas a uma simples junção de um prefixo a uma base na qual o prefixo traz uma significação e altera o sentido da base. Como resultado dessa pesquisa, pudemos constatar que o verbo prefixado *descobrir* tem características peculiares que não se restringem, em termos de contraste, ao sentido de *cobrir* e nem tampouco representa somente uma oposição a *cobrir*. As ocorrências apontam para uma noção específica de *descobrir*, aquela de valor material, que diz respeito a retirar o que esconde um encobre um determinado elemento e que faz oposição a *cobrir*. As outras ocorrências resultaram em seis sinônimos locais de valores abstratos que foram: *encontrar*, *perceber*, *tomar conhecimento*, *identificar*, *desvendar* e *conhecer*. Ao que parece, nestes casos, o prefixo não pode mais ser identificado e a unidade assume características de uma palavra primitiva com identidade própria. No entanto, percebemos que a unidade *cobrir* continua a se atualizar no espaço do prefixo *des-*.

Palavras-chave: TOPE; construção de sentido; verbo prefixado.

ARAUJO, Andreana Carvalho de Barros. **La construction de sens d'un verbe préfixé: une analyse énonciative du verbe découvrir.** (Dissertation de Master en science du langage). Universidade Federal do Piauí – UFPI, Teresina (PI), 2016.

RÉSUMÉ

Les unités lexicales de la langue ne sont pas porteurs d'un sens propre préétabli. Ceci est construit dans et pour l'énoncé qui résulte d'interréactions que l'unité établit aux relations textuelles, à partir de l'intégration entre co-texte et contexte. Compte tenu de ces aspects, le présent travail vise à étudier le processus de construction du sens vers le verbe préfixé, *découvrir* dans la diversité de ses occurrences. Pour soutenir cette recherche, nous avons adopté la Théorie des Opérations Prédicatives et Énonciatives (TOPE), en référence, entre autres, Culioli (1990, 1999, 2010), De Vogüé, Franckel et Paillard (2011) et Paillard (2004, 2007) ce qui traite des verbes préfixés. Les analyses ont été effectuées en deux étapes, dans la première, nous avons travaillé le verbe couvrir, puis commencé à comprendre le fonctionnement du verbe préfixé et, dans la seconde, seulement le verbe découvrir. Pour cette première étape, nous avons sélectionné des énoncés d'un dictionnaire général, Houaiss (2003), compte tenu que on a besoin de comprendre le fonctionnement de l'unité *couvrir* pour pouvoir conduire les analyses avec l'unité *découvrir*. Pour la deuxième étape des analyses, nous avons sélectionné une centaine (100) d'occurrences, comme base pour la sélection du *corpus*, parmi lesquelles vingt (20) occurrences utilisées qui ont été prises dans les livres de la littérature contemporaine, produite à partir de 2010, en plus des énoncées collectées sur *google*. Le choix pour ce type de littérature est pourquoi on cherche un langage plus décontracté et usuel, en possilitant plus de diversité. L'étude a été menée afin de comprendre l'apparition du préfixe *dé-* dans le verbe découvrir, mettant en évidence les possibilités de cette occurrence et les facteurs qui contribuent à la construction du sens de cette unité considérée complexe. Nous notons que, selon TOPE, le traitement donné à un verbe préfixé doit être différencié, ne se limitant pas à une simple combinaison d'un préfixe et d'une base dans lesquels le préfixe donne une signification et change le sens de la base. À la suite de cette recherche, nous avons constaté que le verbe préfixé *découvrir* a des caractéristiques particulières qui ne sont pas limitées, en terme de contraste, au sens de couvrir qui ne se limite pas seulement à une opposition à couvrir. Les occurrences indiquent une notion spécifique de couvrir, laquelle qui a une valeur matérielle, ce qui concerne à retirer ce qui cache ou qui dissimule un élément déterminé et qui s'oppose à *découvrir*. Les autres occurrences ont pour résultat six valeurs abstraites qui ont été les synonymes: *trouver, percevoir, savoir, identifier, dévoiler* et *connaître*. Il semble que, dans ces cas, le préfixe ne peut plus être identifié et l'unité prend des caractéristiques d'un mot primitif avec sa propre identité. Cependant, on perçoit que l'unité couvrir continue à s'actualiser dans l'espace du préfixe des-.

Mots-clés: TOPE, construction du sens, verbe préfixé.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I CONSTRUINDO A SIGNIFICAÇÃO	18
1 A linguagem como fonte para a construção de sentido	18
2 Conceitos básicos da TOPE	19
2.1 A atividade de linguagem	19
2.2 O enunciado.....	22
2.3 Sistema de orientação: os localizadores.....	24
2.4 Discreto, denso e compacto.....	24
2.6 Estabilidade e deformabilidade	26
3 A noção: construção de um sistema de representação.....	27
3.1 O domínio nocional	29
3.2 Classe de ocorrências abstratas	31
3.3 Centro organizador	32
3.4 Identificação e diferenciação.....	34
3.4.1 Identificação	34
3.4.2 Diferenciação.....	35
3.4.3 Interior, Exterior e Fronteira	35
3.5 O gradiente	36
4 A relação predicativa	37
5 A relação enunciativa	39
6 Da construção à estabilização de sentido.....	40
6.1 Cotexto	41
6.2 Contexto.....	43
6.3 A invariância	44
7 A forma esquemática	46
8 Síntese conclusiva	49
2 UM OLHAR SOBRE A PREFIXAÇÃO	51
1.1 A prefixação na tradição grammatical	52
1.2 A derivação lexical na perspectiva da linguística.....	55

1.3 Os verbos prefixados na TOPE	63
2 Síntese conclusiva	66
3 UM ESTUDO DO VERBO PREFIXADO DESCOBRIR	68
1 Aspectos metodológicos	68
2 Uma análise preliminar do verbo cobrir	71
3 O caso de descobrir.....	82
3.1 A polissemia em descobrir	83
3.2 A relação interativa entre descobrir e seus cotextos.....	93
3.2.1 A variação lexical em descobrir	93
3.2.2 A variação sintática de descobrir	94
3.2.3 A variação interna em descobrir	96
4 A representação de descobrir nos termos da forma esquemática.....	98
5 Síntese conclusiva	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108

INTRODUÇÃO

Ao lado das muitas questões que permeiam a vida humana e seus mistérios, está a linguagem. Embora ela passe despercebida no dia a dia, dada a automaticidade de seu uso, ela acompanha a história do homem e a sua transformação e evolução estão diretamente ligadas à evolução do humana.

A linguagem é uma fonte inesgotável de criação, através dela, o homem se manifesta em todos os momentos de sua vida, expressando sua opinião, sua sabedoria, seus sentimentos e até mesmo sua arte. Assim como a música, que, a partir de sete notas musicais, gera infinitas possibilidades, a linguagem também consegue expressar toda a vivência humana em todos os seus aspectos.

Tão importante é a linguagem para o ser humano que surgiu uma ciência para estudá-la. Ainda assim, depois de anos de estudo e avanço nessa área, ainda há questões sobre as quais precisamos nos debruçar para uma melhor compreensão a respeito de seu funcionamento.

Geralmente, encontramos pessoas que lançam questionamentos a respeito da língua portuguesa e a julgam difícil e, até mesmo, impossível de compreender tantas regras gramaticais e seu funcionamento. De fato, isso nos leva a refletir e a também a nos questionar por que essa sensação de dificuldade em relação ao aprendizado das regras de nossa própria língua nos persegue. Não queremos entrar no mérito da questão do ensino ou da aprendizagem, pois o nosso foco não é esse, mas a própria sala de aula e os questionamentos de alguns alunos nos levaram a pensar sobre o tema do nosso trabalho.

A Morfologia articulada ao léxico, de uma forma geral, tenta dar conta dos processos de formação de palavras. Embora seja um tema bem recorrente, questões relacionadas à polissemia assumida por verbos prefixados, às regras de combinação entre prefixo e base, até mesmo a definição do que seria de fato um prefixo, permanecem sem uma resposta convincente.

Durante toda a vida escolar, aprendemos que o sentido das palavras é pré-estabelecido como se fossem etiquetas. Esta posição de um sentido previamente estabelecido também identificamos em relação aos prefixos. As gramáticas, de uma forma geral, e até mesmo muitas abordagens linguísticas apresentam o prefixo com um sentido estável, como se cada prefixo tivesse um sentido próprio e inalterado. Podemos então nos questionar se de fato isso ocorresse, como seria a significação?

Na realidade, entendemos que a atividade de linguagem em si é um processo complexo e quando lidamos com essa atividade de linguagem, estamos tratando da heterogeneidade. Isso dificulta, de certa forma, predefinirmos conceitos e sentidos para as unidades morfolexicais, visto que dependemos da articulação de diversos domínios quando nos ocupamos da linguagem. Uma unidade, qualquer que seja, não pode simplesmente receber um rótulo e se estabelecer enquanto tal em todas as suas circunstâncias de uso, ou seja, na atividade de linguagem.

Como resultado das nossas próprias inquietações buscamos fazer um estudo acerca da identidade e variação do verbo prefixado descobrir, a partir da variação de suas ocorrências, tomando como base o enfoque da Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (TOPE). Neste trabalho, vemos essa questão de outra forma, ou seja, sob o enfoque de Antoine Culioli, o qual defende o sentido como sendo construído no e pelo enunciado. Nessa perspectiva, nem a unidade *des-*, nem qualquer outra unidade pode ser considerada como portadora de um sentido estável, pré-estabelecido, mas construído no e pelo enunciado. Então, se o sentido de uma unidade morfolexical é visto dessa forma, como se dá a construção do sentido dessa unidade prefixada? De que maneira esse prefixo vai interferir no sentido de uma unidade lexical e até que ponto pode alterá-la? Que outros elementos podem ser capazes de contribuir para essa construção de sentido? Como esse verbo prefixado funciona em relação às outras unidades?

Analisando por este ângulo, não podemos simplesmente repetir o que já vem sendo afirmado anteriormente, que o prefixo é portador de um significado preestabelecido e que vai alterar a base com a qual se une. Se as outras unidades são afetadas pelo seu entorno, pela forma com que estão dispostas no enunciado, seguramente a unidade prefixal também está disposta a sofrer esse tipo de influência das outras unidades também.

Para, então, compreender todo esse processo de construção de sentido da unidade *descobrir*, visamos, em primeiro lugar, estudar o prefixo *des-* em suas diversas ocorrências. De um modo geral, o objetivo é identificar as situações que permitem o uso desse prefixo e, da mesma forma, verificar as situações que impedem seu uso, bem como, os casos em que o uso do prefixo pode constituir uma oposição em relação a *cobrir* e *descobrir*.

Com a finalidade de aprofundar o estudo a respeito da construção de sentido de *descobrir*, precisamos analisar os mecanismos que contribuem para essa construção, visto que a unidade *des-* sozinha não é capaz de estabelecer o sentido de uma unidade. Nesse caso, é necessário compreender que aspectos contribuem para que *descobrir* assumam um determinado sentido em detrimento de outros.

Além desses mecanismos, sabemos que as unidades integrantes do enunciado, como o próprio prefixo, exercem um papel nesse processo de construção de sentido, já que ele é parte integrante deste. Dessa forma, é nosso objetivo também fazer uma caracterização desse papel exercido pelo prefixo, visto que um verbo prefixado é resultado de uma combinação entre uma base e um prefixo, portanto, ele contribui e deve ser considerado. Além disso, o verbo prefixado sozinho não é responsável pelo seu sentido, ele necessita de um enunciado para se estabelecer. Com base então nas interações entre as unidades, buscaremos compreender de que forma essas unidades agem no interior do enunciado de modo a construir sentido.

Uma vez que há tantas possibilidades de sentido resultantes das interações no seio do enunciado, tencionamos também descrever as diversas possibilidades de variação da unidade *descobrir*. Nesse caso, com base nas interações lexicais e sintáticas do enunciado, entendemos que podem surgir diferentes sentidos, de forma que alguns serão resultado do entorno lexical a que a unidade está exposta, e outras, serão resultado das relações sintáticas ocorridas no enunciado.

A partir da diversidade de ocorrências que surgem com base nessa combinação, visamos ainda buscar a identidade desse verbo, todavia, considerando sua polissemia, seu funcionamento e seu caráter complexo, visto que, resulta de uma associação de duas unidades. Portanto, tal identidade nos permite compreender como os sentidos, embora tão diversos, estão interligados.

Conforme já ressaltamos, para realizar este trabalho, nos situamos na Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas (doravante TOPE), de Antoine Culioli. O estudo está pautado em alguns fundamentos básicos deste quadro teórico e seus fundamentos, tendo como principal estudioso Culioli (1990, 1999) com ênfase, porém, no trabalho de Paillard (2004, 2007) sobre os verbos prefixados. Ainda contamos com a colaboração de outros trabalhos realizados por De Vogüé e Franckel (2011), que, em muito, acrescentam ao nosso estudo e compreensão.

Na busca, pois, para encontrar os parâmetros de funcionamento do verbo *descobrir* em termos de identidade semântica e também sua estrutura argumental e sintática, partimos da análise do verbo *cobrir* para então começarmos a entender o funcionamento do verbo prefixado. Dessa forma, observamos como o verbo simples se comporta em sua interação com as outras unidades e como isso vai afetar sua combinação com o prefixo. Isso também nos permitiu observar em que situações o verbo simples pode ser associado ao prefixo, além de levantar ocorrências em que o verbo prefixado não se comporta como oposição ao verbo simples.

Para realizar tal estudo, partimos primeiro da verificação dos verbos simples, *cobrir*. Nesse momento, utilizamos apenas as acepções apresentadas por um dicionário geral, o Houaiss (2003) e seus respectivos exemplos. Como não era nosso objetivo fazer um estudo aprofundado da unidade *cobrir*, utilizamos os exemplos do dicionário que tínhamos à disposição no momento, visto que esta etapa serve apenas de ponto de partida para situar o desenrolar da pesquisa. Além disso, o dicionário em questão se mostrou satisfatório, fornecendo o que nos era necessário nessa etapa. Somente depois dessa análise preliminar e a tomando como base, exploraremos a análise de *descobrir*.

O *corpus* utilizado na segunda etapa, foi colhido de livros da literatura contemporânea e também do site de buscas *Google*. Para a composição do *corpus*, selecionamos os seguintes livros: A passagem (CRONIN, 2010), Cinquenta tons de cinzas (JAMES, 2011) maio/2011, Cinquenta tons mais escuros (JAMES, 2011), Cinquenta tons de liberdade (JAMES, 2012), Sniper americano (KYLE, 2014), As nove vidas de Dewey (MYRON, 2011), A culpa é das estrelas (GREEN, 2012), Cidades de papel (GREEN, 2015). Todos esses livros foram encontrados na *internet*, através do site *lelivros.website*.

Devido à grande disponibilidade de livros e, conseqüentemente, a uma vasta possibilidade de escolha, demos prioridade aos mais recentes datados do ano de 2010 em diante. Os livros escolhidos foram aqueles de grande repercussão entre os leitores mais jovens ultimamente e a maioria deles foi adaptado para o cinema ou estão em processo de adaptação. A intenção com isso era ter um *corpus* com seqüências atualizadas e que realmente fizessem parte do uso dos falantes.

Embora o empenho na seleção de um *corpus* seja necessário para uma pesquisa, há também outras etapas que são imprescindíveis para que um trabalho como esse tenha respaldo científico. Para isto, trazemos, no primeiro capítulo, alguns conceitos fundamentais da TOPE que situam de uma forma mais ampla nosso trabalho. De igual forma, apresentamos aspectos que serão essenciais para o desenvolvimento deste trabalho, apresentando mais especificamente uma parte que trata da construção de significação. Isto se deve ao fato de nossa pesquisa estar pautada nos mecanismos de construção de significação para justificar os motivos pelos quais discordamos que as unidades simplesmente assumem sentidos pré-construídos.

Para complementar essa parte mais teórica, buscamos, no segundo capítulo, fazer um levantamento teórico desse processo de formação das palavras, a prefixação, destacando como alguns autores abordam tal processo. Também apresentamos como os prefixos são trabalhados pelas gramáticas normativas e pela linguística sob o olhar de diversos teóricos

como Rocha Lima (1998), Câmara Jr. (1971), Freitas (1979), Basílio (1980; 2000), Amiot (2004), Alves (2015), Miotto e Silva (2009) e Paillard (2004; 2007). É importante ter em vista abordagens diversificadas a respeito de um assunto, pois isso nos permite compreender de que forma esses mesmos elementos são vistos sob outros enfoques.

Por fim, o terceiro capítulo foi dedicado às análises. Começamos, então, com o verbo *cobrir*, uma vez que ele é a base para a formação da unidade *descobrir*. Assim, pudemos identificar e selecionar aquilo que seria imprescindível para nosso estudo, dando uma direção mais específica ao desenvolvimento do trabalho. O segmento foi dado com as análises do verbo *descobrir* e suas diferentes formas de variação que servem como suporte para a construção do sentido. No final do capítulo, apresentamos uma síntese conclusiva das análises. Em seguida, apresentamos as considerações finais.

1 CONSTRUINDO A SIGNIFICAÇÃO

1 A linguagem como fonte para a construção de sentido

A Teoria das Operações Predicativas Enunciativas (TOPE) que apresenta um caráter fundamentalmente construtivista, volta-se para a atividade de linguagem, destacando-se a produção e o reconhecimento das formas, conforme Culioli (1990). No entanto, essa atividade de linguagem será apreendida somente quando se parte da singularidade, ou seja, através de configurações específicas, como afirma o referido autor. Assim, nada é preestabelecido, mas construído nessa atividade de linguagem. Conseqüentemente, o sentido também será construído, isto é, será tratado como algo que está em processo de construção no enunciado desencadeado e apreendido por meio do próprio material verbal que lhes dá corpo. As próprias unidades da língua através de sua organização e com base em regras tanto sintáticas quanto entonativas vão revelar esse sentido construído, conforme explica Franckel (2011).

É interessante notar que Benveniste (2005) considera tanto o diálogo quanto a sociedade como condições para a linguagem humana. Isso nos leva a entender por que motivo o sentido das unidades de uma língua é construído somente através da linguagem, pois, quando se fala em fatores como diálogo e sociedade, não se pode pensar em rigidez e inflexibilidade, pois ambos remetem à variedade. A caracterização que o autor faz de linguagem reforça ainda mais o que estamos tentando dizer. “Cada enunciado se reduz a elementos que se deixam combinar livremente segundo regras definidas, de modo que um número bastante reduzido de morfemas permite um número considerável de combinações – de onde nasce a variedade da linguagem humana, que é a capacidade de dizer tudo. (BENVENISTE, 2005, p. 67)”.

Entretanto, o “tudo dizer” a que se refere Benveniste não é o tudo que se processa na mente. A linguagem é considerada, neste caso, uma forma de pensamento e não uma tradução deste, visto que nem tudo que pensamos pode ser expressado através da linguagem. Assim, ela pode ser considerada uma forma específica de pensamento, pois suas propriedades não correspondem àquelas de outros sistemas de representações comunicáveis, como o desenho ou a imagem, ou até mesmo a sistemas não comunicáveis, como as imagens mentais. Seu caráter é diferenciado, no entanto, isso não a torna a expressão pura dos pensamentos, pois ela “é o traço de um pensamento organizado de um modo específico entre outras formas possíveis de pensamento: todo pensamento não se reduz à linguagem” (FRANCKEL, 2011, p 42).

Benveniste (2005) também não concorda e até mesmo critica esse tipo de abordagem que vê a linguagem como um espelho do pensamento. Ele não entende que as línguas

possuam uma lógica universal, pois nós nem mesmo temos acesso ao pensamento, apenas fazemos uso de categorias da língua. E, quando buscamos essa lógica, apenas nos iludimos, já que é a própria língua que nos dá a impressão de que é um dos intermediários possíveis do pensamento que, por sua vez, faz uso da linguagem como seu próprio instrumento. Dessa forma,

O vôo do pensamento liga-se muito mais estreitamente às capacidades dos homens, às condições gerais da cultura, à organização da sociedade que à natureza particular da língua. A possibilidade do pensamento liga-se à faculdade de linguagem, pois a língua é uma estrutura enformada de significação e pensar é manejar os símbolos da língua (BENVENISTE, 2005, p. 80).

A TOPE apresenta uma abordagem que trata dos fenômenos linguageiros em sua complexidade e de uma forma global, entendendo a linguagem como atividade simbólica e atividade enunciativa. Uma característica marcante deste enfoque é se voltar para a linguagem que, neste viés, é uma atividade.

Levar em conta a atividade de linguagem é, necessariamente, construir um objeto complexo, heterogêneo, tal como sua modelização supõe a articulação de vários domínios. Levar em conta os fenômenos das línguas é, necessariamente, propor a questão do específico e do generalizável, do contingente e do invariante (CULIOLI, 1990, p. 11)¹.

Dessa forma, a linguagem como atividade simbólica e enunciativa assume um lugar central, nesta teoria, como fonte de todos os processos que engendram a construção de sentido. Logo, partindo desse ponto, como essencial e central, teremos todos as operações que nos levam ao sentido de um enunciado e que serão apresentadas a seguir.

2 Conceitos básicos da TOPE

2.1 A atividade de linguagem

Como já citado, a linguagem não é um sistema de representação que mantém uma

¹ Tradução nossa: Prendre en compte l'activité de langage c'est nécessairement se construire un objet complexe, hétérogène, tel que la modélisation suppose l'articulation de plusieurs domaines. Prendre en compte les phénomènes des langues, c'est nécessairement se poser la question du spécifique et du généralisable, du contingente et de l'invariant.

relação de transparência e adequação com as ideias. Assim, o sentido necessita da linguagem para ser construído através dela e por ela, através das palavras, ou seja, interno à própria língua. Apreender a linguagem é, portanto, somente a partir da língua, ou seja, a partir da homogeneidade da língua para se atingir a heterogeneidade da linguagem. Temos, assim,

um procedimento de propriedades generalizáveis que dizem respeito a uma atividade simbólica de ordem cognitiva da linguagem apreendida através da diversidade dos textos que encontramos nas línguas naturais. (CULIOLI, 1985, p. 21)².

A atividade de linguagem se refere a uma atividade de produção e reconhecimento de formas, ora, essas formas não podem ser estudadas independentemente dos textos, e os textos não podem ser independentes das línguas³ (CULIOLI, 1990, p. 14)

A linguagem é considerada, neste enfoque, como uma tripla atividade de representação, referenciação e regulação. E esta tripla atividade está diretamente ligada à construção de sentido, entretanto,

é preciso conceber que a atividade de linguagem não consiste em veicular sentido, mas em produzir e reconhecer as formas enquanto traços de operações (de representação, de referenciação e de regulação). A significação não é, portanto, veiculada, mas (re)-construída (CULIOLI, 1990, p. 26)⁴.

Dentre essas atividades, a de representação merece destaque devido a sua complexidade, pois trata daquilo que representamos para construir significação. Nessa atividade, há uma sequência de operações que se desenvolvem em três níveis, buscando a construção de um sistema referencial intersubjetivo.

O primeiro desses níveis é aquele ao qual não temos acesso direto, o das representações mentais ou arranjos formais. Nesse nível, apenas nos reportamos à realidade através da nossa atividade de linguagem, ou seja, das nossas ações e fala. Como observa

² Tradução nossa: [...] une démarche de propriétés généralisables concernant l'activité symbolique d'ordre cognitif de langage appréhendé à travers la diversité des textes que l'on trouve dans les langues naturelles.

³ Tradução nossa: L'activité de langage revoie à une activité de production et reconnaissance de formes, or, ces formes ne peuvent pas être étudiées indépendamment des textes, et les textes ne peuvent être indépendants des langues.

⁴ Tradução nossa: Il faut alors concevoir que l'activité de langage ne consiste pas à véhiculer du sens, mais à produire et à reconnaître des formes en tant que traces d'opérations (de représentation, référenciation et régulation). La signification n'est donc pas véhiculée, mais (re)-construite.

Culioli (1985), nesse nível todas as nossas experiências que foram adquiridas desde a infância são organizadas, isto é, todo nosso aprendizado que foi construído a partir da nossa vivência com o mundo, com a cultura. Aqui são efetuadas operações de relação, encadeamento e construção de propriedades compostas.

O acesso, entretanto, a esse nível é limitado, pois, de fato, é impossível saber como acontecem todos os processos mentais na construção da linguagem. Nem mesmo é da alçada do linguista, afirma Culioli (1985), já que toda essa atividade é neural e não se pode visualizar o cérebro no momento exato em que esse processo ocorre. Neste nível, o mediador é o texto, uma vez que este apresenta traços da atividade cognitiva que foi realizada na elaboração da linguagem.

No nível 2, temos representações chamadas de linguísticas e que trazem consigo os traços do nível 1, sendo a única forma de termos acesso ao nível das representações mentais. No entanto, isso não quer dizer que haja uma correspondência exata entre os dois níveis, já que este apresenta apenas vestígios do nível 1. Não havendo, então, uma relação termo a termo, será gerada uma nomenclatura, em um caso mais grosseiro, ou uma codificação, de uma forma mais geral. Isso quer dizer que não há um marcador para um valor específico, mas sim um marcador para valores diferenciados, ou vários marcadores para um valor, ou seja, uma palavra não assume apenas um valor específico, pois, a depender da circunstância e de seu uso, ela pode sempre apresentar valores diferenciados. Para Culioli (1990), essa falta de correspondência exata faz com que surja o problema da sinonímia e da homonímia, da ambiguidade e da paráfrase, dos valores heterogêneos e todo um jogo que é determinado entre representantes e representações.

O nível 3 é um sistema de representação necessariamente metalinguístico. Esse nível também mantém relação com o nível 2, pois é deste que o linguista faz uso com a intenção de construir ferramentas metalinguísticas para, assim, representar os fenômenos textuais. Ainda podemos trazer essas ferramentas para sistemas de regras e de operações, o que permitirá dar conta da possibilidade de um determinado tipo de enunciado e a impossibilidade de outro, da mesma forma, ao realizar uma tradução entre duas línguas, utilizar um tal marcador em detrimento de outro. Assim, segundo De Vogüé (2011) as representações metalinguísticas visam reconstituir as relações entre o nível 1 e o nível 2, tendo em vista que não é possível reconstituir as operações cognitivas. Isso implica em entender, de certa forma, como acontece essa passagem entre os níveis, fazendo uso de paráfrases para explicar como se dá esse processo e por que determinados usos em detrimento de outros. No entanto, esse nível é restrito aos estudiosos da área, visto que falantes comuns não necessitam desse tipo de

informação.

Na atividade de referenciação, por sua vez, não se busca um referente exterior, nem valores de verdade, pois a própria língua fornece o que é necessário para isso. Através de operações enunciativas que são as operações de referenciação, os valores referenciais serão construídos no e pelo próprio enunciado, enquanto que o referente está no extralinguístico e é sempre dado. A referenciação está sempre presente nas atividades de linguagem, pois, segundo Culioli (2010) nós fazemos esse processo o tempo todo e ainda levamos o outro a se referir àquilo a que nós nos referimos.

A atividade de regulação, por fim, diz respeito aos ajustamentos que são realizados pelos sujeitos da enunciação em uma atividade de construção e reconstrução de significação. Nessa relação entre sujeitos, um produz e o outro reconhece, todavia, é necessário reconhecer que essa relação não é uma simples transferência de dados ou significação, mas uma relação em que um constrói e o outro reconstrói a partir de suas próprias experiências. Toda essa relação entre sujeitos requer, de fato, que haja uma mediação entre o que cada um constrói para que se chegue à construção de significação.

Sendo, portanto, a atividade de regulação complexa, ela articula tanto a atividade de representação quanto a de referenciação, pois é uma atividade que remete à construção e reconstrução de significação e nem sempre enunciador e coenunciador constroem a significação da mesma forma. O acesso ao sentido, portanto, só é possível graças a esse processo, pois é nessa troca entre os falantes que ocorre a dinâmica da circulação do sentido. Dessa forma, conforme Franckel e Paillard (2011, p. 88), “os processos de regulação/ajustamento instauram relações de alteridade, ao mesmo tempo complexas e formalizáveis entre enunciador e coenunciador”.

Todas essas atividades acontecem na linguagem ao mesmo tempo e depois podem ser apreendidas através dos enunciados que são a fonte para o linguista realizar o seu trabalho no nível metalinguístico.

2.2 O enunciado

O enunciado é tido como meio fundamental para a construção e apreensão de sentido, visto que “a linguagem, como atividade de representação significativa, só é acessível através de sequências de texto, isto é, por meio de padrões de marcadores que são eles próprios traços

de operações subjacentes (CULIOLI, 1990, p. 179)⁵. Seguindo essa linha de raciocínio, De Vogüé (2011, p. 75) acrescenta que “é somente na atividade que a linguagem reside, aquém dos sistemas e dos discursos”, e, portanto, ela só pode ser assimilada através dos enunciados.

Os enunciados são produzidos a partir da atividade de linguagem e, dessa forma, essa atividade de linguagem pode ser apreendida. Por esse motivo, o enunciado e todo o jogo em torno de suas condições de enunciação ganham posição de destaque no programa culioliano. Assim, sendo estes produzidos a partir de uma atividade de linguagem, não podem ser considerados como estáveis ou contendo significações pré-construídas, pois:

Um texto não é um representante estável de uma realidade prerrecortada, estável para todos os locutores – Quando temos um enunciado ou uma sequência textual, lidamos com um agenciamento de marcadores. A noção de agenciamento está ligada à noção de esquemas, portanto, de boas formas canônicas, de regularidades (‘patterns’). Os marcadores são representantes das representações (CULIOLI, 1985, p. 16)⁶.

No enunciado, o sentido se manifesta através dos agenciamentos, já que ele está sendo construído. Então, à medida que os marcadores são agenciados o sentido é construído. Assim, o enunciado não pode ser considerado um resultado, mas “um arranjo de formas a partir das quais os mecanismos enunciativos que o constituem como tal podem ser analisados, no âmbito de um sistema de representação formalizável, como um encadeamento de operações do qual é vestígio (FRANCKEL, 2011, p. 44)”. De acordo com Culioli (1990), esses marcadores são unidades do nível 2 (das representações linguísticas) que funcionam como marcadores de operações do nível 1, aquele das atividades mentais.

O termo marcador está relacionado ao estruturalismo saussuriano, dada a sua característica material. É o marcador que permite, de fato, classificar, manipular e tratar. Para Culioli (1985, p. 16) “os marcadores poderão ser uma mudança na prosódia, uma mudança entonacional, uma partícula, um morfema qualquer ou um conjunto de morfemas⁷”. Fica claro, nas palavras do autor, que não se delimita o que seria exatamente um marcador, visto

⁵ Tradução nossa: language, which is meaningful representational activity, is only accessible through text sequences, that is, through patterns of markers which are themselves traces of underlying operations.

⁶ Tradução nossa: Un texte n’est pas un représentant stable d’une réalité prédécoupée, stable pour tous les locuteurs – Quand on a un énoncé ou une suite textuelle, on a affaire à un agencement de marqueurs. La notion d’agencement est liée à la notion de schémas, donc de bonnes formes canoniques, de régularités (‘patterns’) les marqueurs sont les représentants de représentations.

⁷ Tradução nossa: Les marqueurs, ça pourra être un changement dans la prosodie, un changement intonational, une particule, un morphème quelconque ou un ensemble de morphèmes.

que não se trata de uma classificação. No entanto, apesar da heterogeneidade do assunto e da falta de uma especificação maior, o que importa no momento é entender que eles são de fundamental importância no jogo de interações do enunciado e na construção de sentido.

2.3 Sistema de orientação: os localizadores

Nesse jogo de interações que ocorre no enunciado, podemos destacar os localizadores, que são de fundamental importância, nesse aporte teórico. Franckel e Paillard (2011) afirmam que a teoria está fundamentada na hipótese de que todas as operações enunciativas podem se resumir a somente um operador, o de orientação ($\underline{\epsilon}$). Os referidos autores ainda explicam que os termos de um enunciado estão interligados entre si, denotando, assim, uma relação de dependência entre eles. É essencial destacar, entretanto, que essa dependência se refere à relação entre dois termos, ou seja, um é sempre orientado em relação ao outro.

Um termo a é orientado por b ($a \underline{\epsilon} b$), sendo que essa relação de orientação está ligada às propriedades de a e b . Isso quer dizer que um termo pode ter uma tendência maior a ser ou não orientado ou vice-versa. No entanto, essas propriedades não são pré-definidas, mas são determinadas a partir dessa relação de orientação. Assim, um termo pode ser orientado em um enunciado e orientador em outro.

Evidentemente, as operações não se restringem apenas ao sistema de orientação, embora este seja essencial. Há também outras formas de analisar o funcionamento de determinadas unidades, como é o caso do discreto, denso e compacto, que destacaremos a seguir.

2.4 Discreto, denso e compacto

O funcionamento das unidades pode acontecer de várias formas devido a sua deformabilidade, como explica Romero (2000). Desse modo, conforme a autora, podemos destacar o plano dos modos de construção dos valores referenciais conhecidos como deformação compacta, discreta e densa.

Segundo De Vogüé (1989), esse tipo de classificação é mais abstrata que as convencionais e seu foco é determinar as várias maneiras que permitem que um processo se concretize em uma ocorrência. Com base nessa afirmação, percebemos que não há, nesse caso, uma limitação em relação à unidade a ser analisada, embora alguns autores se limitem a analisar apenas substantivos. De forma a esclarecer como podem ocorrer as análises com base

nesses critérios, apontaremos a seguir como se classificam tanto os substantivos quanto os verbos no que diz respeito a essa deformação.

De forma bem direta, podem ser denominados de discretos aqueles nomes que podem ser enumerados. Uma característica dos discretos é que eles aceitam uma formatação. Isso quer dizer que mesmo existindo um padrão para determinada ocorrência, ainda assim ela pode variar e assumir formatos diferentes daquele padrão. Assim, usando a ocorrência de cachorro, De Vogüé (1989) afirma que esta tem um formato pré-determinado, de forma que já temos esse padrão completamente assimilado, no entanto, quando há uma variação (cachorro-lobo), o que vai importar de fato é esse padrão já cristalizado.

Os densos, por sua vez, são o oposto dos discretos, visto que não podem ser quantificáveis, com exceção quando vem acompanhado de um enumerador, afirma De Vogüé (1989). Destacamos, então, um exemplo bastante utilizado para representar o grupo dos densos, no caso, “a água”. Este é o tipo de substantivo que não pode ser enumerado, com exceção quando se utiliza o enumerador como em: “uma colher de água”, “um litro de água”, etc.

O caso dos compactos ainda se diferencia mais ainda, pois estes são totalmente inquantificáveis e não aceitam nem mesmo enumeradores, visto que são incompatíveis, segundo De Vogüé (1989). No entanto, a autora afirma que os compactos aceitam o artigo (a, o), embora neste caso, não seja uma tentativa de fragmentar a noção do compacto em questão. No exemplo, “a felicidade de Paulo (la bonheur de Paul)”, ela explica que o determinante, “a”, não marca uma parcela de felicidade, pois Paulo é apenas o suporte para que a felicidade se encarne, ou seja, como suporte para a propriedade que é a felicidade. Esta seria, portanto, uma tendência dos compactos, a necessidade de um suporte para se encarnar.

Visto que nosso trabalho envolve formas verbais, ampliaremos então essa análise para explicar como os verbos são trabalhados, utilizando, então, os exemplos de Romero (2000):

- a) Que ele já bebeu muito quando era jovem, quem vai negar? Mas te juro, hoje, ele não bebe mais.
- b) Pronto, ele bebeu.
- c) Ontem, ele bebeu, dançou, enfim, se divertiu como nunca.

O exemplo (a) se refere a alguém que bebia muito anteriormente, ou seja, um alcoólatra, mas que não pode mais ser qualificado dessa forma, visto que não bebe mais.

No exemplo (b) o que interessa não é uma qualificação, mas uma quantidade a ser consumida que de fato o foi.

No exemplo (c) o que importa é a ação realizada e não o tempo, pois este está marcado apenas como ontem, porém não definido.

Esse tipo de deformação tanto de nomes quanto de verbos, embora não sejam centrais nos enunciados, em muitos casos nos ajudam a compreender os agenciamentos induzidos pelo verbo e, conseqüentemente, os jogos de interações que ocorrem no enunciado.

Neste momento, dedicaremos um espaço para tratar dos fenômenos da estabilidade e deformabilidade, uma vez que estes permeiam todo o processo de construção de sentido e são fundamentais para compreendermos a atividade de linguagem.

2.6 Estabilidade e deformabilidade

Estabilidade e deformabilidade caminham juntas, neste modelo teórico, pois se alcança uma através da outra. Segundo Culioli (1990) a deformação é uma configuração que será modificada a partir de uma transformação de forma que as propriedades tomarão dois caminhos distintos: algumas permanecerão invariantes, ao passo que as outras vão variar.

A estabilidade, por sua vez, não diz respeito a rigidez ou sentidos pré-estabelecidos e estáveis. É exatamente isso que Culioli (1990, p. 129)⁸ afirma: “mas a estabilidade não deveria ser confundida com rigidez ou imutabilidade. Os fenômenos linguísticos formam sistemas devido a fatores de uma grande diversidade: lidamos com fenômenos que são ao mesmo tempo estáveis e flexíveis”. Embora a estabilidade não remeta a rigidez, segundo o referido autor, seu conceito requer que se trabalhe com formas. Entretanto, essas formas são aquelas abstratas construídas a partir do empírico, ou seja, a forma esquemática que permite trazer à tona a estabilidade em questão.

Embora as regularidades existam e sejam necessárias, não quer dizer que lidamos com elementos e valores pré-estabelecidos, visto que as unidades apresentam como característica própria a deformabilidade, conforme explica Romero (2000, p. 68):

Se a unidade linguística comporta uma maleabilidade, uma deformabilidade inerente, é porque fora dos enunciados não existem relações estáveis ao que ela permite configurar. Por outro lado, [...] isso não significa que não existam regularidades por trás dessas relações, visto ser a própria configuração, em si,

⁸ Tradução nossa: Mais la stabilité ne saurait être confondue avec la rigidité ou l’immuabilité. Les phénomènes linguistiques forment des systèmes due à des facteurs d’une grande diversité: on a affaire à des phénomènes qui sont à la fois stables et plastiques.

regular. As estabilizações são produtos dos enunciados, e não uma relação *a priori* fixada.

Se os fenômenos são estáveis, mas também flexíveis, isso implica em diversidade, fato que é intrínseco à linguagem. Através da forma esquemática, podemos lidar tanto com a deformabilidade quanto com a estabilidade própria dos fenômenos linguísticos.

Partindo então da ideia de diversidade, que deve ser trabalhada tomando como base formas abstratas, é necessário, então, construir um sistema de representação. Assim, é preciso começar com o conceito base de noção que dá suporte para a construção desse sistema de representação. Além disso, é importante destacar que para fins didáticos, a noção, neste trabalho, será vista como a primeira parte da construção de significação. Sendo assim, dividiremos, conforme Valentim (1998), a construção de significação em três partes essenciais: a noção, a relação predicativa e a relação enunciativa.

3 A noção: construção de um sistema de representação

Como já se sabe, nesta teoria, a representação não é uma espécie de tradução que se faz do pensamento para as palavras, logo não se pode considerar que há uma relação de etiquetagem entre palavras e conceitos, o que há é aquilo conhecido como noção, entendido por Culioli (1990) como sendo uma “representação estruturada”. Elemento de grande importância, considerado por Culioli (1996, p. 9) “um construto teórico de ordem metalinguística”. O autor (*idem*, 1996) afirma ter percorrido um longo caminho para chegar a esse emprego metalinguístico, levando em conta características com base epistemológicas, metodológicas e empíricas.

Conduzindo o foco para os motivos epistemológicos, o referido autor afirma ser este que nos conduz para a articulação entre a língua e a linguagem, assim teremos:

[...] de um lado, entre uma atividade de representação, referenciação e regulação (a linguagem), que não pode se reduzir à transmissão por um canal linear de informações de um cérebro a outro, e de outro lado, as configurações e agenciamentos, que implicam na utilização de procedimentos heterogêneos, ajustamentos inter-sujeitos, modulações e jogos de equivalência. (CULIOLI, 1996, p. 9)⁹

⁹ Tradução nossa: [...] d'un côté entre une activité de représentation, référenciation, et régulation (le langage), qui ne peut pas se réduire à la transmission par un canal linéaire, d'informations transportées d'un cerveau à un autre cerveau, et de l'autre à des configurations et des agencements, qui impliquent la mise en oeuvre de procédures hétérogènes, des ajustements inter-sujets, des modulations et des jeux d'équivalence.

A realidade é que não se trabalha com fenômenos estáveis e totalmente controláveis, o que leva à necessidade de construtos metalinguísticos que facilitem o trabalho do linguista. As representações com as quais lidamos, conforme Culioli (1996), não param de reorganizar e se deformar, assim, trabalhar com classificações rígidas se torna inviável, visto o caráter das representações em questão.

De fato, os conceitos estão interligados e a noção serve de base para que outros elementos teóricos, como domínio nocional, centro organizador, gradiente, tipo, entre outros, sejam estabelecidos. Dessa forma, percebemos que ocorre um imbricamento desses elementos e não podemos alcançar um sem considerar o outro. Entretanto, tudo gira em torno de algo essencial, na TOPE, a construção e reconstrução de sentido.

Antes que esse sentido seja, de fato, apreendido pelos falantes através dos enunciados, ocorrem muitos processos que começam no nível mental até que cheguem ao nível de um enunciado. Estes Processos não são de forma alguma simples ou palpáveis, principalmente no que diz respeito à noção, já que não se trata apenas de uma mera representação e nem se restringe somente ao linguístico. Ela se situa entre a articulação do linguístico e do não linguístico. Para Culioli

As noções são sistemas de representação complexos de propriedades físico-culturais, ou seja, propriedades de objeto provenientes de manipulações necessariamente tiradas do interior de culturas e, desse ponto de vista, falar de noção é falar de problemas que são da alçada de disciplinas que não podem ser reduzidas somente à linguística (CULIOLI, 1990, p. 50).¹⁰

Ao citar a noção dessa forma, fica evidente que o autor não se refere a algo estático, pois a noção de forma alguma é dada, mas construída. Por esse motivo, Culioli (2010, p. 16) evitou o termo conceito no lugar de noção, pois a considera “sempre instável, sempre em via de reconstrução¹¹”, uma vez que “trata-se de uma forma de representação não linguística, ligada ao estado de conhecimento e à atividade de elaboração de experiências de cada um” (*idem*, 1999, p. 10)¹².

Sendo a noção considerada aqui um conteúdo do pensamento, estamos ainda tratando

¹⁰ Tradução nossa: Les notions sont des systèmes de représentations complexes de propriétés physico-culturelles, c'est-à-dire des propriétés d'objet issues de manipulations nécessairement prises à l'intérieur de cultures et, de ce point de vue, parler de notion c'est parler de problèmes qui sont du ressort de disciplines qui ne peuvent pas être ramenés uniquement à la linguistique.

¹¹ Tradução nossa: c'est toujours instable, toujours en voie de réfection.

¹² Tradução nossa: Il s'agit d'une forme de représentation non linguistique, liée à l'état de connaissance et à l'activité d'élaboration d'expériences de tout un chacun.

de uma representação cognitiva em um primeiro nível de interpretação, como explica Valentim (1998), este conteúdo permanece no nível das representações mentais e, portanto, não temos acesso a ele, apenas o representamos através da nossa atividade de linguagem, conforme Culioli (1985). Neste momento, tomamos como base as experiências do cotidiano, do mundo ao nosso redor, exatamente os traços culturais citados por Culioli, para a partir de então construirmos nossas representações. Isso nos leva a entender que é um domínio vasto já que essas construções podem ser infinitas, pois cada indivíduo constrói a sua própria de acordo com suas vivências.

A noção é anterior ao léxico e pode ser assimilada através das ocorrências linguísticas, ou seja, através das palavras, dos textos, ou seja, da língua em uso.

Um ponto crucial para compreender este conceito é exatamente quando pensamos na língua em uso, pois, é neste momento que as noções são estabelecidas através da regulação. Na interação, passamos pelo processo de regulação todo o tempo, pois enunciador e coenunciador precisam se entender mutuamente. Por exemplo, ao dizer “isso é uma pasta” alguém poderia contestar e dizer “está mais para uma maleta”, mostra que estamos sempre tentando transmitir através das palavras aquilo que está contido no pensamento e, para isso, há a necessidade desses ajustamentos. Dessa forma, passamos por diversas ocorrências até que encontremos aquela que se adeque exatamente ao que precisamos dizer naquele momento, pois, segundo Culioli (1985, p. 26), “só temos acesso à noção através do texto e de forma mais precisa através das palavras, mas por outro lado, não há uma relação: uma noção uma palavra. Há sempre uma inadequação¹³”.

A noção como pertencente ao nível do pensamento é tida como puramente qualitativa, pois ela não é quantificável, assim é descrita por Valentim (1998, p. 38) como um “compacto indivisível”. No momento em que a noção começa a sair do nível do pensamento e começa a se manifestar nos textos, toda essa compactação começa a ser desfeita e, assim, passamos para o nível do domínio nocional onde as ocorrências da noção acontecem. A seguir, mostraremos mais detalhadamente como acontecem as ocorrências da noção no domínio nocional.

3.1 O domínio nocional

Todas essas relações que ocorrem no âmbito da noção, apesar de serem heterogêneas, acabam resultando no domínio nocional. Este ainda não está munido de uma materialidade

¹³ Tradução nossa de: Nous n'avons accès à la notion qu'à travers du texte et de façon plus précise des mots, et d'un autre côté, il n'y a pas la relation : une notion un mot. Il y a toujours **inadéquation**.

acessível, pois se trata de ocorrências que, apesar de serem individuais, também são consideradas, ao mesmo tempo, como indiscerníveis, pois há sempre uma identificação entre elas, que caracteriza essa indiscernibilidade.

Sendo o domínio nocional considerado como o domínio de ocorrências de uma noção, ele é uma tentativa de trabalhar fenômenos como se eles pudessem ser reduzidos a eventos, ou seja, torná-los quantificáveis. Por isso, aqui lidamos com a fragmentação, visto que, segundo Valentim (1998, p. 48), ela “permite construir ocorrências delimitáveis e distinguíveis umas das outras, ainda que indiscerníveis”.

Deveria ser óbvio que as noções têm um estatuto de entidades predicáveis e poderiam ser descritas como totalidades sólidas que não podem ser fragmentadas, mas elas são apreendidas por meio de ocorrências, ou seja distinguido por meio de eventos separados, dividido em unidades (na verdade localizada no mundo físico, ou imaginário) com propriedades variáveis. Através de um processo de abstração, que, assim, passam de ocorrências fenomenais para ocorrências abstratas (CULIOLI, 1990, p. 70)¹⁴.

Para Culioli (1990), neste espaço da noção, onde os domínios são construídos, há propriedades que podem ser do aberto, do fechado, ou qualquer outro campo complexo. Assim, a esses domínios, que são baseados na noção, uma classe de ocorrências é associada. Dentre esses domínios, um deles pode ser constituído como um atrator, e depois um gradiente. É somente através das ocorrências que esses domínios são constituídos.

É importante então compreender que uma ocorrência, de acordo com Franckel e Paillard (2011), é determinada por dois polos organizadores: que são o tipo e o atrator. O primeiro diz respeito à identificação de uma ocorrência como sendo exemplar da noção, ou seja, tudo que pertence a uma determinada classe, apresentando características que a tornam pertencente àquela classe. Dessa forma, poderemos afirmar, por exemplo, que um cachorro, ou uma bolsa, são de fato o que são com base em uma ocorrência tipo. Isso implica em dizer que confirmamos que se trata de um ou de outro com base nas características básicas e comuns a todos aqueles que pertencem a essa classe e que o definem como tal. O segundo determina em que e em qual medida uma ocorrência tem a ver com a noção, pois há várias formas de pertencer a uma determinada categoria, podendo, assim, uma ocorrência estar mais

¹⁴ Tradução nossa de: It should be obvious that notions have a status of predicable entities and could be described as unfragmented solid wholes, but they are apprehended through occurrences, i.e. distinguished through separate events, broken down into units (actually localized in the physical world, or imaginary) with variable properties. through a process of abstracton, we thus pass from phenomenal occurrences to abstract occurrences.

próxima ou mais distante da noção. Logo, cada ocorrência é única em relação às outras.

O atrator, então, possibilita o gradiente, visto que há a possibilidade de ocorrências que se aproximam mais da noção e outras que se distanciam, de forma que isso pode ocorrer gradativamente, em zonas de diferenciação de afastamento ou aproximação do centro atrator.

Lidamos aqui com conceitos bastante complexos que necessitam de melhores esclarecimentos. Assim, dedicaremos um espaço para compreender melhor como funcionam as classes de ocorrências abstratas que acontecem no domínio nocional.

3.2 Classe de ocorrências abstratas

Um elemento básico no domínio nocional é a classe de ocorrências abstratas. Através das ocorrências, a noção se torna acessível, visto que ela ainda está no nível mental. A partir delas é possível “distinguir instâncias fenomenais, identificar propriedades e avaliar a sua distância um do outro, avaliar o grau e o tipo de semelhança, decidir sobre manter as ocorrências qualitativamente separadas ou categorizá-las como equivalentes em relação a um tipo (CULIOLI, 1990, p. 69)”.¹⁵

Tomando o exemplo de Culioli (1985), da noção <ser cachorro>, podemos explorar como funciona uma classe de ocorrências abstratas. Neste caso, podemos apresentar a ocorrência tipo, citando as características do cachorro como a quantidade de patas, o tipo de alimentação, a pelagem, se é doméstico, etc., de modo que, em determinado momento, chegaremos a uma definição do que de fato é um cachorro. Dessa forma, partimos da singularidade e chegamos à noção <ser cachorro>, visto que suas características detalhadas o definem dessa forma e o diferenciam de outras espécies de animais. Ainda podemos passar pelo predicado e dizer “ser cachorro, é ser um amigo para...” O cachorro, então, vai apresentar uma característica principal. De fato, quando a classe de ocorrências abstratas é explorada dessa forma emerge aquilo que Culioli (1985, p. 28) afirma que “toda ocorrência possível, imaginável é intermutável, identificável a qualquer outra ocorrência, isto é, identificável qualitativamente”¹⁶.

Portanto, quando chegamos a um nível de descrição, no caso do cachorro, no qual há uma dúvida se ainda se trata do mesmo animal, então há duas propriedades que não podem se

¹⁵ Tradução nossa: Distinguishing phenomenal instances, identifying properties and assessing their distance from one another, gauging the degree and the kind of similarity, deciding whether to keep the occurrences qualitatively separate or to categorize them as equivalent relative to a type.

¹⁶ Tradução nossa: Toute occurrence possible, imaginable est **interchangeable**, **identifiable** à tout autre occurrence; cela veut dire identifiable **qualitativement**.

misturar. As ocorrências devem ser, portanto, qualitativamente indiscerníveis (mudam entre si e se identificam umas as outras), porém, ainda devem ser individuais e distinguíveis. A indiscernibilidade, por sua vez, vai depender sempre do jogo de relações entre os sujeitos. Assim, por mais que as ocorrências sejam identificadas não quer dizer que sejam idênticas. Elas se identificam entre si, porém não são iguais. Nesse caso, a operação a que Culioli (1985) se refere aqui é sempre de qualificação e de quantificação. Resumindo, essa construção de uma classe de ocorrências trata-se exatamente de “tornar quantificável, i.e., de poder tratar fenômenos como se eles pudessem ser reduzidos a acontecimentos i.e., como se eles fossem representáveis por pontos; e, ao mesmo tempo, efetuar uma operação de especificação ou se quisermos de qualificação”¹⁷ (CULIOLI, 1985, p. 29).

Para Culioli (1990), as ocorrências, no entanto, podem ser diferenciadas em ocorrências fenomenais e ocorrências linguísticas (e metalinguísticas). As ocorrências fenomenais dizem respeito às relações primitivas, ou seja, fenômenos de ordem antropológica que apresentam propriedades que podem variar entre as culturas, portanto, não são da alçada da linguística. Tudo aquilo que aprendemos ao longo da vida, as propriedades que fazem com que diferenciemos e identifiquemos os objetos, faz parte das ocorrências fenomenais. As ocorrências linguísticas referem-se, por sua vez, aos termos que são introduzidos no enunciado e que fazem parte das relações de *repérage*. “É a relação entre posicionamento (cadeia, ordem física, material), ordem e orientações constituídas pelas relações de *repérage* que permitem a imbricação das ocorrências de maneira a produzir valores diferentes (*idem*, 1990, p. 57)¹⁸.” Isso quer dizer que, dependendo do termo que se utiliza e da posição que ele ocupa em um enunciado, valores diferentes lhe serão atribuídos.

A classe de ocorrências abstratas tem diversas características. Dentro dessas ocorrências, há realmente características que devem ser levadas em consideração, entre elas, o centro organizador, a ocorrência tipo e o centro atrator.

3.3 Centro organizador

Visto que na linguagem tudo está interrelacionado, também há um jogo de relações

¹⁷ Tradução nossa: [...] de rendre quantifiable, i.e. depouvoir traiter de phénomènes comme s'ils pouvaient être ramenés à des événements i.e. comme s'ils étaient représentables par des points ; et en même temps d'effectuer une opération de spécification ou, si l'on veut, de **qualification**.

¹⁸ Tradução nossa: C'est la relation entre positionnement (chaîne, ordre physique, matériel), ordre et orientations constitués par les relations de repérage qui permet l'imbrication des occurrences de manière à produire des valeurs différentes.

entre as ocorrências e uma delas tem um estatuto privilegiado e serve de centro organizador ou centro atrator. Toda classe de ocorrências comporta necessariamente um centro. Isso implica em dizer que diante de ocorrências fenomenais somos levados a um tipo, isto é, o tipo atrai as ocorrências para si.

Para Culioli (1985), essa necessidade de ir ao encontro de um centro é própria do ser humano, como inerente a nossa atividade mental. Logo, todas as ocorrências que estão dentro desse espaço do domínio nocional vão apresentar um centro organizador, de forma que seja possível dizer que ‘é intermutável’, ou seja, ‘indiscernível qualitativamente’, ou é ‘qualitativamente diferente’, ou ainda, ‘é comparável’.

A questão do centro organizador é algo latente. Se pensarmos nas noções básicas que elaboramos ao longo da vida e, por um instante, acrescentarmos características que não fazem parte desta noção, provavelmente, seremos levados a nos questionar sobre o fato. O caso da vaca, um exemplo proposto por Culioli (1990), nos ajuda a entender melhor essa questão. Se, em determinado momento, as vacas, a partir de experimentos genéticos, passarem a ter o tamanho de um elefante, nos questionaremos se de fato ainda são vacas. Isso mostra que temos interiorizadas propriedades que, de certa forma, são homogeneizadas, pois o centro organizador faz com que toda a nossa noção se organize em torno de um tipo.

Entretanto, há casos em que parece haver uma linha tênue entre o que, de fato, pertence a esse domínio centrado ou não, assim, somos levados ao problema de construção da fronteira, ou seja, identificar as propriedades que pertencem a dois lados opostos. Para tentar resolver esse problema, Culioli (1990) propôs utilizar os termos da matemática, que diz que o complementar de ..., é o que não é tal coisa.

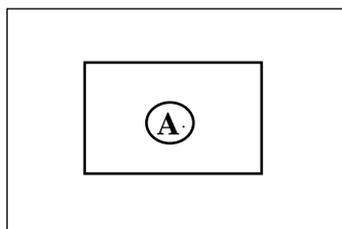


Figura 1 - O complementar de A, é o que não é A.

A ideia do complementar, já conhecida do mundo da matemática, foi utilizada com sucesso para explicar a questão da fronteira na TOPE, entretanto, foi introduzida de forma análoga como *fuzzy sets*¹⁹, já que havia um certo desconforto ao se trabalhar com elementos com propriedades do complementar lógico. Ainda assim, não se conseguiu um resultado

¹⁹*Fuzzy sets* ou *ensembles flous*, grosso modo, traduzimos como conjuntos vagos.

satisfatório, ao trabalhar com a negação, mesmo que esta apresente diferentes tipos de modulações e vá do fraco ao forte. Fica claro que delimitar uma fronteira não é tarefa simples e apenas afirmar haver uma fronteira, uma margem não basta, pois,

se você lida com fenômenos de fronteira, é necessário **construir** a fronteira, explicar como você constrói o conceito de margem. Tratando-se do conceito de fronteira, faz-se necessário soluções, construção de (CULIOLI, 1985, p. 30).²⁰

Nesse centro organizador, há propriedades que se aproximam, da mesma forma que há aquelas que se distanciam. No entanto, há casos em que não há uma definição a respeito desses fenômenos. Assim, para que identifiquemos a fronteira, é preciso, primeiramente, compreender como funciona tanto a identificação como a diferenciação.

3.4 Identificação e diferenciação

3.4.1 Identificação

Tanto a operação de identificação como de diferenciação desdobram-se a partir do centro organizador. Considerada uma operação ou conjunto de operações primitivas, é uma atividade que se volta antes para a seleção do que para a classificação.

Identificar significa que toda noção (se tratando de uma noção lexical, gramatical ou de uma relação predicativa) é apreendida através das ocorrências (eventos) dessa noção, ou seja, através das representações ligadas às situações enunciativas, reais ou imaginárias (CULIOLI, 1990, p. 95).²¹

Podemos dizer que há identificação quando existe uma segunda ocorrência em relação ao centro organizador. Em outras palavras, as ocorrências construídas se identificam com o centro organizador do domínio nocional, e é em relação a este centro organizador que o sujeito estabelece a indiscernibilidade das ocorrências. Se dissermos “Este móvel é um

²⁰ Tradução nossa: [...]si vous avez affaire à des phénomènes de frontière, il vous faut **construire** la frontière, expliquer comment vous construisez le concept de bord. S’agissant du concept de frontière il me faut des solutions, raisonnées, construire des raisonnements.

²¹ Tradução nossa: Identifier signifie que toute notion (qu’il s’agisse d’une notion lexicale, grammaticale, ou d’une relation predicative) est appréhendé à travers des représentations, liées à des situations énonciatives, réelles ou imaginaires.

armário”, lidamos com uma relação de identificação, pois X (o móvel) é identificável a Y (armário), ou seja, o armário é determinado em relação a móvel, assim como outros tipos de móveis que poderão ser determinados em relação a móvel. Somente dessa forma, através dessa relação de vizinhança, uma ocorrência pode ser identificável a outra, e exatamente isso é o que vai garantir essa equivalência mínima que permite que tenhamos produção-reconhecimento de formas.

A operação de identificação assume aqui um papel fundamental, visto que sem ela “não podemos construir nem termos, nem relações entre termos, nem relações de *repérage* (CULIOLI, 1990, p. 96)²²”.

3.4.2 Diferenciação

Se temos uma operação de identificação na qual X é identificável a Y, na diferenciação é exatamente o oposto, X não é identificável a Y. Aqui temos de alguma forma uma alteridade que pode ser fraca ou forte, no entanto isso permite que se construa o domínio em zonas. Comparando duas ocorrências (i) e (j), sendo identificáveis entre si e em relação ao centro organizador (x), neste caso,. Construimos, portanto, um aberto. Todavia, para lidarmos com uma zona qualificada como aberta, pois ambas não se diferenciam para que se torne fechada, é necessário que haja uma ruptura, ou seja, que haja uma separação em duas zonas, e isso só acontece por conta da construção da alteridade.

A alteridade, como explica Culioli (1985), faz com que haja uma dupla construção. De um lado, uma propriedade pode ser tida como centro organizador. De outro lado, uma zona aberta é constituída através de uma ficção metalinguística (que faz uso de um valor hipotético). Por outro lado, há uma ocorrência com uma alteração mesmo que mínima.

O ponto chave da diferenciação é exatamente a ruptura, é necessário que chegue a um momento em que não é mais possível uma ocorrência, pois uma sofreu uma transformação até que a ruptura ocorra e, então, a diferenciação. Dessa forma, teremos a diferenciação em zonas: interior, exterior e fronteira.

3.4.3 Interior, Exterior e Fronteira

²² Tradução nossa: [...] on ne peut construire ni termes, ni relations entre termes, ni relations de repérage.

Devido à identificação e à diferenciação, o domínio nocional também apresenta uma divisão, de um ponto de vista qualitativo, que ocorre em três zonas: Interior (I), exterior (E), fronteira (F).

O interior é composto por ocorrências que são qualitativamente identificáveis com o centro organizador. Suas ocorrências são individuáveis e identificáveis umas com as outras, pois possuem todas a mesma propriedade, já que elas são identificáveis com o centro organizador. Portanto, o interior é a construção de um aberto onde estão contidas todas as ocorrências.

O exterior, ainda no terreno do qualitativo, se afasta do centro organizador e apresenta ocorrências diferentes. Culioli (1990, p. 98) afirma que “o exterior é vazio de propriedade constitutiva da noção, seja pela alteridade radical, seja pela inexistência”.

A fronteira é exatamente aquilo que não pertence nem ao interior, nem ao exterior, mas que pode se ligar tanto a um quanto ao outro, pois possui propriedades dos dois lados. No entanto, isso vai depender da ação dos enunciadores durante a troca enunciativa.

Para facilitar a compreensão, podemos utilizar alguns exemplos voltados para as nossas análises. Assim teremos:

- a) Cobriu a sepultura.
- b) Descobriu a sepultura.

Considerando, portanto, o verbo cobrir como a ação de impedir que algo seja visto por alguém, diremos que “cobrir” em (a) possui tal propriedade (P), sendo, então, identificável ao centro organizador e, conseqüentemente, fazendo parte do interior (I).

À medida que “cobrir” se afasta dessa tal propriedade (P), no exemplo (b), assumindo uma característica totalmente o contrário, estará, então, no exterior (E). Nesse caso, ao verbo é acrescentado o prefixo *-des*, o qual lhe atribui a característica que o faz se opor ao centro organizador de cobrir.

3.5 O gradiente

Dentro de todo esse sistema de ocorrências no domínio nocional, uma outra operação merece destaque, o gradiente. A partir do centro organizador o domínio é organizado, pois ele serve como ponto de concentração. Assim, qualquer parte do domínio será contida pelo centro organizador, por assimilação, ou por identificação.

De um ponto de vista quantitativo, as ocorrências de uma noção podem ocorrer

apresentando propriedades próximas do centro organizador, mas também ir se afastando e se diferenciando. Essa ideia de uma “escala” abstrata é o que chamamos gradiente, e a partir dele situamos as ocorrências em relação ao centro organizador.

O centro organizador constitui um dos polos, e através das operações possíveis dos sujeitos enunciadore sobre os domínios estruturados, permite que haja zonas de diferenciação à medida que se afasta do centro organizador. Como consequência, essas zonas de diferenciação podem ser mais fracas ou mais fortes em relação ao centro.

Todo esse sistema de representação construído metalinguisticamente serve para o trabalho do linguista, suas observações e análises. Um trabalho minucioso e rigoroso como esse, é apenas o começo para que possamos compreender a construção de sentido em um momento inicial. Na sequência, outras etapas devem ser percorridas englobando, assim, relações mais complexas entre as unidades morfolexicais.

Como mencionado anteriormente, dividimos, para fins didáticos, a construção de significação em três etapas. A noção e todos os seus desdobramentos dizem respeito à primeira parte dessa construção. Na sequência, adentraremos na segunda etapa denominada de relação predicativa.

4 A relação predicativa

Conforme já sabemos, tratando-se de construção de significação, podemos afirmar que, nesta abordagem, ela se dá em diferentes etapas. Anteriormente, passamos por essa construção ainda no nível do pensamento, onde construímos uma noção. Agora, entramos em uma etapa na qual ainda não temos um enunciado, mas algo que já começa a ser organizado em torno de um termo. Conforme Lima (1997), a construção do enunciado passa por três etapas: a constituição de uma *lexis* (a relação primitiva), a relação predicativa e a relação enunciativa.

Em primeiro lugar, a *lexis* é, de acordo com Culioli (1990), uma forma organizadora que gera as relações predicativas. “Ela é ao mesmo tempo um conteúdo proposicional e um esquema vazio, abstrato (*idem*, 1990, p. 74)²³”.

Lima (1997) explica que a *lexis* é constituída por três lugares vazios representados por $\langle 0 \ 1 \ \pi \rangle$, os lugares vazios 0 e 1 são preenchidos por argumentos, enquanto o lugar π , também vazio, por um predicado. Nesse esquema, o ponto de partida é 0 e o ponto de chegada

²³ Tradução nossa: La lexis est à la fois un contenu propositionnelle et un schéma vide, abstrait.

1, já o elemento π é o relator, aquele que opera a predicação. É exatamente este elemento, o predicado, que coloca em relação os argumentos correspondentes aos elementos 0 e 1. Assim, cada lugar vazio que foi preenchido com um termo do léxico resulta em uma *lexis*.

Esse processo de preenchimento dos lugares vazios de uma *lexis*, segundo Lima (1997, p. 23) “implica uma relação primitiva de natureza semântica que se estabelece entre lexemas que possuem propriedades vinculadas à noção”.

Essa relação primitiva se manifesta tanto no esquema de *lexis* quanto na própria *lexis*. Aquele esquema vazio a ser preenchido torna-se um esquema preenchido por três termos do léxico representados por $\langle R, X, Y \rangle$. Cada um desses elementos possui propriedades como animado/inanimado, determinado/indeterminado, discreto/compacto/denso, processo/estado, etc., que são responsáveis por determinar a orientação da relação predicativa e essas mesmas propriedades é que vão permitir que esses termos possam fazer parte de um esquema de *lexis*. Assim, podemos ter uma *lexis* como $\langle \text{Paulo, mensagem, escrever} \rangle$, na qual os argumentos X e Y (Paulo e mensagem, respectivamente) possuem propriedades que vão permitir que se tenha determinados argumentos para o elemento R (escrever), tido como relator.

Com base, então, nesse esquema é que os termos serão ordenados, segundo as propriedades de cada um. As propriedades, portanto, de “escrever” é que vão determinar o tipo de argumento e sua organização no enunciado.

A relação predicativa concerne ainda à organização que se dá em torno da criação de um enunciado, diríamos que é um projeto de enunciado que tem como base a redistribuição da *lexis* com a participação dos sujeitos enunciadores. No entanto, não há, necessariamente, uma correspondência entre a organização da *lexis* e o enunciado, de forma que vários enunciados podem ter em comum a mesma *lexis*. Até que se chegue, no entanto, ao enunciado de fato, há algumas operações de natureza predicativa para que se alcance um resultado. Essas operações predicativas constituem tanto a relação predicativa quanto a organização sintática do enunciado que será formado como resultado dessas operações.

A relação predicativa integra o enunciado. Segundo Valentim (1998, p. 42), “subjacente a qualquer enunciado há, pois uma relação predicativa entre duas noções predicativas que é especificada por uma terceira noção predicativa”. Nesse momento, ainda não há um enunciado estabelecido, apenas uma representação, um objeto metalinguístico. Assim, podemos dizer que uma relação predicativa $\langle r \rangle$ é uma estrutura considerada abstrata, que é composta pelas noções lexicalizadas e categorizadas e que já apresenta um sentido.

Utilizando o exemplo citado anteriormente, partimos então da *lexis*, $\langle \text{Paulo, mensagem, escrever} \rangle$, que se transforma na relação predicativa (1), $\langle \text{Paulo, escrever,}$

mensagem>.

Para que esta relação predicativa assuma a posição de um enunciado, é necessário que sobre esta sejam associados valores de noções gramaticais. Isso ocorre como resultado de operações de localizações que vão acrescentar valores referenciais a esta relação. Isso quer dizer que temos um potencial enunciativo, pois, a partir dessa relação predicativa, podemos gerar uma família de enunciados que vão depender dessas operações de localização. Podemos então, como exemplo, apresentar algumas paráfrases resultantes da relação predicativa (1).

(2) Paulo escreveu a mensagem / uma mensagem/ mensagens para a amiga

(3) A mensagem foi escrita por Paulo / um tal de Paulo/ aquele rapaz chamado Paulo

Dessa forma, percebemos como uma relação predicativa pode ser parafraseada e como a partir de uma *lexis* se alcança uma infinidade de possibilidades de construção de enunciados e de sentidos. E, da mesma forma, fica claro que, a partir do momento que há uma localização no espaço enunciativo de um referencial, os enunciados tomam forma.

Assim, percorremos uma segunda etapa da construção de sentido com base nas relações predicativas. Entretanto, ainda há o nível enunciativo, o qual complementa todo o processo da construção de sentido nesse aporte teórico.

5 A relação enunciativa

Vimos como a significação começa a se estruturar por meio das relações predicativas de forma a gerar um enunciado com base em um sistema de localização. Além disso, a partir da noção, operações de *repérage*, de identificação, diferenciação, etc., são encadeadas e ocorrem juntamente para a formação de um enunciado. Assim, temos as operações predicativas e enunciativas que não estão dissociadas, mas que são partes desse processo de construção de significação.

As operações predicativas, já apresentadas anteriormente, são aquelas internas à relação predicativa. As operações enunciativas, por sua vez, são aquelas que constroem uma relação enunciativa que será responsável por localizar a relação predicativa que ocorre dentro do espaço enunciativo. Em outras palavras, essa relação predicativa se encontra no espaço referencial construído no e pelo enunciado. Isso implica em dizer que sem relação predicativa não há relação enunciativa.

O enunciativo é uma parte de todo um trabalho de relacionar que concerne, de um lado, a relações entre representações nocionais que chamamos relações primitivas, de um outro lado, em relação a um esquema predicativo, à atribuição de uma orientação, à instanciação de lugares (CULIOLI, 2010, p. 164)²⁴.

As relações predicativas e enunciativas estão interligadas e uma depende da outra, de forma que a relação enunciativa atribui valores referenciais à relação predicativa, e somente esses valores referenciais fazem da relação predicativa um enunciado. Assim, conforme Valentim (1998, p. 45), com base na relação enunciativa, podemos definir o ato de enunciar, “não só como construção de representação, mas também como construção de um espaço enunciativo, ou seja, como determinação e estabelecimento de valores referenciais”.

A partir dessas operações enunciativas, serão gerados valores referenciais de pessoa, de quantificação-qualificação, de temporalidade, de aspectualidade e de modalidade. Segundo Campos (1994), para que haja uma Situação de enunciação (Sit), é necessário que um sujeito assumira a posição de Sujeito enunciador (S) em um Tempo da enunciação. A situação de enunciação está na origem de um Sistema de coordenadas enunciativas ou sistema referencial. Este sistema referencial, por sua vez, é o localizador dos valores referenciais que vão caracterizar um enunciado.

É, pois, na relação enunciativa que se consolida todo o processo que se inicia com uma noção, passando por todas as etapas de construção de significação, resultando no enunciado. Porém, é importante não apenas passar por essas etapas, mas compreender o processo de construção de sentido e os fatores que serão essenciais nesse processo, assim como, a consequente estabilização desse sentido.

6 Da construção à estabilização de sentido

Um ponto chave na TOPE é a construção de sentido, não admitindo que uma unidade possa apresentar um sentido primeiro, ou seja, um sentido base. Nesse caso, o sentido será construído com base no próprio jogo de interação das unidades nos enunciados.

²⁴ Tradução nossa de: L’*énonciatif* est une partie de tout un travail de mise en relation, qui concerne d’un côté des relations entre des représentations notionnelles, ce qu’on appelle relations primitives, d’un autre côté, par rapport à un schéma prédictif, l’assignation d’une orientation, l’instanciation de places.

O sentido das unidades constrói-se no e pelo enunciado, ao mesmo tempo em que elas determinam o sentido desses enunciados. Não há sentido próprio e sentido derivado por metáfora: o valor bruto da unidade é sempre um valor abstrato, uma época, não uma designação, é um potencial e não um conteúdo (FRANCKEL, 2011, p. 23).

As unidades não são um produto acabado, mas apenas apresentam um potencial que será desenvolvido no enunciado. Cada unidade exercerá, então, um papel dentro de um todo, em relação às outras unidades.

Uma palavra não pode significar sozinha, mas somente em relação a outras. Aqui, entramos no ponto crucial da construção de sentido, a interdependência das unidades. Pensar nesse âmbito, leva-nos a discutir alguns elementos que vão atuar na construção de sentido. Entre eles, podemos destacar cotexto, contexto ou situação.

6.1 Cotexto

O valor das unidades é variável, pois resulta de interações, dependendo do meio uma unidade pode assumir um valor ou outro. Isso é o que chamamos de cotexto ou contexto imediato que, segundo Franckel (2006, p. 1), é

relativo a uma sequência (seguida de palavras e de unidades interpretáveis) que constitui o meio imediato. Trata-se de uma unidade ou de um grupo de unidades cuja presença age imediatamente, o mais frequentemente, no próprio seio de um enunciado, no sentido de uma unidade ou da sequência em questão [...]²⁵.

Esse conceito denota que as unidades exercem papel fundamental na construção de sentido que apenas se manifesta nessa relação, é o que Benveniste chama de função integrativa. Nada significa em si, mas em função do conjunto, pois é a própria estrutura que confere tanto a significação quanto a função, e os elementos se identificam exatamente em uma relação com outros segmentos, destaca Benveniste (2005). A função integrativa acontece de forma que:

²⁵ Tradução nossa: [...] est relatif à un mot ou à une séquence (suite de mots et d'unités interprétable), dont il constitue l'environnement immédiat. Il s'agit d'une unité ou d'un groupe d'unités dont la présence agit immédiatement, e lus solvante au sein même d'un énoncé, sur le sens de l'unité ou de la séquence em question [...]

A frase realiza-se em palavras mas as palavras não são simplesmente os seus segmentos. Uma frase constitui um todo, que não se reduz à soma das suas partes: o sentido inerente a esse todo é repartido entre o conjunto dos constituintes. A palavra é um constituinte da frase, efetua-lhe a significação; mas não aparece necessariamente na frase com o sentido que tem como unidade autónoma (BENVENISTE, 2005, p. 132).

Vamos, então, a outro ponto essencial, o fato de que cada unidade apresenta um comportamento e que pode ser associável a inúmeros valores. Daí a afirmação de Franckel (2006) de que toda e qualquer unidade pode ser afetada pelo contexto: verbos, complemento, advérbio e etc.

Franckel (2006) entende que essa interação com o contexto pode ocorrer de duas formas, em um nível lexical ou em um nível sintático.

No nível lexical, se levarmos em consideração o exemplo: eu descobri um(a) (X), essa sequência vai apontar características específicas do verbo. Isso se explica pelo fato de a sequência aceitar um determinado complemento e outro não. Dessa forma, podemos ter: “eu descobri um esconderijo”, “eu descobri um segredo”, mas dificilmente diríamos “eu descobri um minuto”.

No nível sintático, à medida que mudamos o entorno sintático do verbo, também há uma alteração no sentido deste. Citando o exemplo do verbo descobrir, tomando com base em nossas próprias buscas para a realização deste trabalho, podemos ver, rapidamente, como o emprego deste verbo pode ser alterado. Trazendo para o português podemos ter: descobrir que não poderia ter filhos, descobrir de onde vem os tiros, descobrir-se com 30 anos, etc. Observamos, portanto, que, à medida que o complemento é substituído, o emprego do verbo também sofre alterações que, em alguns momentos, parecem nem haver um fio condutor entre eles. Se pensarmos em *descobrir que não poderia ter filhos*, teremos o sentido de *tomar conhecimento*. Descobrir de onde vinham os tiros, por sua vez, pode ser substituído por *identificar*. Enquanto em, *descobrir-se com 30 anos*, evoca o sentido de *perceber*. Notamos, então, que à medida que alteramos o entorno sintático o verbo assume um sentido diferente, uma vez que, nas três sequências surgiram três possibilidades de significação para descobrir: *tomar conhecimento*, *identificar* e *perceber*, apontando que os sentidos se diferenciam, levando para diferentes caminhos que, às vezes, parecem sem um nexo. Para o autor, isso mostra que o contexto age sobre o modo da descontinuidade, pois “a passagem de um contexto a

outro é suscetível de corresponder a saltos semânticos da unidade que constitui o meio imediato e o surgimento de sentido sem ligação aparente (Franckel, 2006, p 2)”²⁶.

Evidentemente, o cotexto sozinho não é suficiente para toda a variação de sentido de uma unidade lexical em um enunciado. Ele apenas é parte dessa organização e contribui para esse fenômeno, dessa forma, é preciso compreender que,

A variação (diversidade dos valores, mas também das distribuições, e ainda dos modos de organização e arranjos dos enunciados) constitui um fenômeno corrente, e não localizado, já que diz respeito à maioria das unidades; a variação é apenas em parte determinada pelo cotexto lexical; obedece consideravelmente a fortes regularidades, ligadas à estrutura desse cotexto; as próprias unidades condicionam seu cotexto de inserção, no sentido em que elas determinam não apenas a forma desse cotexto, mas também o tipo de cena enunciativa na qual este se inscreve (FRANCKEL, 2011, p. 22).

Embora o cotexto seja necessário para a construção de sentido, ele não será o único a agir para esse fim. Há também outros fenômenos, como o contexto, que pode trabalhar da mesma forma sobre o enunciado, contribuindo, então, para que o sentido seja construído.

6.2 Contexto

Então, se o cotexto não é o único responsável pela construção de sentido, precisamos esclarecer como outros fenômenos também contribuem para isso. Assim, o contexto entra aqui como outro elemento de fundamental importância. Entretanto, os dois atuam de forma diferente. Desse modo, conforme Franckel (2011b), a unidade depende do cotexto e a sequência do contexto, pois a unidade só adquire valor quando interage com um cotexto, enquanto a sequência precisa ser relacionada a um contexto para se tornar interpretável. A sequência, de acordo com Franckel (2011b, p. 107), “é um pequeno encadeamento de palavras contextualizável e inteligível” que pode ser um sintagma (uma subida suave) ou uma frase simples (ele fez bem em agir assim)”.

Um ponto muito importante aqui é que o contexto surge a partir do enunciado e não o

²⁶ Tradução nossa: Le passage d'un cotexte à un autre est susceptible de correspondre à des sauts sémantiques de l'unité dont il constitue l'environnement immédiat et à l'apparition de sens sans lien apparent.

contrário. Apesar de seu caráter extralinguístico, o contexto não está no extralinguístico e nem funciona independente do enunciado. Desse modo, ele é gerado pelo próprio enunciado, “a própria forma da sequência é responsável por determinar as condições de sua constituição em um enunciado contextualizado (FRANCKEL, 2011b, p. 109)”.

Se observarmos os exemplos já citados como, descobrir o segredo, descobrir o esconderijo, descobrir como liberar o portão e etc., percebemos que cada um leva a um contexto específico. Embora nos três casos, o “descobrir” possa ser intencional ou não, há outras diferenças que podem ser destacadas. Descobrir o segredo, por exemplo, remete a uma situação de algo que não foi revelado, mas que alguém desvendou. Descobrir o esconderijo, por sua vez, leva, de alguma forma, a algo mais material, um lugar, mas também pode ser um objeto. O terceiro caso, “descobrir como”, normalmente remete a uma situação de atividade mecânica de entender como algo funciona ou como manuseá-lo.

A abordagem sobre a construção de sentido, nesse ponto de vista, busca delimitar a parte do sentido que é estabilizável. Apesar de toda a amplitude em relação ao sentido, há sempre uma parte que se mantém, mostrando-se invariante. Referimo-nos aqui ao que se repete tanto no sentido como nos aspectos do contexto e que vai permitir a sua interpretação.

6.3 A invariância

Apesar da diversidade do léxico e da heterogeneidade da linguagem é possível encontrar invariâncias a partir da consideração tanto da singularidade quanto da diversidade. De forma simples, De Vogüé (2006, p. 302) afirma que “o invariante é simplesmente o que não varia; ou mais precisamente, o que não varia naquilo que em outro lugar varia, essa variação sendo, de alguma forma, pressuposta pelo prefixo negativo²⁷”.

Essa invariância pode ocorrer entre as línguas, mas também dentro de uma língua específica. Mesmo diante da diversidade das línguas, há sempre aquilo que permanece de certa forma, não como um universal, mas como um traço que se mantém e preserva determinadas características se reportando, então, ao que ocorre em outra língua, conforme De Vogüé (2006). Do mesmo modo, ocorre em uma língua específica. Quando se faz uso de uma determinada unidade lexical, qualquer que seja ela, a invariância também se manifesta, pois as unidades também manifestam regularidades enquanto apresentam variâncias.

²⁷ Tradução nossa: l’invariant est simplement ce qui ne varie pas: ou plus précisément, ce qui ne varie pas dans ce qui par ailleurs varie, cette variation étant en quelque sorte présumée par le suffixe négatif.

Embora pareça uma afirmação controversa, a partir da diversidade de empregos de uma unidade conseguimos encontrar a singularidade, de tal modo que a invariância é encontrada a partir da variação, uma vez que há sempre algo que se mantém. No entanto, dentro dessa regularidade, é imprescindível levar em consideração que:

O estável é, portanto, sempre e necessariamente o produto de processos interativos regulados de estabilização. Isso não exclui de se associar à unidade lexical um conteúdo semântico, mas 1) esse conteúdo não é dado de antemão, nem estabilizado em si; 2) ele não se define pelas propriedades da entidade do mundo que permite, em um enunciado particular, designar: ele não se define por uma referência virtual (FRANCKEL, 2011b, p. 53).

A identidade de uma unidade será delineada, então, a partir da pluralidade dos empregos e de valores que surgiram nos variados textos nos quais as unidades estão inseridas. Os itens lexicais, nesta teoria, não são vistos como um material pré-construído que se instaura com base na organização sintática dos enunciados, “mas como um lugar de variação regrada”. (FRANCKEL; PAILLARD, 2011, p. 97). Conforme afirmam os referidos autores, isso quer dizer que a característica primordial da identidade não é um valor, mas está diretamente ligada ao funcionamento das unidades, pois estas não trazem diretamente um sentido nelas próprias.

No entanto, a identidade não é definida primeiramente, mas vai depender da função desempenhada pela unidade “nas interações constitutivas do sentido dos enunciados nos quais ela é posta em jogo” (FRANCKEL, 2011, p.23). Assim, o sentido não depende apenas do contexto, mas também da interação das unidades (cotexto). Temos nesse plano uma relação muito forte tanto com o cotexto como com o contexto, pois de acordo com Franckel:

Descrever a identidade da palavra é descrever as condições dessa interação com o cotexto. O cotexto da palavra, o contexto da sequência são, portanto, filtros convocados pela palavra, mas que tornam sua identidade opaca. Esses filtros são, ao mesmo tempo, uma consequência dessa identidade e uma condição necessária à sua interpretação (*idem*, 2011c, p. 115).

Claramente, não se adota nesta teoria a ideia de valor primeiro de uma unidade, já que os sentidos são sempre construídos no e pelo enunciado. A estabilização não é primeira no

processo de construção do sentido e somente ocorre através das interações da unidade com o meio textual em que se insere, revelando assim as regularidades. Nesse caso, ao invés de pensar em polissemia, somos levados a pensar em variações reguladas que são aquelas que vão ocorrer nas interações. Dessa forma, a unidade apresenta papéis específicos para cada tipo de interação que ela realiza.

Se a estabilização de sentido, não ocupa posição primordial, então, como esclarece Franckel (2011), o sentido será determinado de forma diferente em diversos empregos de uma unidade e não necessariamente serão encontrados sentidos que remetem a um núcleo semântico estável. E isso ocorre por que as unidades não apresentam um valor central de onde partem todos os outros valores. Além disso, não se pode restringir o sentido das unidades somente às propriedades de referentes aos quais elas supostamente remetem.

A estabilização ou identidade de uma unidade, por sua vez, será sempre fruto daqueles processos interativos regulados de estabilização. Portanto, caso seja associado a uma unidade um conteúdo semântico, é importante lembrar que, ele nunca será pré-construído nem estabilizado em si, da mesma forma, não será definido por uma referência virtual (aquela que restringe o sentido das unidades a propriedades de referentes que se julga que elas remetem), mas, de acordo com Franckel (2011), esse sentido só será determinado e estabilizado em um meio textual definido e será convocado pela própria unidade de modo específico e organizado.

Destacamos, portanto, que a identidade será sempre fruto de processos interativos regulados de estabilização, não se tratando de um valor pré-estabelecido, mas que está diretamente ligado ao funcionamento da unidade.

Todavia, para que cheguemos a essa identidade, necessitamos de uma formalização, já que somente é possível através do funcionamento das unidades. Tendo em vista, então, essa necessidade, a forma esquemática é sugerida por Culioli como um modelo capaz de dar conta desse funcionamento.

7 A forma esquemática

Lidamos com uma teoria que não foca em um sujeito enunciador, mas que se volta para operações abstratas na tentativa de explicar o funcionamento e a organização das formas que formam o enunciado, bem como suas restrições. Então, a partir de dados, o linguista coloca à prova diversas hipóteses até que sejam descobertos novos fatos a respeito desse funcionamento.

Como consequência dessa busca de explicar funcionamentos e organizações e ter acesso ao sentido, a atividade de paráfrase e reformulação será essencial, pois nem o sentido das palavras, nem dos textos está fora da língua. Além disso, este sentido apresenta sua própria ordem com características peculiares que não é cópia de um pensamento nem de um referente externo. Nessa atividade que é metalinguística, o sentido é apreendido quando o fazemos circular, isto é, quando tentamos de alguma forma substituir as palavras por outras para melhor nos fazermos entender.

Reconstruir, pois, as operações que permitem dar conta da complexidade semântica de uma unidade é uma tarefa que demanda, de acordo com Culioli (1990), a construção de um sistema de representação metalinguístico que seja capaz de descrever e de calcular essas operações, reconstruí-las. Para realizar tal tarefa Culioli propõe, então, a forma esquemática como forma de representação semântica de uma unidade. Segundo o autor,

Essa forma esquemática nos fornece, então, uma configuração abstrata que, conforme as transformações as quais a submetemos (translação, destacamento, imersão em um domínio centrado, em um domínio de forças intersubjetivas, etc.), vai modificar sua forma (marcador), seu valor, sua latitude de coocorrência²⁸ (CULIOLI, 1990, p. 130).

Para Franckel (2006, p. 15), “uma forma esquemática define a identidade de uma palavra como a forma particular que ela tem de incorporar e de construir os meios que ela torna possível”. Como já foi mencionado, não se busca, através da forma esquemática, um sentido que seja central de onde derivam os outros, mas as regularidades de variação obtidas com base no papel que cada unidade representa nas interações em que estão inseridas. Da mesma forma fundamentada, De Vogüé (1999, p. 19) esclarece que:

Determinar a forma esquemática que dá conta da variação de um termo através de seus empregos, consiste então em determinar as diferentes entidades, suportes ou instanciações, achando-se implicadas (ou seja, determinadas qualitativamente e quantitativamente configuradas) pela figura que define esse termo (DE VOGÜÉ, 1999, p. 19).²⁹

²⁸ Tradução nossa: cette forme schématique nous fournit donc une configuration abstraite qui, selon les transformations qu'on lui fait subir (translation; décrochage; plongement dans un domaine centré, dans un champ de forces intersubjetives, etc.), va modifier sa forme (marqueur), sa valeur, sa latitude de co-occurrence.

²⁹ Tradução nossa: Déterminer la forme schématique qui rend compte de la variation d'un terme à travers ses emplois, revient alors à déterminer les différentes entités, supports ou instanciations, se trouvant impliquées (c'est-à-dire déterminées qualitativement et quantitativement configurées) par la figure qui définit ce terme.

Segundo Franckel e Paillard (2011), a forma esquemática de uma unidade é um polo que regula as interações com os elementos de seu ambiente que são necessários para o seu funcionamento. Ela pode ser um esquema, pois organiza o cotexto e o interpreta. Mas, também pode ser uma forma, já que há a possibilidade de adquirir diversos valores. Nesse caso, vai muito além de encontrar a invariância a partir da variação, mas envolve o fato de marcar os princípios que vão regular essa variação.

Os autores destacam que a forma esquemática põe em jogo três planos de variação:

- a) Uma variação interna à própria unidade. Aqui as deformações resultam das interações com os diferentes contextos possíveis. Essas deformações são estruturadas especificamente pela forma esquemática própria a essa unidade.
- b) Uma variação que provém dos itens lexicais do cotexto. Esses itens lexicais, por sua vez, ativam um ou outro parâmetro da forma esquemática. Assim, à medida que se altera o cotexto o funcionamento da unidade é ativado de maneira diferente.
- c) Uma variação das construções sintáticas. Internamente ao próprio item, cada unidade participa de um tipo determinado de construção e isso faz parte da sua própria identidade. Externamente, uma vez que cada unidade procede de uma reconstrução, ou seja, o acréscimo de um novo item, por exemplo, reconstrói o sentido.

Enquanto a construção de um item lexical é tida como um lugar de variação, ou seja, uma unidade pode fazer parte de várias construções, essa construção pode ser tida como a reconstrução desse item. Para Franckel e Paillard (2011), é necessário, então, a partir desse pressuposto levar em consideração que as construções sintáticas são de certa forma autônomas em relação ao léxico, pois a escolha de um item lexical não determina completamente a construção sintática da qual esse item vai fazer parte.

A forma esquemática não se reduz a uma listagem de empregos de uma unidade lexical. De acordo com Culioli (1990) ela é constituída de formas suplementares que são exatamente as deformações da forma de base. Assim, uma forma esquemática

coloca em jogo parâmetros semânticos abstratos, ou pelo menos genéricos, no sentido de que eles se situam aquém de uma atribuição lexical e são suscetíveis de suportar múltiplas especificações. Esses parâmetros são determinados pelas unidades lexicais que os instanciam, os especificam, constituindo uma espécie de encarnação semântica dada (FRANCKEL, 2006, p. 16)³⁰.

³⁰ Tradução nossa: Une FS met en jeu des paramètres sémantiques abstraits, ou du moins génériques, en ce sens qu'il se situent en deça d'une assignation lexicale et sont susceptibles de faire l'objet de multiples spécifications.

Desse modo, a partir da forma esquemática podemos apreender a organização dos dispositivos que são deformáveis no jogo do enunciado, assim como, a complexidade semântica de uma unidade e as operações que ela coloca em jogo. Além disso, Culioli (1990) explica que será possível tratar ao mesmo tempo da modificação e da invariância, de modo que cheguemos à deformabilidade.

8 Síntese conclusiva

Todos esses processos que passam pela noção, construção de sentido e finalmente pela identidade de uma unidade, revelam-nos o caráter diversificado e complexo que a linguagem assume. De fato, todo esse percurso se resume à atividade considerada essencial na TOPE, a construção e reconstrução de sentido.

Tendo como ponto de partida a construção de significação, que, neste trabalho, dividimos em três partes, vimos como esse processo se dá, na unidade e nas relações predicativas e enunciativas.

É a língua que nos fornece todo o material necessário para que o sentido se estabeleça e, conseqüentemente, o apreendamos. Isso é evidenciado através dos enunciados e do papel que as unidades representam através de todo jogo de interações que é engendrado no e pelo próprio enunciado.

É interessante notar como tudo está interligado de forma tão complexa e tão harmoniosa, de forma que a mudança de uma unidade altera todo o conjunto e, como resultado, o sentido será também alterado. Dessa forma, evidencia-se como o sentido não pode, nessa abordagem, estar limitado a uma estabilidade e a um valor pré-construído.

Com base, então, nesses pressupostos, consideramos que a teoria consegue avançar e explicar como muitas vezes o sentido de uma unidade consegue ter rumos tão distintos e como se dá todo esse processo de construção de sentido.

Após essa reflexão teórica, acreditamos que seremos capazes de pelo menos começar a compreender como se dá o processo de junção de duas unidades (no caso prefixo e verbo), de forma que constituam sentido, não só entendendo esse encadeamento de unidades como

Ces paramètres se voient assigner des unités lexicales qui les instancient, les spécifient, en constituant une sorte d'incarnation sémantique donnée.

algo que gera uma oposição entre o verbo e a unidade já prefixada, mas também identificando como os diversos sentidos podem ser desencadeados.

Isto posto, entendemos que é necessário caminharmos pelo universo dos prefixos nas mais diferentes abordagens. Desse modo, veremos posições variadas a respeito do assunto que nos fornecerão uma base para lidarmos com o tema de forma satisfatória. Por este motivo, o capítulo seguinte fará um percurso pelas gramáticas tradicionais e pela linguística de uma forma geral, mostrando como cada uma das abordagens explora o assunto em questão.

2 UM OLHAR SOBRE A PREFIXAÇÃO

Diante da necessidade de comunicação, criamos novas palavras a partir de outras através de vários processos de formação de palavras e o fazemos tanto em discursos formais como em situações mais corriqueiras. Na maioria das vezes, nem nos damos conta desses artifícios dos quais fazemos uso no processo de interação verbal.

Processo, segundo Dubois et *alii*. (2004, p. 487), é uma forma de mecanismo “que implica um conjunto de operações sucessivas”. Subentende-se, então, que estes processos não são simples mecanismos de acréscimos de morfemas a uma base, nem tampouco algo sem uma explicação lógica ou uma razão de ser.

Basílio (2000) explica que esses processos escondem muitos mistérios, apesar de parecerem simples e transparentes. Muitos deles são mesmo difíceis de serem explicados, como o caso das palavras terminadas em *-ção* que, na maioria das vezes, não aceitam a formação adjetiva correspondente com o sufixo *-oso*: *vocação/vocacioso*, *atração/atracioso*, entretanto, em exceções, como *atenção/atencioso* ocorre sem maiores problemas.

Apesar de não serem mecanismos simples ou mesmo que não sigam regras com padrões rígidos, sempre ocorrerá a necessidade de palavras que não sejam aquelas já existentes na língua. Basílio (2000, p. 11) afirma que o próprio “léxico provê estruturas, por exemplo, para aproveitar qualquer palavra de uma classe para a formação de uma palavra equivalente em outra classe”.

Vários são os motivos que levam o falante a criar uma nova palavra, entre eles, Basílio (2000) destaca dois. O primeiro deles é quando há a necessidade de uma palavra de classe gramatical diferente, no entanto, já existe uma palavra e apenas se aproveita o significado que esta assume na língua. O segundo caso é aquele que muitas vezes não se precisa mudar a classe, mas apenas formar uma outra palavra que mantenha uma relação semântica com a primeira. Este acontece, mais especificamente, com os prefixos, pois o seu objetivo não é mudar a classe gramatical da palavra.

Evidente que esses não são os únicos motivos para se formar palavras novas em uma língua, mas o nosso interesse se restringe à prefixação. Na realidade, Basílio (2000) nem considera esses motivos como principais, porém, não se pode negar sua importância na língua.

O processo de prefixação é responsável pela criação de uma infinidade de palavras no português. Se refinarmos essa busca somente ao prefixo *des-*, encontraremos nos dicionários, por exemplo, várias páginas que irão explorar essas palavras.

No entanto, percebemos que o tema prefixo não é consenso entre gramáticos e estudiosos no assunto, apesar de ser um tema bastante explorado. Assim, seguiremos, fazendo um levantamento de como o assunto é tratado nas gramáticas normativas e nos estudos linguísticos, de uma forma geral.

1.1 A prefixação na tradição grammatical

O léxico de uma língua é formado a partir de vários processos que abrangem desde aqueles de formação das palavras utilizando recursos da própria língua, até os empréstimos feitos de outras línguas. Dentre esses processos, destacaremos aqueles de derivação, mais especificamente, os de derivação prefixal. Este processo consiste, segundo Bechara (2006), no acréscimo de um elemento mórfico – o prefixo – antes de uma base, emprestando ao radical uma nova significação.

Iniciamos com a visão da gramática histórica sobre os prefixos e o processo de derivação no que diz respeito à formação de palavras. Said Ali (2001, [1931]) entende que a derivação faz uso de palavras já existentes, apenas lhes acrescentando certos elementos formativos, fazendo, dessa forma, com que adquiram sentido novo em relação à palavra já existente. Entretanto, é importante ressaltar que, segundo o autor, esse sentido não foge daquele da palavra primitiva, portanto, sentido novo não se refere a algo totalmente desconectado da palavra originária, mas apenas uma derivação de um sentido que já existia.

Said Ali (2001, [1931]) entende a prefixação como um processo derivacional, embora exista uma discordância com outros estudiosos a respeito do assunto que entendem que em alguns casos a prefixação não é um processo derivacional, mas composicional. Ele acrescenta que “os prefixos são, na maior parte, preposições e advérbios, isto é, vocábulos de existência independente, combináveis com outras palavras (*idem*, 2001, p. 172)”, como é o caso dos prefixos *contra-* e *entre-*. por esse motivo, ele afirma que alguns prefixos têm formas livres.

Quanto ao prefixo *des-*, Said Ali (2001, [1931]) é categórico ao afirmar que esta unidade lexical (usada com sentido negativo ou de contradição) sofreu uma mudança a partir de *dis-* em um processo de romanização³¹. Como consequência dessa transformação fonética, aconteceu também uma alteração semântica, levando de forma acentuada a um sentido mais

³¹ Diz respeito à evolução sofrida pelas línguas latinas a partir da influência romana nas regiões onde Roma exercia domínio.

negativo e fazendo desaparecer aos poucos aquele sentido de separação ou divisão que era próprio do prefixo latino.

Também há uma alusão ao uso de *des-* com sentido positivo, ou pleonástico. Nesse caso, não é o resultado da junção de elementos latinos, mas de elementos já romanizados que se misturam de uma forma confusa, como ressalta Said Ali (2001, {1931}). No entanto, esse emprego é mínimo e o autor o considera como variantes de outras formações, citando como exemplo: *desinquieta* e *inquieta*; *desaliviar* e *aliviar*; *desfarelar* e *esfarelar* etc.

Em referência ao prefixo *des-*, que se derivou do latim *dis-*, Said Ali (2001, [1931]p. 187) afirma que serão gerados:

1. Substantivos com o sentido de:

- a) Ação contrária ou falta daquilo que é marcado pela palavra primitiva: *desabrigo*, *desordem*;
- b) Cessão de algum estado: *desengano*, *desilusão*;
- c) Coisa mal feita: *desserviço*, *desgoverno*.

2. Adjetivos que trarão um caráter negativo à palavra primitiva: *descortês*, *desumano*.

3. Verbos que denotam:

- a) Ato contrário ao ato expresso pelo verbo primitivo: *desenterrar*, *desfazer*;
- b) Cessação de uma situação: *desempatar*, *desoprimir*;
- c) Tirar ou separar alguma coisa de outra: *descascar*, *desmascarar*.

Bechara (2006) também concorda com Said Ali em relação às formas livres de prefixos, entendendo que eles podem apresentar existência independente na língua, considerando ainda que estes têm mais força significativa, se forem levados em consideração os sufixos, por exemplo. Como já citado, o prefixo vai emprestar uma nova significação a uma palavra e, assim, é uma das formas mais comuns de se acrescentar novas palavras ao léxico.

Cada prefixo, dependendo da sua origem (grega ou latina), tem uma significação diferente. O prefixo *des-* é descrito por Bechara (2006, p. 366), da seguinte forma: “*de(s)*, *di(s)* (negação, ação contrária, cessação de um ato ou estado, ablação, intensidade): *desventura*, *discordância*, *difícil* (*dis* + *fácil*), *desinfeliz*, *desfear* (= fazer muito feio), *desmudar* (= mudar muito)”. O prefixo *des-*, assim como o *de-* e o *in-*, são considerados negativos, e de acordo com o referido gramático, o *des-* é mais popularmente utilizado.

Por seu turno, Cunha (2007), não se distanciando dos gramáticos citados acima, descreve os afixos, de uma forma geral, como elementos que emprestam sentido e modificam de maneira precisa o radical ao qual se agregam, também considerando seu caráter mais

independente, devido a sua origem. Na sequência, Cunha exemplifica alguns prefixos de existência própria ou não.

A rigor, poderíamos até discernir as formações em que entram prefixos que são meras partículas, sem existência própria no idioma (como *des-* em *desfazer*, ou *re-* em *repor*), daqueles de que participam elementos prefixais que costumam funcionar também como palavras independentes (assim: *contra-* em *contradizer*, *entre-* em *entreabrir*) (CUNHA, 2007, p. 96).

Em relação ao prefixo *des-*, ele é apresentado de uma forma bem restrita, apenas detendo-se a dois possíveis sentidos: separação, ação contrária. Trazendo como exemplos os verbos *desviar* e *desfazer*, respectivamente.

Para Luft (1999), os afixos (prefixos e sufixos) são os elementos que se anexam à raiz, ou a uma radical, por três motivos: alterar o sentido desta raiz ou radical; introduzir uma ideia secundária; ou incluí-la numa das categorias gramaticais que estabelecem classes (ou espécies) de palavras. Este é outro estudioso que defende o caráter independente dos prefixos. Esse é, dentre outros, um dos processos que servem para ampliar o vocabulário de uma língua, mais especificamente, uma ampliação lexical interna.

Por sua vez, Rocha Lima (2011) cita a derivação como o processo que forma novas palavras a partir da agregação de elementos que alteram seu sentido. Também concorda que os prefixos têm um caráter independente com um sentido relativamente preciso e, assim vão modificar o sentido da palavra primitiva.

Entretanto, Rocha Lima (2011) dá um destaque ao fato de que esta regra de modificação do sentido não ocorre universal e obrigatoriamente, pois nem sempre o sentido do prefixo vai aparecer de forma tão clara, como resultado da prefixação.

Para o estudioso, o prefixo latino *des-* apresenta os seguintes significados: *separação*, *privação*, *ação contrária*, *negação* e, respectivamente, os exemplos: *desfazer*, *desfolhar*, *desleal*, *desmascarar*, *desonesto*, *desprotegido*, *destravar* e *desumano*.

Em resumo, todas as gramáticas citadas estão de acordo em relação à importância da derivação prefixal para a diversificação do léxico. Também aceitam os prefixos como formas independentes que ocasionam a alteração de sentido da palavra primitiva. Isso é comum às gramáticas mais modernas que foram pesquisadas.

O que se pode perceber é que as diversas visões apresentadas não destacam nada que aponte grandes mudanças em relação ao tratamento que se dá a esse assunto. Também não há

nada que facilite a compreensão em relação à evolução do uso dos prefixos na língua portuguesa e como em muitos casos pode ter ocorrido uma total descaracterização desse uso em algumas palavras. Procurando, então, por outras formas de abordagem a respeito do tema, veremos como a linguística vê o assunto na visão de alguns estudiosos.

1.2 A derivação lexical na perspectiva da linguística

Uma característica notável nas línguas, conforme Câmara Jr (1971), é a combinação de segmentos para a formação de palavras. Essas combinações entre as formas mínimas se repetem de uma forma praticamente irrestrita na língua e isso se deve ao fator economia nas formas da língua. “Assim se desenvolve o léxico de uma língua, com intensa multiplicação de utilização dos semantemas existentes” (*idem*, 1971, p. 48).

Uma dessas formas de desenvolver o léxico é a derivação que, segundo Câmara Jr. (1976), é um dos mecanismos de criação lexical de uma língua, pois, dessa forma, amplia o léxico a partir das palavras já existentes. Porém, isso não implica em uma formação sem um nexos com aquela que a originou, já que as novas estruturas lexicais vão manter a significação básica da palavra da qual foi derivada, no entanto, seu resultado é sempre de um novo vocábulo, mas mantendo um fio condutor em relação à significação (*idem*, 1971).

O processo conhecido como derivação é aquele no qual temos a presença dos sufixos e prefixos e, como consequência de sua presença, serão formadas as palavras novas. Destaca-se, portanto, que os sufixos vão alterar a categoria do radical ao qual se une, enquanto os prefixos vão lhes alterar o sentido, pois introduzem em uma palavra a sua significação, embora mantenha sua ideia originária.

Conforme o referido autor, os prefixos “apresentam traços próprios, de natureza morfológica e semântica” (CÂMARA, JR. 1971, p. 51). A natureza independente dos prefixos se deve a sua origem, quando no latim vulgar houve uma redução do sistema de preposições, como consequência, não havia mais correspondência exata entre preposições e prefixos. Assim, alguns prefixos continuaram a funcionar mesmo sem a correspondência de preposições, portanto, o sistema de prefixação no português passa a se apresentar da seguinte forma: aqueles que também funcionam como preposição; os que são variantes de preposição; e os que são exclusivamente prefixos.

Rocha (1998) também caracteriza a derivação prefixal como um processo de criação lexical. Além disso, caracteriza os prefixos como tendo identidade fonológica, semântica e

funcional, sendo sempre uma forma presa não se constituindo como base, assim como o sufixo.

O autor considera que há uma dificuldade em se distinguir uma base presa de um prefixo. Ele afirma que autores como Cunha e Cintra (1985) apresentam essa dificuldade de diferenciar entre um e outro e apresentam palavras como eufonia e cacofonia sendo respectivamente, prefixação e composição. Entretanto, Rocha (1998) discorda e insiste que o assunto é pouco estudado na literatura sobre morfologia e seus argumentos, além de serem pouco convincentes, não se aplicam ao português.

A solução para tal dificuldade, segundo o autor, é considerar que é necessário mais de uma raiz para que uma palavra seja considerada uma composição, isto é, as partes que compõem as palavras. Portanto, as raízes devem apresentar uma significação externa de maneira clara e inequívoca.

Outro problema que o autor destaca, em relação à derivação, diz respeito à diacronia e à sincronia. Com o passar do tempo e a evolução da língua portuguesa, muitas palavras que antes eram tidas como formadas por derivação prefixal hoje são reconhecidas como primitivas ou puras. Isso implica em dizer que alguns prefixos deixaram de ser identificados, pois a competência lexical do falante não mais os reconhece como tal. Nesse caso, sincronicamente, considera-se que há uma palavra primitiva, porém, diacronicamente, uma derivação prefixal.

Apesar de toda a discussão em torno dos processos de formação das palavras e da prefixação em si, o prefixo e seus valores não ganham destaque no estudo de Rocha (1998). No entanto, nos momentos em que eles são citados apenas lhes são atribuídos o sentido já conhecido das gramáticas citadas anteriormente.

O assunto também é discutido por Freitas (1979) que a considera como um processo que serve para formar novas palavras e pertence a uma relação aberta da língua, ou seja, dependendo da necessidade do próprio falante e das circunstâncias envolvidas uma palavra pode sofrer uma derivação. Para que essa derivação aconteça, ele entende que há uma necessidade de que os elementos que participam desse processo de formação tenham valor significativo no sistema. A nova palavra também apresenta um monema derivacional que constitui uma forma presa, ou seja, os afixos. É somente a presença destes permite que haja de fato uma derivação.

Os prefixos e sufixos, para o autor, são derivacionais e uma característica fundamental destes é que eles são portadores de nova significação, pois sempre que acrescentados a uma palavra seu sentido será modificado. Além disso, é imprescindível que o núcleo, diferentemente do prefixo, seja uma forma livre, pois isso possibilitará ao sujeito-falante a

formação de outras palavras, pois poderá se associar a uma grande variedade de prefixos. As formas presas como prefixos dependem de uma base, diferentemente das formas livres, como a base, que funcionam de forma autônoma, assim, por apresentarem tal liberdade estão mais predispostas à criação de novas palavras. Os prefixos, por sua vez, como formas presas não possuem autonomia e, conseqüentemente, não possuem essa liberdade de se associarem a outra forma presa, dependem sempre de uma base livre.

Visto que os prefixos são considerados formas presas, não apresentam valor significativo, conforme o autor. Ele ainda defende que a associação entre preposição e prefixo que alguns fazem só tem sentido em um ponto de vista diacrônico, portanto, não corresponde à realidade da língua portuguesa atualmente, pois, na maioria dos casos, como *re-ceber* e *de-duzir*, não se pode dar um valor significativo a *ceber* e *duzir* no sistema atual da língua.

Para que haja uma pertinência morfológica do prefixo, sincronicamente, é necessário que a base à qual o prefixo será afixado seja autônoma no léxico. Além disso, para que um prefixo desempenhe uma função derivativa em um momento específico da língua ele deve apresentar a possibilidade de formar novos sintagmas.

O conceito de derivação é o mesmo independente do enfoque, ou seja, aquele já citado, a junção de um afixo a uma base que vai formar uma palavra. Dessa forma, segundo Basílio (2000), essa forma, base + afixo, constitui uma palavra derivada. Conforme a autora (*idem* 2000, p. 27), “o processo de derivação obedece às necessidades de expressão de categorias nocionais, com contraparte sintática ou não, mas de caráter fixo e, via de regra, de teor geral”.

Os afixos, parte constituinte desse processo de derivação, apresentam, de acordo com Basílio (2000), funções sintático-semânticas definidas. Isso quer dizer que os possíveis usos e significados dessas palavras que resultam de qualquer que seja o processo de derivação são delimitados de acordo com essas funções que os afixos apresentam. Essa função, portanto, é definida comum dentro da estrutura derivacional da língua com base na disponibilidade que um afixo pode apresentar ou com base nesse processo de adição ao qual o afixo é submetido.

Assim, ainda segundo Basílio (2000), os afixos apresentarão graus de produtividade diferentes, pois eles também apresentam diferentes graus de generalidade e, provavelmente, há uma ligação entre esses fatores. Dessa forma, quanto maior a generalidade em torno das noções apresentadas por um afixo, maior a produtividade deste, ou seja, os afixos que apresentam noções como negação, grau, designação de indivíduos ou entidades abstratas, espera-se deles que também apresentem um grau de produtividade maior. Da mesma forma, aqueles que têm funções mais particulares também teriam uma produtividade menor.

Além disso, Basílio (1980) relata que há uma questão relacionada ao caráter significativo dos morfemas. Para os estruturalistas, o morfema é visto como uma unidade mínima de significação, enquanto, para os gerativistas é exatamente o oposto. Assim, um modelo estruturalista, como o de Jackendoff, propõe que não há uma sistematicidade para relacionar morfemas a um significado, no entanto, essa afirmação é considerada problemática, já que isso se confirma em alguns, porém, não em todos.

A autora, entretanto, considera que os dois extremos são inadequados, afirmando que não se pode dizer que tanto afixo quanto radical sempre apresentarão um significado, nem que eles nunca o apresentarão. Ela argumenta, portanto, que, em muitos casos, atribuímos sentidos específicos a um morfema, um exemplo seria o caso do sufixo *-inho* que sempre que acrescentado a uma base vai adicionar uma ideia de diminutivo, sendo essa a sua função principal. Ela acrescenta ainda que “em inglês, português e muitas outras línguas a única função dos prefixos é a de adicionar significados específicos às bases com as quais se combinam” (BASÍLIO, 1980, p. 41).

Todavia, é necessário entender que a característica básica dos morfemas não é presença de significado, embora muitos morfemas apresentem significados específicos que devem ser considerados, segundo Basílio (1980). Na realidade, os morfemas, de uma forma geral, dependem de uma associação com outros elementos para enfim gerar uma significação. Essa visão, conforme a autora, é o que torna possível manter um equilíbrio em relação aos morfemas e sair da posição extremada de algumas abordagens, uma vez que isso sempre leva ao fracasso.

Essa discussão, em torno da significação dos morfemas, faz a autora chegar à conclusão de que, muitas vezes, não é possível atribuir um significado específico a cada um dos componentes morfológicos. Tal impossibilidade, em grande parte, deve-se a fatores de semântica e é um problema a ser enfrentado pela morfologia derivacional. No entanto, há também casos em que é possível depreender o significado de cada parte.

Como já foi mencionado, esse problema da significação está diretamente ligado à semântica e, de acordo com Basílio (1980), essa busca por um significado indica que, de fato, as palavras sofrem alterações, sendo isso assumido na linguística de uma forma bem ampla.

Amiot (2004), por sua vez, aborda a questão do prefixo diferenciando-o das preposições, já que é uma distinção considerada problemática e que gera embate entre os estudiosos. Embora a autora trabalhe com os prefixos em francês, vale ressaltar que temos a mesma base para os prefixos, ou seja, latim e grego, de forma que há uma aproximação no uso tanto dos prefixos em português quanto em francês.

Para facilitar a abordagem dos prefixos é feita uma divisão em três grupos, que se assemelha à abordagem de Câmara Jr que citamos anteriormente, considerando alguns critérios específicos:

- i) Elementos do tipo 1 que não apresentam autonomia em seu emprego e é um grupo bastante restrito. Ex.: *re-*, *dé-*, *in-* (negativo), *a-* (privativo) ou *dys-*.
- ii) Elementos do tipo 2 que são considerados preposição ou advérbios e que em latim ou gregos eram considerados autônomos, porém, isso não mais acontece na língua francesa. Ex.: *anté-*, *anti-*, *co-*, *extra-*, *hyper-*, *hypo-*, *infra-*, *inter-*, *post-*, *pré-*, *sub-*, *super-*, *supra-*, *trans-* e *ultra-*.
- iii) Estes do grupo 3, provenientes apenas do latim, podem assumir empregos autônomos, mas também não autônomos. Ex.: *après(-)*, *arrière(-)*, *avant(-)*, *contre(-)*, *entre(-)*, *sans(-)*, *sous(-)*, *sur(-)*³².

Com base nessa divisão, os grupos 1 e 2 podem ser definidos como compostos essencialmente por prefixos, já que todos os exemplos citados funcionam de forma não autônoma, enquanto os elementos do grupo três apresentam uma certa indefinição para serem de fato definidos como prefixo ou preposição.

Para Amiot (2004), um prefixo não existe de forma independente e nem coloca em relação dois elementos distintos. Ela acredita que o prefixo apresenta apenas um argumento, diferente das preposições que apresentam dois ou mais. Dessa forma,

se ele possui realmente um argumento interno, o termo ao qual ele se aplica e lhe serve de base (doravante Xb), não possui argumento externo, porque a palavra derivada (doravante Xd) não tem nenhuma existência independente à medida em que ela é construída, morfológica e semanticamente a partir de Xb (AMIOT, 2004, p.77).³³

Por conseguinte, ela considera que um verdadeiro prefixo sempre constrói palavras que estão diretamente ligadas ao sentido da base, já que o argumento que ele agencia é sempre interno. Aqui reside a diferença em relação à preposição, já que esta possui argumentos externos e como consequência formará palavras por composição e não por derivação.

³²Traduções, respectivamente: pós, atrás, pré, contra, entre, sem, sob, sobre.

³³Tradução nossa de: S'il possède bien un argument interne, le terme auquel il s'applique et que lui sert de base (désormais Xb), il ne possède pas d'argument externe car le mot dérivé (désormais Xd) n'a aucune existence indépendante dans la mesure où il est construit, morphologiquement et sémantiquement, à partir du Xb.

As discussões em torno do prefixo *des-* e o grupo 1 de uma forma geral não são levadas adiante por Amiot (2004), pois ela o considera um prefixo genuíno. Assim, ela volta sua atenção à distinção entre preposição e prefixo, destacando apenas o grupo 2 e 3.

Alves (2015) também afirma que, de fato, não há um consenso entre os estudiosos a respeito das diferenças entre prefixos e preposições. A questão gira em torno da origem adverbial ou preposicional desses prefixos, isso implica em dizer que um dia já foram formas livres e, logo, eram classificados como sendo uma composição e não uma prefixação. Isso é o que causa uma certa divergência entre os estudiosos no assunto.

Sem se prender a tais questões, a autora faz um levantamento dos prefixos gregos e latinos, incluindo aqueles considerados pelas gramáticas, dicionários e estudos linguísticos do português como prefixos e ainda outros elementos classificados de forma diferente (elementos de composição, compostos ou radicais gregos e latinos, pseudoprefixos, prefixoides). Até mesmo elementos como *multi-* e *hiper-*, que estão além dos limites de especialidade e que são normalmente empregados atualmente, também foram classificados como prefixais. Dessa forma, os prefixos foram divididos em grupos por especialidades:

1. Prefixos denotativos de espacialidade e temporalidade:

1.1. A expressão da espacialidade

1.1.1. Prefixos denotativos de posição superior: *sobre-*, *super-*, *ultra-*.

1.1.2. Prefixo denotativo de posição intermediária: *inter-*;

1.1.3. Prefixos denotativos de posição inferior: *sub-*, *infra-*, *pré-*;

1.1.4. Prefixo denotativo de posição externa: *extra-*;

1.1.5. Prefixos denotativos de posição anterior e posterior: *pré-*, *retro-*.

1.2. A expressão da temporalidade

1.2.1. Prefixos denotativos de temporalidade anterior: *pré-*, *recém-*;

1.2.2. Prefixo denotativo de temporalidade posterior: *pós-*;

1.2.3. Prefixo denotativo de temporalidade concomitante: *con-*;

1.2.4. Prefixo denotativo de temporalidade intermediária: *entre-*.

2. Prefixos denotativos de intensidade

2.1. Prefixos denotativos de intensidade aumentativa: *super-*, *hiper-*, *ultra-*, *extra-* e *macro-*;

2.2. Prefixos denotativos de intensidade diminutiva: *sub-*, *mini-*, *micro-* e *re-*³⁴.

3. Prefixos denotativos de negação, oposição e favorecimento

3.1. Prefixos denotativos de negação e oposição: *des-* / *dis-*, *in-*, *não-*, *anti-*, *contra-* e *a(n)-*;

³⁴ Segundo a autora, o prefixo *re-* está incluído neste grupo, pois o seu valor de repetição apresenta aspectos intensivos.

3.2. Prefixo denotativo de favorecimento; *pró-*.

4. Prefixos denotativos de quantidade e dimensão: *multi-* e *semi-*.

Como não temos interesse em todos os prefixos citados acima, mostraremos de forma detalhada apenas como a autora apresenta o prefixo *des-*. Entre os prefixos considerados de oposição e negação, Alves (2015) afirma ser este o mais utilizado, pois ele combina-se com todas as classes variáveis, formando nomes e especialmente verbos. Embora também haja discordâncias, em torno de *des-*, a respeito da sua evolução em relação a *dis-*, a autora levanta essas questões sob o ponto de vista de outros estudiosos e que já foram apontadas anteriormente. Assim, ela se concentra na descrição das ocorrências dos dois prefixos.

No estudo realizado por Alves (2015), o prefixo *dis-* é normalmente associado aos nomes (substantivo *discomplementaridade* e adjetivos *disforme* e *dissemelhante*). Nestes casos, a autora identificou que o prefixo atribui o significado de “sem”, “desprovido de” às palavras citadas acima.

O prefixo *des-*, por seu turno, é apresentado por Alves (2015) como um elemento que aparece em várias construções verbais e nominais. Muitos verbos são derivados dessa combinação com o prefixo *des-*, por exemplo, *desaparecer*, *descarregar*, *desconhecer* e *desmontar*. Além dessa associação, ele pode se unir a formas participiais em função adjetival como nos casos de *descansado*, *descaracterizado*, *desconhecido*, etc. Da mesma forma, podem se unir a bases substantivas, como em *desjejum*, *desproporção* e *desvantagem*.

Para Alves (2015), quando o prefixo *des-* se une a uma base ele nega seu significado e exprime “ausência de” ou “falta de”. Em muitos casos, explica a autora, essa ausência ou falta é resultado da perda ou da separação no que diz respeito ao valor semântico da base. Assim, a palavra que resulta dessa combinação com *des-* mostra que a base sofreu mudanças que a levaram à perda ou separação das suas condições semânticas. Para exemplificar esses casos, a autora faz uso dos pares que denotam essa oposição nos nomes (*valorização/desvalorização*) e nos verbos (*armar/desarmar*, *ligar/desligar*).

Além das alterações de significado, a presença do prefixo *des-*, segundo Alves (2015), pode alterar, inclusive, a sequência frásica da qual ele faz parte. Este é o caso do verbo *aparecer* e outros que são regidos pela preposição *em*, porém, quando se une ao *des-* passa a reger a preposição *de*.

Há, porém, alguns trabalhos que merecem ser destacados, visto que fazem uma análise mais detalhada do assunto, buscando preencher lacunas que ficam em aberto em grande parte das abordagens. Entre estes está o trabalho de Mito e Silva (2009), que conseguem discutir

de maneira muito produtiva aspectos relacionados tanto à prefixação quanto à sufixação e desmistificar alguns conceitos que são perpetuados pela tradição.

Os autores em questão defendem que os prefixos assim como os sufixos fazem uma seleção em relação à base com a qual vão se agregar. Da mesma forma que um verbo seleciona seus argumentos no nível sintático, Miotto e Silva (2009) afirmam que os prefixos também o fazem e esta seleção não se restringe somente à categoria, mas chegam a ser consideradas até algumas características semânticas da base. Não levando em consideração esse fator, a tradição gramatical limita-se, então, a apresentar o prefixo somente dividindo-o por grupo, segundo as suas origens.

Uma questão bastante discutida entre os autores apresentados acima é a diferenciação entre composição e prefixação. Não há um consenso a respeito do tema, e isso também já mostramos anteriormente, mas para Miotto e Silva (2009), o problema reside, especificamente, nos critérios utilizados, uma vez que são unicamente tendências, ao que parece, e não critérios sólidos, absolutos. Para cada critério apresentado nos planos morfológico semântico, sintático e fonológico, os autores apontam contraprovas que os rebatem.

A respeito das diferenças entre prefixação e composição apresentadas por diversos estudiosos do tema, Miotto e Silva (2009) destacam os critérios adotados por Rocha (1998) que afirma que o afixo deve vir à esquerda da base, não ser base (nome, verbo ou adjetivo), ser recorrente, ter identidade fonética, semântica e funcional e ser preso. Com base nesses traços, os autores explicam que:

Estabelecer que a prefixação é uma afixação ao lado esquerdo da base (LEB) concorre para distinguir este processo de todos os outros que envolvem sufixação. Afirmar que o prefixo não é uma base N, V ou A (NVA), distingue a prefixação da composição. A recorrência (REC) discrimina o processo de prefixação de outros que assistematicamente adjungem um morfema antes da base. A identidade fonética, semântica e funcional (FSF) associa os prefixos a preposições, numerais ou advérbios, mantendo-os distanciados das bases N, V ou A. A propriedade de ser preso (PRE) mantém os prefixos dentro da classe dos afixos, distinguindo-os das formas livres. (MIOTTO; SILVA, 2009, p. 10)

Com base nesses critérios, os referidos autores fizeram uso de uma tabela, utilizando palavras prefixadas para identificarem em quais casos os traços realmente confirmam um prefixo de fato.

Tabela 1:Aplicação dos traços definitórios a alguns candidatos a prefixos

Traços	agronegócio	sempre-viva	porquê³⁵	extrapor	compor	não-fiel	infiel	Reler
LEB	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
NVA	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
REC	SIM	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
FSF	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
PRE	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM

Desse modo, chegaram à seguinte conclusão. Os traços NVA e FSF são redundantes, pois tem a função de isolar “agronegócio” das outras formações da matriz, assim, um deles pode ser eliminado, neste caso, FSF. O traço REC isola as formações “sempre-viva” e “porquê” das restantes, como consequência, o advérbio “sempre” e a preposição “por” não serão considerados como prefixos. As cinco formações restantes (extrapor, compor, não-fiel, infiel e reler), por sua vez, podem ser divididas em dois grupos, com base no traço PRE. Por conseguinte, *in-* e *re-* não podem ser morfemas livres, enquanto “extra”, “com” e “não” podem. Portanto, se a ideia de prefixo como afixo (forma presa) for seguida rigorosamente, conclui-se que somente “infiel” e “reler” seriam genuinamente casos de prefixos.

Apresentaremos a seguir uma outra posição a esse respeito. Nessa abordagem, o que interessa não é a origem dos prefixos, mas o seu funcionamento que se baseia na sua interação com a base, assim como seu jogo de relações no enunciado para a construção de sentido.

1.3 Os verbos prefixados na TOPE

No artigo “*A propos des verbes prefixés*”, Paillard (2004) apresenta uma discussão sobre alguns verbos prefixados do russo à luz de uma perspectiva enunciativa. Mostraremos, então, como o autor aborda o assunto, apontando os principais pontos.

Neste artigo, ele destaca três problemas sobre o estudo desses verbos que poderiam gerar cada um, uma área de estudo: a semântica dos verbos prefixados; os pares aspectuais associando um perfectivo prefixado e um imperfectivo simples; e, a polissemia dos verbos prefixados. No entanto, a despeito dos problemas que podem decorrer a partir do estudo desses verbos, o importante, nesse momento, é compreender como procede a abordagem enunciativa diante desse tema.

³⁵ Para Mioto e Silva (2009) este é, entre outros, um processo de composição raro que forma o nome *porquê* da preposição *por* e do pronome *Qu que*.

Para Paillard (2004), um verbo prefixado não pode ser considerado da mesma forma que um verbo simples, pois este não se limita à introdução de uma simples modificação do sentido do verbo correspondente devido ao acréscimo do prefixo. Este é um fato que diferencia essa abordagem das anteriores, já que, de uma forma geral, todos se referem à prefixação apenas como o acréscimo de um prefixo a uma base.

Então, se o verbo prefixado não se limita a uma simples modificação, quer dizer que o prefixo também tem sua contribuição, não apenas modificando o sentido do verbo, mas participando ativamente do processo de construção de sentido. Em alguns casos, o autor considera que determinados prefixos atribuem a si o estatuto de predicado e isso de alguma forma lhe confere certa autonomia em relação à base verbal.

Dessa forma, não se pode apenas entender a junção de um prefixo a uma base como uma simples adição de significação, pois um verbo prefixado é um “predicado complexo” que surge como resultado de uma combinação desses dois elementos. Estes, por sua vez, têm características próprias o que certamente vai interferir, de alguma forma, na construção de sentido, por isso a expressão “predicado complexo” visto que cada uma das partes, tanto verbo quanto prefixo, terão peso no resultado.

Se temos dois elementos com características próprias e distintas, conseqüentemente, o verbo prefixado deve ser descrito no nível da relação predicativa em seu conjunto. Assim, nesse enfoque, o simples acréscimo de um prefixo não implica em dizer que a palavra assumirá um sentido oposto, como no caso do prefixo *des-*. Se levamos em conta as abordagens citadas anteriormente, normalmente, a esse prefixo é associado a ideia de negação ou oposição e, dessa forma, toda vez que ele for acrescentado a um verbo ou a um substantivo, obrigatoriamente, este vai adquirir esse sentido negativo ou de oposição. No entanto, como Paillard (2004) explica, essa relação não é tão simples assim e essa associação entre prefixo e verbo gera um predicado complexo que precisa ser tratado como tal.

Dependendo do verbo prefixado eles podem apresentar argumentos administrados pelo prefixo e isso acontece quando esses argumentos são bloqueados com o verbo simples. Assim, em alguns casos, o verbo poderá ter mais peso e em outros o prefixo, o que vai determinar isso, porém, são muitos fatores que residem por trás de algo que parece uma mera adição, como a associação do verbo ao prefixo. No entanto, essa hipótese de argumentos apresentados pelas duas partes só deve ser considerada se o verbo prefixado faz parte de um lexema verbal autônomo.

Para encontrar elementos que restringem de alguma forma o prefixo ou o possibilita, a comparação entre o verbo simples e o verbo prefixado é essencial para fazer aparecer as

diferenças e mostrar os argumentos que são bloqueados com o verbo simples. Podemos citar o caso do prefixo *sur-* (sobre-), utilizado por Paillard (2007) nos exemplos:

(1) *Ils ont chargé le blé sur le camion* (eles carregaram de trigo o caminhão)

(2) *Ils ont chargé le camion de blé* (eles carregaram o caminhão de trigo)

(3) *Ils ont surchargé le camion* (eles sobrecarregaram o caminhão)

(4) **ils ont surchargé le blé sur le camion* (eles sobrecarregaram de trigo o caminhão)

Os exemplos mostram que, de fato, na comparação realizada entre (1), (2) e (4), o verbo prefixado não permite um dos argumentos do verbo simples, no caso o SN complemento. Não é apenas acrescentar ou retirar o prefixo, há fatores que bloqueiam a presença do prefixo ou a possibilitam. Também, a função do prefixo não se resume apenas a modificar o verbo ao qual ele se associa, como normalmente apresenta a morfologia. Por este motivo, o autor entende que um verbo prefixado é um predicado complexo.

Se o prefixo é bloqueado em alguns enunciados, isso quer dizer que essa combinação entre o prefixo e a base não acontece aleatoriamente, ou seja, segue regras que não são rígidas e aplicáveis a todos os verbos e prefixos da mesma forma, mas que serão percebidas no uso. À medida em que se manipula os enunciados, vão se tornando mais evidentes os mecanismos de combinação e os fatores que possibilitam ou impedem o uso do prefixo.

Como há fatores que facilitam ou dificultam a junção de um prefixo a uma base, é importante destacar que estes não se resumem ao verbo prefixado, muito menos quer dizer que tudo gire em torno deste verbo. Há sempre outros fatores, como cotexto e contexto, que interferem diretamente no sentido de uma unidade.

Paillard (2004) afirma ser perfeitamente possível trabalhar a noção de predicado complexo em relação aos verbos prefixados, independente da interpretação que eles venham a assumir. Para isso, é necessário entender que essa noção de predicado está diretamente ligada ao prefixo, isto é, faz parte dele. Dessa forma, o prefixo é tido como uma “palavra relatora” R que relaciona duas entidades X e Y.

Considerar, portanto, o prefixo como um predicado complexo requer que se defina as regras de combinação entre a base e o prefixo. Trabalhar dessa forma leva então a representar base e prefixo de forma análoga, articulando, assim, dois planos: um que articula a identidade semântica a partir da forma esquemática; e, outro onde são representados como um predicado com seus argumentos.

Diante da combinação entre dois elementos distintos, em primeiro lugar, Paillard (2004) afirma haver uma relação de *repérage* entre verbo e prefixo, sendo o verbo, elemento *repéré*, e o prefixo, elemento *repère*. Se há uma relação de *repérage*, então, isso quer dizer

que há uma relação direta entre os dois, precisando assim, levar em consideração que há uma reconstrução da base no espaço do prefixo. Sobre a reconstrução, o autor explica que um elemento da forma esquemática do verbo é tomado como X no espaço do prefixo para então receber as determinações da qual Y é a fonte.

Em um enunciado, todos os elementos contribuem de alguma forma para a construção de sentido, não sendo diferente com os verbos prefixados. Não apenas o prefixo será responsável pela alteração de sentido, mas todo o conjunto e suas interações. Assim, diante desse tipo de verbo, haverá elementos como sujeito e complemento que vão refletir essas interações complexas que surgiram a partir dessa combinação, conforme Paillard (2004).

Partindo da ideia de que a combinação se centra na determinação de um elemento **a** da forma esquemática do verbo, então o autor considera que é necessário focar na lexicalização³⁶ desse elemento **a**.

As relações, portanto, que surgem dessa combinação são complexas e vão do aspecto ao léxico, até a determinação quantitativa e/ou qualitativa do processo. Além disso, os verbos prefixados também podem assumir valores muito diferentes.

No entanto, não entraremos nos detalhes dessa questão, neste momento. A intenção era situar como a prefixação é apresentada na perspectiva da TOPE, procurando mostrar que essa abordagem faz um caminho diferente das citadas anteriormente.

Esta linha de abordagem seguida por Paillard (2004;2006) em muito interessa a esta pesquisa. O autor faz uma análise criteriosa de verbos prefixados à luz da TOPE, servindo-nos como modelo para a realização deste trabalho. A ideia, portanto, é tomar como base alguns critérios de análises adotado pelo autor e aplicá-los em nossa pesquisa.

2 Síntese conclusiva

Considerando as diversas abordagens a respeito dessa integração entre prefixo e base a fim de formar uma nova palavra, observamos que a maioria mantém uma mesma forma de ver o assunto. Na linguística, de uma forma geral, em relação aos prefixos da língua portuguesa, vimos que há uma discussão sobre a diferença entre determinados preposições e prefixos. Também não há um consenso sobre o que seria derivação e o que seria composição. Autores como Câmara Jr (1976), mais tradicionais, insistem em considerar os prefixos como formas autônomas, colocando-os assim como formas que geram uma composição e não uma

³⁶ A lexicalização será vista de duas formas, segundo Paillard (2004): se referindo à instanciação pelo N que corresponde a **a** de um lugar de um dos esquemas predicativos; e também quando se refere à forma que N realiza a em função ou não das determinações que ele recebe de Y quando é tomado como X.

derivação. A explicação para o fato é a origem desses prefixos, pois muitos eram advérbios ou preposições e, portanto, eram formas livres, logo, isso deixou resquícios nos prefixos, atualmente. Aqueles que discordam dessa posição, gramáticos mais contemporâneos como, Lima (2011), Luft (1999), Cunha e Cintra (2007), Bechara (2006) e também Said Ali (2001, [1931]) (apesar de não ser um contemporâneo) levam em consideração que esses prefixos perderam esse caráter autônomo ao longo do tempo e não podem mais ser usados como palavras isoladas.

No entanto, há outros estudos que tentam abordar o assunto de forma diferente, como Mioto e Silva (2009) que analisam o prefixo, com base nos critérios já citados por outros autores, mas com a intenção de comprovar quais morfemas ainda podem ser considerados prefixos atualmente. De qualquer forma, esse estudo não vai adiante e se resume somente a esse aspecto.

Entre aquelas abordagens que procuram se afastar das tradicionais está a utilizada pela TOPE, desenvolvida por Paillard (2004; 2007). Observamos que esta abordagem não se prende a tais concepções e considera o prefixo como uma unidade que não tem significação pré-construída, mas que, da mesma forma que outras unidades, seu sentido é construído no e pelo enunciado. Desse modo, não é possível simplesmente atribuir um sentido de negação ao prefixo *des-*.

Como consideramos essa a forma mais adequada de considerar as unidades de uma língua, faremos uso dessa forma de procedimento para dar sequência nesse trabalho e iniciarmos as análises de um verbo prefixado.

3 UM ESTUDO DO VERBO PREFIXADO DESCOBRIR

Neste capítulo, apresentaremos uma análise do funcionamento do verbo prefixado descobrir no processo de construção de sentido de suas ocorrências. Desse modo, observaremos como o verbo se comporta diante de seu cotexto, mas também quais sentidos serão engendrados a partir de cada cotexto. Assim, poderemos identificar as possíveis variações sofridas pelo verbo descobrir e o fator que contribui para essa variação.

Embora a unidade *des-* esteja presente e seja importante, já que ela faz parte do processo de construção de sentido da unidade descobrir, ela não se constitui como o centro da análise. É importante ressaltar, portanto, que esse estudo não pretende determinar quando o *des-* vai constituir prefixo ou não, mas compreender como o verbo se comporta diante de tal elemento.

Assim, apresentaremos adiante de que forma foi dada sequência a esse trabalho, destacando os aspectos metodológicos utilizados e situando todo o nosso trabalho na abordagem da TOPE.

1 Aspectos metodológicos

Por tratar-se de um trabalho voltado para a descrição de aspectos da língua portuguesa, utilizamos um procedimento pautado na observação dos dados com base na manipulação de enunciados. Isso se deve ao fato de que o nosso objetivo é exatamente observar e descrever como uma determinada unidade se comporta e se associa a outra alterando-lhe assim o sentido.

Afastando-nos um pouco dos procedimentos metodológicos usuais, vamos em direção a uma forma de análise mais específica, dando uma maior ênfase ao trabalho de manipulação de dados tão importante e tão exaltado nas pesquisas embasadas na TOPE. Para Culioli (1990), esse tipo de análise é necessário, visto que os fenômenos com os quais lidamos são heterogêneos e a sua articulação pressupõe um trabalho de abstração. Assim, à medida que manipulamos os dados, construindo paráfrases a partir de um enunciado, temos os meios de construir um sistema de representação explícito e estável que é uma construção teórica. É exatamente esse trabalho teórico que dá a devida fundamentação para a unidade da linguística.

Primeiramente, começamos com algumas tentativas de abordar o verbo prefixado

descobrir, nesse âmbito. Seguimos então, uma atividade básica, para o autor, que foi observar como o verbo se comporta na forma simples (cobrir) e como ele se comporta quando associado ao prefixo *des-*. Assim, será possível saber em que casos o verbo prefixado vai se contrapor ao verbo simples e também em que casos tais contraposições não ocorrem. Nesta fase inicial, através dessas manipulações, buscamos obter alguns direcionamentos para a consolidação de nossas análises.

Enquadrando-nos, pois, neste enfoque teórico e tomando como base os estudos de Paillard (2004; 2007) sobre os verbos prefixados, vimos a necessidade de uma sistematização criteriosa para realizar este trabalho. Conforme já ressaltamos, partimos, pois, da ideia de compreender o funcionamento do verbo simples para então ser possível perceber o funcionamento do verbo prefixado, já que um deriva do outro. Além disso, Paillard (2004) também considera os verbos prefixados como predicados complexos que resultam da combinação de dois elementos, sendo, assim, necessário observar as duas partes. Poderemos, desse modo, ter mais clareza para analisar essa combinação verbo simples e prefixo e sermos capazes de melhor compreender o funcionamento do verbo prefixado e seu processo de construção de sentido como resultado de uma combinação.

Antes mesmo que pudéssemos selecionar um *corpus*, começamos por encontrar o que seria o ponto de partida para que chegássemos às ocorrências com o verbo descobrir. Visto não ser o nosso foco trabalhar o verbo cobrir com riqueza de detalhes, não havia necessidade de realizar uma busca longa e criteriosa, por isso, buscamos em um dicionário tudo aquilo que era apresentado sobre o verbo cobrir. Essa etapa serviu para termos uma representação de tal unidade, uma vez que é a base para o verbo descobrir. Encontramos, então, catorze acepções³⁷ a respeito de cobrir e a partir daí pudemos identificar os exatos sentidos que aceitam ou não associação com o prefixo *des-*. Esta foi uma etapa essencial, visto que a partir dela foi possível nortear o rumo das análises que aconteceriam a seguir.

Em relação ao verbo cobrir, começamos dividindo-o em grupos no que diz respeito a sentido, mas também observando seu funcionamento e estrutura argumental. E somente a partir dessas análises iniciais pudemos perceber onde era possível ou não a ocorrência do prefixo *des-*.

A partir desse ponto norteador, direcionamo-nos à busca de um *corpus* cujas sequências foram extraídos de oito livros de grande circulação no mercado da literatura

³⁷ Dessas catorze acepções retiradas do dicionário, mantivemos apenas treze, visto que uma se tratava de uma forma bastante arcaica.

contemporânea lançados a partir de 2010. São eles: A passagem (CRONIN, 2010), Cinquenta tons de cinzas (JAMES, 2011), Cinquenta tons mais escuros (JAMES, 2011), Cinquenta tons de liberdade (JAMES, 2012), Sniper americano (KYLE, 2014), As nove vidas de dewey (MYRON, 2011), A culpa é das estrelas (GREEN, 2012) e Cidades de papel (GREEN, 2015). Nesta etapa, colhemos cento e vinte uma ocorrências com o verbo descobrir. Além disso, ainda procuramos exemplos no site de buscas *Google*, embora estes não tenham sido tão expressivos.

Dos cento e vinte e um exemplos encontrados foram escolhidos cem, pois alguns eram muito parecidos e não havia necessidade de mantê-los. Destes cem, fizemos a classificação com base nos sentidos que o verbo descobrir apresentava em cada oração. Isso permitiu uma representatividade maior nos enunciados selecionados de modo que tivéssemos também uma maior diversificação de sentidos para as análises. Somente a partir dessa divisão pudemos, de fato, selecionar as ocorrências para começar as análises.

Com os enunciados selecionados, passamos a analisá-los um a um, observando o funcionamento e os sentidos gerados a partir de suas interações. A intenção era identificar que tipo de interação engendrava um determinado sentido.

Dentre as várias possibilidades de engendramento em um enunciado que envolve o verbo descobrir é necessário verificar como chegar a um sentido ou outro avaliando seus possíveis cotextos, aquelas unidades que interagem junto ao verbo, mas também o contexto que se evidencia em cada uma dessas interações.

A variação de sentidos que pode ocorrer em relação a uma unidade está diretamente ligada às interações que ocorrem no e pelo enunciado. Entretanto, é necessário considerar que a interação da qual falamos pode ocorrer de diversas formas, possibilitando, assim, diferentes variações. Utilizaremos, então, três tipos de variação, apresentados por D Vogüé e Paillard (1997, p. 44).

O primeiro caso a ser considerado é o da variação lexical, que vai contemplar apenas o material lexical que constrói o valor dessa unidade, pois há casos em que a simples mudança de um elemento altera o sentido da unidade em questão.

O critério da variação sintática, por seu turno, também será levado em consideração, visto que apresenta uma outra possibilidade de variação de sentido. Utilizar as construções sintáticas que ocorrem em um enunciado também pode revelar que determinadas construções levam a um sentido em detrimento de outro.

Além disso, é possível que exista uma variação interna em que o cotexto não varia, mas, ainda assim, encontramos sentidos que variam. Embora isso não ocorra com todos os

enunciados, há aqueles em que somente entendemos o seu sentido quando submetemos o enunciado a algumas contextualizações.

Com base nesses diferentes tipos de variação buscamos compreender como os sentidos das ocorrências trabalhadas foram gerados através de suas diversas interações, para daí evidenciarmos, desse modo, a identidade da unidade descobrir através da construção de sua forma esquemática.

2 Uma análise preliminar do verbo cobrir

Sabemos que, na abordagem da TOPE, a significação é construída nas e pelas interações e que, dessa forma, não se admite que uma unidade tenha um sentido pronto. Assim, já que buscamos compreender o funcionamento de um verbo prefixado, partiremos do verbo simples cobrir, visto que ele é a base, para então chegarmos ao verbo prefixado descobrir, tomando como base o procedimento de Paillard (2004; 2007), que procura definir as regras de combinação destes verbos. Neste caso, utilizamos os exemplos do verbo cobrir apresentados nas acepções do dicionário Houaiss (2003) como ponto de partida.

1. esconder ou proteger pondo alguma coisa sobre

Exs.: c. uma sepultura (com terra)

num movimento rápido, cobriu a nudez (com uma toalha)

2. estar ou estender-se sobre, ocultando ou protegendo

Exs.: um tapume cobria o prédio em toda a volta

um lenço de seda cobria-lhe a cabeça

3. estender-se ou alastrar-se por cima de

Ex.: uma névoa poluente cobriu toda aquela região

4. ocupar inteiramente, ou quase por completo; encher

Ex.: uma grande mancha de óleo cobriu toda a praia

5. encher(-se), cumular(-se)

Exs.: cobriu o filho de beijos

as árvores cobriam-se de flores

6. vestir(-se), envolver(-se)

Exs.: tirou a capa para cobrir o mendigo

puxou as cobertas para cobrir-se

7. acercar-se de (a fêmea) para a cópula

Ex.: um só touro cobre várias vacas

8. pagar, liquidar

Ex.: c. um débito

9. chegar, ser suficiente para

Ex.: a verba não cobre os prejuízos

10. disfarçar, dissimular, encobrir

Ex.: aquele ar tímido cobre um espírito audacioso

11. não deixar ouvir; abafar

Ex.: o vozerio cobria o som do rádio

12. vencer, percorrer

Ex.: cobriu os 400 m num ótimo tempo

13. Rubrica: jornalismo, radiofonia, televisão. Fazer a cobertura de um evento

Ex.: um pool de emissoras cobrirá o funeral do papa

14. afligir-se, angustiar-se

Ex.: cobre-se-lhe a alma ao recordar a infância

Observemos as seguintes sequências da acepção um:

1. Cobriu a sepultura (com terra)

2. Num movimento rápido, cobriu a nudez (com uma toalha)

Notamos que, nestes exemplos temos a presença de um elemento que se apresenta em um estado inicial (E1) à mostra em um exterior e, após a ação de um agente, por meio de um instrumento, torna-se inacessível ou apenas fora do alcance da visão, ou seja, em um interior que chamaremos de estado final (E2). Podemos dizer que a base verbal *cobrir*, nestes exemplos, pede dois argumentos A1 e A2 que estão em uma relação predicativa $\langle (A1) r (A2) \rangle$ a qual se vincula um instrumento Z, utilizado para a realização da ação sobre o A2 em um movimento de fora para dentro. *Cobrir* nestes exemplos coloca o A2 no interior de um domínio nocional, ou seja, em **1**, coloca sepultura no interior de sepultura coberta e em **2**, coloca nudez no interior de nudez coberta.

Na acepção dois temos:

3. Um tapume cobria o prédio em toda a volta

4. Um lenço de seda cobria-lhe a cabeça

Um primeiro fato que se pode evidenciar é que existem claras semelhanças com as sequências (1) e (2), visto que se trata da ação de cobrir ou esconder algo com o auxílio de um instrumento. Contudo, a posição A1 antes ocupada pelo agentivo, agora é ocupada pelo instrumento que foi alçado à posição de A1 do ponto de vista sintático. Porém, este não é o mérito da questão, pois esta posição pode, de fato, ser ocupada pelo instrumento sem que a sequência deixe de ser enunciável³⁸.

No entanto, é interessante observar se há a possibilidade de acrescentar ao verbo cobrir a unidade *des-* de forma que haja uma oposição à ideia inicial.

1. Cobriu a sepultura (com terra)

1a. *Descobriu a sepultura com terra

1b. Descobriu a sepultura que estava coberta de terra

1c. Descobriu a sepultura.

2. Num movimento rápido, cobriu a nudez (com uma toalha)

2a. *Num movimento rápido, descobriu a nudez com uma toalha

2b. Num movimento rápido, descobriu a nudez que estava coberta com a toalha

2c. Num movimento rápido, descobriu a nudez

Os termos *terra* e *toalha*, são localizados em relação ao A2, ou seja, sepultura (1) e nudez (2). Nesse tipo de construção sintática, Z (instrumento) impede a adição de *des-*, como se nota nos exemplos (1a) e (2a). Os elementos *terra* e *toalha* são incompatíveis no papel semântico de instrumento com o verbo descobrir, pois *toalha* e *terra* instrumentalizam uma ação do exterior para o interior e não do interior para o exterior como requer a ação de descobrir. O agente de *cobrir* aciona uma ação através do instrumento (toalha e terra) do exterior para o interior (Cobriu a nudez com uma toalha/ Cobriu a sepultura com terra), esse mesmo instrumento não faz o movimento inverso, ou seja, do interior para o exterior, ele não pode ser acionado para descobrir algo que estava coberto. Entretanto, quando o elemento Z não está presente, *-des* pode ser associado a cobrir como em **1c** (X descobriu a sepultura) mas, não em **2c** no sentido de descobrir algo que estava coberto, pois, a semanticidade de nudez já

³⁸ O verbo cobrir, neste caso, exige dois argumentos que pode ser ocupado pelo sujeito e o elemento que sofre a ação, como também pode ser ocupado pelo instrumento, que é apresentado como o praticante da ação, e o elemento que sofre a ação. Em nenhum dos casos há prejuízo à enunciabilidade das sequências.

remete a algo exposto. Entretanto, essa construção é possível em uma situação em que descobrir assume o sentido de conhecer, tomar contato. (O adolescente descobriu a nudez feminina). Nesse caso, o sentido de descobrir é localmente sinônimo de conhecer, tomar contato e não se estabelece oposição entre *cobrir* e *descobrir*. Em **1c** também, o sentido de descobrir pode ser estabilizado no enunciado como encontrar, alguém está procurando uma dada sepultura no cemitério, encontra e alguém diz X descobriu a sepultura. Não há também uma relação de oposição com *cobrir*.

Os exemplos seguintes, (3) e (4), da acepção dois, apresentam um funcionamento parecido.

- 3. Um tapume cobria o prédio em toda a volta
- 3a. Cobria o prédio com um tapume em toda volta
- 3b. Descobria o prédio que estava coberto por um tapume
- 3c. *Descobria o prédio com um tapume
- 4. Um lenço de seda cobria-lhe a cabeça
- 4a. Cobria a cabeça com um lenço de seda
- 4b. Descobria a cabeça que estava coberta com um lenço de seda
- 4c. *Descobria a cabeça com um lenço de seda

Nos exemplos 3 e 4 o elemento Z é alçado a posição de A1, no entanto, isso não impede que seja realizada a mesma construção dos exemplos (1) e (2) como podemos observar nos exemplos (3a) e (4a). Alçados à posição de argumento 1 continuam exercendo o papel temático de instrumento o que bloqueia o prefixo *des-* em **3b** e em **4b** em que *tapume* e *lenço de seda* são instrumentos. Portanto, a única forma de utilizar o prefixo é eliminando a presença do papel temático instrumento visto que sua característica é operacionalizar uma ação de cobertura que parte do exterior para o interior, não sendo compatível com descobrir que requer um movimento contrário, ou seja, do interior para o exterior.

A relação de oposição entre *cobrir* e *descobrir* requer um movimento do exterior para o interior e entre *descobrir* e *cobrir*, do interior para o exterior. O que não ocorre com o verbo *descobrir* no sentido de encontrar, localizar (Pedro descobriu a cabeça/descobriu o prédio). O uso de *descobrir o prédio* em uma relação de oposição com *cobrir* não parece ser tão comum. Ao observarmos a sequência *descobriu o prédio*, tendemos mais facilmente a pensar que sua localização foi descoberta e não na ação de tirar algo que cobre o prédio, sobretudo, se levarmos em consideração que o complemento *prédio* tem a propriedade semântica de ser

um espaço físico localizável. Nesse sentido tem-se um sujeito agente e não um sujeito no papel temático de instrumento.

Observando a sequência cobriu o prédio com um tapume, vemos que não se refere a colocar algo por cima, apenas colocar um instrumento ao redor que impeça o acesso de pessoas não autorizadas, a fim de protegê-los de estilhaços e também proteger os materiais da obra. Ainda assim, entendendo que cobrir também pode ser para impedir o acesso que, nesse caso, é feito pelos lados, e não por cima, não parece natural esse sentido quando se usa somente “descobriu o prédio”.

Seguindo com as acepções três e quatro, temos:

5. Uma névoa poluente cobria toda a região.
6. Uma grande mancha de óleo cobriu toda a praia

Neste caso, a ideia é de estender-se por um determinado espaço. Não há um agente com a intenção de esconder ou de tornar algo inacessível, ou seja, uma ação voluntária, uma vez que o A1 desses enunciados não são agentivos, são causativos. A propriedade primitiva tanto da noção *mancha de óleo* quanto da noção *névoa poluente*, é inanimada e, portanto, não agentiva. Não há um movimento do exterior para um interior no sentido de se acionar um instrumento para que ele exerça o movimento de cobrir algo, há um elemento que se estende sobre um determinado espaço (região e praia) em consequência de um fenômeno natural ou acidental.

Agora, precisamos observar se é possível aplicar o prefixo *des-* às sequências, assim, sugerimos:

5. Uma névoa poluente cobria toda a região
- 5a. *Uma névoa poluente descobria toda a região
6. *Uma grande mancha de óleo cobriu toda a praia
- 6a. Uma grande mancha de óleo descobriu toda a praia

Observamos que, em um movimento contrário não temos X (névoa poluente/mancha de óleo) *descobriu a praia/região*, no sentido de exteriorizar algo que estava coberto, interiorizado como em *X cobriu a cabeça com um lenço*, em que X é um agente que, por meio de um instrumento, exerce a ação de cobrir algo que estava descoberto. Nos exemplos 5a e 6a, percebemos que a sequência não é enunciável por *névoa* e *mancha de óleo* não terem a propriedade agentiva mas também em razão de terem a propriedade semântica de

impedir a visibilidade ou limpidez de algo. Assim em 5a *névoa* provoca a cobertura de um espaço, impedindo sua visão, já em 5b mancha de óleo estende-se sobre um espaço tirando-lhe a limpidez.

A quinta acepção apresentada traz o seguinte exemplo:

7. Cobriu os filhos de beijo

Neste exemplo, não há mais semelhança com os anteriores que remetiam a esconder ou manter fora do alcance de visão um determinado elemento. *Cobrir* remete a um movimento iterativo no qual um agente na posição de A1 realiza uma atividade A, no caso, ação de beijar, sobre A2 que resulta em um processo não mais de esconder algo, nem de preencher toda a sua extensão, mas que denota uma certa quantidade de atos (beijos). Porém, se fizermos uma alteração como no exemplo, *X cobriu os filhos na hora de dormir*, percebemos que o sentido muda e passa a ser o mesmo da acepção seis que abordaremos mais adiante. Essa alteração mostra que o sentido de cobrir, nesta sequência, é determinado pela natureza semântica do complemento, uma vez que, quando ele é retirado, o sentido também será alterado. Além disso, ainda requer um instrumento que no exemplo citado não está destacado, mas pode ser inserido como, por exemplo, cobriu o filho com um lençol. Diferentemente da sequência 7 em que o agente não necessita de um instrumento para realizar a ação, mas produz algo que são os beijos.

Porém o importante a ser observado, nesse momento, é se a sequência continua enunciável na presença de *des-*. Acrescentando então o prefixo ao verbo cobrir temos:

7. Cobriu os filhos de beijos

7a. *Descobriu os filhos de beijos

7b. *Os filhos estavam descobertos dos beijos da mãe

Estabelecendo uma relação de oposição entre cobrir/descobrir, vemos que, neste grupo, não há a possibilidade de opor cobrir a descobrir. É um evento que pode sempre se repetir, mas não pode ser marcado como descoberto o momento anterior a esse, pois, o foco não é a passagem de um estado para o outro, mas a intensidade da ação.

A acepção seis, por seu turno, traz os seguintes exemplos:

8. Tirou a capa para cobrir o mendigo

9. Puxou as cobertas para cobrir-se

Observando tanto a estrutura quanto o sentido, essas sequências não parecem estar muito distantes das primeiras apresentadas. Se fizermos algumas paráfrases podemos, inclusive, ter a mesma estrutura daquelas, como em:

8a. cobriu o mendigo com a capa

9a. Cobriu-se com as cobertas

Em relação ao sentido, vemos alguma semelhança no que diz respeito à utilização de um instrumento *Z* (*capa e cobertas*) para colocar, especificamente neste caso, sobre alguém, o que não quer dizer que seja para esconder algo ou manter fora do alcance de visão como na sequência (2). A relação aqui se volta para a ideia de proteção, estar vestido, coberto, que se aproxima da sequência (1), uma vez que *cobrir a sepultura com terra* remete também a uma ideia de proteção, mesmo que no caso da sepultura seja para proteger mantendo algum agente externo à distância, enquanto, cobrir com a capa ou cobertor não mantém o agente externo distante, mas, ainda assim, funciona como uma barreira impedindo que o sujeito sofra uma determinada ação.

No que diz respeito à presença do prefixo *des-* precisamos verificar essa possibilidade. Assim, utilizaremos os exemplos:

8a. Cobriu o mendigo com a capa

8b. *Descobriu o mendigo com a capa

8c. Descobriu o mendigo (de sua capa)

9a. Cobriu-se com as cobertas

9b. *Descobriu-se com as cobertas

9c. Descobriu-se (das cobertas)

Surgem, portanto, duas formas de fazer com que o prefixo seja introduzido, ou retira o instrumento ou altera a preposição. O instrumento, do mesmo modo que ocorre nas sequências de (1) a (4) impede o prefixo, entretanto, neste caso, há uma segunda possibilidade que não seja apenas banir o instrumento da sequência, fato que ainda não havia ocorrido.

Vemos que a sintaxe interfere no sentido, visto que, no momento em que a preposição é acrescida à oração, surge o sentido de *livrar-se das cobertas* e não somente retirá-las expondo o corpo.

À medida que avançamos, notamos que tanto as estruturas quanto os sentidos se diferenciam mais ainda das acepções apresentadas inicialmente. Este é o caso da acepção sete que diz respeito à cópula dos animais.

9. Um só touro cobre várias vacas

Embora haja um fio condutor em relação à ação de cobrir no sentido de esconder ou proteger, é notável que só percebemos isso se relacionarmos essa ação de cobrir com a posição do macho em relação à fêmea, uma vez que aquele se coloca por cima desta. Todavia, o propósito não é escondê-la ou protegê-la e o macho nem consegue cobri-la de forma a evitar que seja vista. Além disso, também não vemos nenhuma possibilidade de acrescentar o prefixo *des-* em oposição a cobrir.

Na acepção oito, cobrir remete a pagar uma dívida em:

10. cobrir um débito

A estrutura se mantém apresentando dois argumentos, como em outras sequências anteriores, X cobrir Y mas sem a presença de um instrumento. A própria semanticidade do A2, *débito*, conduz a um outro sentido que não seja aquele de esconder, provavelmente, por esse motivo não haja a necessidade do instrumento.

Embora o sentido tenha sofrido uma modificação, nessa sequência, precisamos examinar se há a possibilidade de inserir o prefixo *des-*.

10. Ele cobriu o débito

10^a. *Ele descobriu o débito

10b. *O débito está descoberto

Mesmo fazendo uso de paráfrases, ainda não é possível ter sequências enunciáveis com descobrir fazendo oposição a cobrir, nestes casos.

Em seguida, na acepção nove, temos:

11. A verba não cobre os prejuízos

Cobrir concerne a ser suficiente nesse enunciado. Mais uma vez, temos a presença de um elemento que funciona como um instrumento, mas que está na posição de A1, *verba*. Esta unidade não pode assumir aquele sentido de uma atividade que tem como finalidade proteger ou encobrir determinado elemento. Ela nem mesmo se encaixa nos atributos que são necessários para ser um argumento que acompanha um verbo com esse sentido. Em vista disso, descobrir também não se encaixa em tal sequência, como podemos observar abaixo:

11. A verba não cobriu o prejuízo

11a. *A verba descobriu o prejuízo

11b. *O prejuízo está descoberto de verba

Na realidade, a função da unidade verba é pagar débitos, neste caso, cobrir se refere a suprir um desfalque de dinheiro em uma determinada transação. Nesse caso, o verbo prefixado não pode fazer oposição a cobrir, uma vez que verba funciona como aquele instrumento, citado anteriormente, que devido a sua própria característica gera uma incompatibilidade semântica entre argumento e prefixo. A exemplo das sequências anteriores, o prefixo *des-* não se aplica ao verbo cobrir, portanto, não é possível integrá-lo ao enunciado.

Uma outra acepção tem que ver com o sentido de disfarçar, encobrir, como no exemplo:

12. Aquele ar tímido cobre um espírito audacioso

A estrutura de dois argumentos tem se mantido com o verbo cobrir ao longo dos exemplos apresentados. No entanto, a sequência (12), apesar de manter tal estrutura, agencia argumentos bastante diferentes, trazendo uma ideia de oposição, de modo que uma característica parece se sobrepor a outra pelo fato de serem opostas. *Ar tímido*, enquanto A1, não se refere a um ser que pratica uma ação, mas remete a características de um ser, de modo que o A2 também assimila esse caráter e se mantém nesse grupo. A imaterialidade do A1 não permite que ele mantenha uma relação de localização com algo de caráter material, desse modo, *ar tímido* pode exercer a função de esconder *um espírito audacioso, corajoso, inteligente, etc.*, desde que mantenham essa relação de sentido. Nunca poderemos ter um enunciado do tipo, *aquele ar tímido cobre a panela/a mesa*, uma vez que há uma incompatibilidade semântica.

Embora cobrir, nesse caso, não esteja relacionado à ação de cobrir como nos primeiros enunciados, ainda se mantém a ideia de esconder algo de forma que o A1 se sobreponha sobre

o A2, mesmo que de uma forma abstrata.

No entanto, não quer dizer que isso torne possível acrescentar o prefixo *des-*.

12a. *Aquele ar tímido descobre um espírito audacioso

De fato, o prefixo *des-* não se aplica a um enunciado com esse tipo de argumentos e isso até seria possível, porém, o A1 precisa ser alterado, como *ele descobriu um espírito audacioso em seu filho*. Todavia, a substituição altera o sentido de descobrir e ainda impede que o inverso com o verbo cobrir também se realize.

Ainda temos outra ocorrência que remete a essa ideia de sobreposição, alterando somente os elementos que se sobrepõem.

13. o vozerio cobria o som do rádio

Da mesma forma que acontece no enunciado anterior, aqui também há o surgimento de elementos que não manifestam uma materialidade, considerando que é algo que não podemos tocar ou ver. Temos, assim, dois argumentos que se sobrepõem um ao outro, visto que A1 emite um som tão forte que impede que A2 seja ouvido. Todavia, não se configura uma relação de exterior/interior, pois A1, o vozerio, apenas abafa o outro som.

Neste caso, o prefixo *des-* também não é aplicável ao enunciado, por exemplo:

13a. *O vozerio descobria o som do rádio

Como vimos anteriormente, a unidade *des-*, não se adequa ao verbo que vêm acompanhado de argumentos com tais características, muito embora seja possível fazer tal associação se trocarmos o A1, por um ser animado. Assim, teríamos, *o garoto descobriu o som do rádio*, entretanto, mais uma vez o sentido é alterado e também não é mais possível retomar o verbo cobrir.

A sequência apresentada pela aceção doze é:

14. Cobriu os 400m num ótimo tempo

Neste exemplo, remete-se a uma extensão percorrida. Assim, há um agentivo não marcado na posição A1 que cobre/percorre uma extensão na posição A2 em um tempo N. A relação exterior/interior manifestada anteriormente em outros enunciados, pode até ser vista

neste caso, porém, em relação ao que se espera de uma duração de tempo aceitável ou não aceitável.

De modo igual a outros enunciados, não é possível fazer a oposição com a presença do prefixo *des-*. Percebemos que a ação de correr um determinado espaço não pode ser desfeita, embora seja possível correr no sentido contrário e percorrer os mesmos 400m. Todavia, essa ação não desfaz a primeira, de fato, ela vai ser refeita.

Ainda mais uma acepção trata de assuntos relacionados ao jornalismo. Observemos o exemplo:

15. Um pool de emissoras cobrirá o funeral do papa

Cobrir está remetendo não mais a uma atividade manual e mecânica, mas à presença, visto que a intenção não é mais esconder um determinado objeto, mas marcar presença e exercer uma função específica. Nesse caso, há sempre um agente ocupando a posição de A1 (um pool de emissoras, um repórter, etc) que realiza a ação de cobrir um evento, uma vez que *cobrir* aqui diz respeito ao trabalho de cunho jornalístico realizado em um evento.

Ainda há o que se discutir em relação à presença do prefixo *des-*, já que não podemos dizer que *o repórter descobriu o evento*, mas podemos dizer: *o evento está descoberto e o plantão está descoberto*, referindo-se ao fato de não haver alguém disponível para realizar aquele trabalho.

Nesse primeiro momento, pudemos perceber a forte polissemia em torno do verbo cobrir. No entanto, nosso interesse, nessa primeira etapa, era identificar quais as possibilidades de se acrescentar o prefixo *des-* a uma sequência de forma que *descobrir* assumisse um sentido oposto. Assim, pudemos identificar fatores que permitem ou impedem que a unidade *des-* seja utilizada. Desse modo, das catorze acepções analisadas, apenas três apresentaram essa possibilidade.

As três acepções em questão (1, 2 e 6) têm sentidos muito próximos e todas remetem à noção de esconder ou proteger pondo alguma coisa sobre, incidindo, portanto, sobre o caráter material, tratando-se de uma atividade mecânica que tem como característica básica o fato de colocar em um interior o que estava no exterior com uso de um instrumento também material.

Todas as outras acepções trazidas pelo dicionário não se enquadram nos critérios da pesquisa, visto que o nosso foco não é o verbo cobrir, mas descobrir. Contudo, investigar as possibilidades de sentido com o verbo cobrir foi essencial para essa primeira etapa, pois a

partir dessa averiguação, foi possível identificar o comportamento desse verbo em relação ao prefixo *des-* e também os casos em que os dois verbos fazem oposição.

Com base nos exemplos analisados do dicionário, chegamos à conclusão de que há três possibilidades em relação a cobrir/descobrir:

- i) Casos em que cobrir não estabelece uma relação de oposição com descobrir, rejeitando, portanto, o prefixo *des-*. Não há a possibilidade de que o verbo prefixado descreva o mesmo acontecimento que foi descrito pelo verbo simples. Ex.: cobria o filho de beijos;
- ii) Casos em que cobrir aceita o prefixo *des-*, marcando uma oposição. Ex.: cobriu/descobriu a sepultura; e
- iii) Casos em que descobrir não aceita a ausência de *des-* como forma de oposição. O evento não pode ser descrito com a forma não prefixada, embora ainda se mantenham os traços característicos da base. Ex.: após o transplante, Sofia descobre a digestão.

A partir desses dados, conseguimos, então, traçar uma maneira de trabalhar o verbo descobrir que nos direciona para o desenvolvimento das análises de forma mais estruturada e consistente.

Como nosso interesse, neste trabalho, é analisar o funcionamento do verbo descobrir, desse modo, não faremos um tópico para o grupo (i). Dedicaremos, então, na sequência, um espaço para analisar as ocorrências de descobrir independente de sua oposição ou não com o verbo cobrir, uma vez que o nosso interesse está no funcionamento do verbo prefixado e não na possibilidade de oposição com cobrir.

3 O caso de *descobrir*

Para esta etapa, colhemos cem ocorrências do verbo descobrir para o nosso *corpus*. Como não é necessário analisar todas as ocorrências, de forma representativa, escolhemos 20 enunciados. Mesmo que tenhamos a consciência de que essas não são as únicas possibilidades de sentidos com descobrir, limitaremos nosso trabalho ao que de fato encontramos no *corpus* selecionado.

Já estamos cientes de que há três possibilidades em relação aos verbos cobrir e descobrir, visto que uma delas não nos interessa, restam-nos duas. Assim, aqueles casos que se limitam ao verbo cobrir não entrarão nas nossas análises. Somente nos dedicaremos aos casos em que mantém uma relação de oposição cobrir/descobrir, focando em descobrir, e

aqueles em que descobrir não aceita a oposição cobrir. Embora o nosso interesse não esteja de fato na oposição cobrir/descobrir, ela foi importante para a compreensão do funcionamento do verbo descobrir e a análise de enunciados que propiciam essa oposição farão parte das análises de uma forma geral sem focar na oposição, mas trabalhando o verbo descobrir.

Muitos são os elementos que consideramos ao fazer uma análise desse tipo, uma vez que, da mesma forma que o contexto altera o sentido do verbo, também podemos dizer que o verbo faz seleções em relação aos seus argumentos, o que vimos no item anterior. Essas alterações afetam, portanto, a interpretação semântica desses argumentos, o que corresponde aos papéis temáticos da gramática gerativa, conforme explica, De Vogüé e Paillard (1997). Assim, dependendo do sentido que o verbo assume no enunciado, percebemos que alguns argumentos podem funcionar muito bem e outros não, pois há uma necessidade de compatibilidade entre esses argumentos. Da mesma forma, a estrutura sintática também pode variar de acordo com o sentido construído.

Além disso, para que um argumento seja associado a descobrir, é necessário que este assuma determinadas características que permitam que esse possa ser descoberto por um determinado objeto, no caso, de descobrir se opondo a cobrir. Nos demais casos, somente analisando individualmente cada sequência para determinar o tipo de argumento aceitável, uma vez que há uma vasta possibilidade de sentidos que tal verbo pode assumir.

Como vimos, há critérios na construção do enunciado e também do sentido. O verbo seleciona seus argumentos e a sua estrutura de forma que a cada construção possibilita-se sentidos diferentes. E da mesma forma, essa diversidade e essa interação entre os diversos elementos que fazem com que um verbo apresente tanto estruturas quanto sentidos diferenciados. Na sequência, podemos observar a imensa possibilidade de sentidos que podem ser engendrados a partir dos enunciados com o verbo descobrir.

3.1 A polissemia em *descobrir*

Embora o grupo que destaca a oposição entre cobrir e descobrir seja restrito, os sentidos que podem ser encontrados relacionados às ocorrências de descobrir não se limitam a essa oposição. E quando nos desviamos desse grupo, surge uma vasta possibilidade de funcionamentos e sentidos que, em alguns momentos, se aproximam e, em outros, se distanciam uns dos outros.

É evidente que o prefixo exerce um papel na composição de uma unidade lexical, porém, isso não impede que outros sentidos sejam construídos ao longo das transformações sofridas pela língua. E, em muitos desses sentidos, parece que eles nem mesmo se prendem a esse tipo de restrição. Desse modo, temos uma variedade de sentidos que se constroem em relação a cobrir nos enunciados que apresentaremos a seguir.

Conforme apresentaremos mais adiante no item sobre a variação interna, há uma tendência em o verbo descobrir assumir o sentido de encontrar quando muda de sentido e deixa de fazer oposição a cobrir. Dentre os vários enunciados nos quais o verbo descobrir tem esse sentido, selecionamos dois que marcam essa ação.

1. A missão logo evoluiu para abordar o navio para invadi-lo e tomá-lo – e **descobrir** os mísseis Scud. (*Sniper americano*)

2 Algumas semanas depois, Larry abriu a grelha da churrasqueira, iluminou-a e descobriu um gato lá dentro. (*As nove vidas de dewey*)

Nos dois enunciados acima, *descobrir* remete a uma ação, mas em 1, é resultante de uma meta, já em 2, não houve ações anteriores que resultaram na ação de descobrir y, não houve a busca de Y. Uma atividade estava sendo realizada, de modo que resultou em encontrar um determinado objeto. No cotexto de 1 são destacadas três ações: abordar, invadir, tomar e, conseqüentemente, e descobrir o que se buscava; em (2), por sua vez, temos a ação de abrir, iluminar e, por fim, descobrir um gato, encontrar alguma coisa.

Entretanto no enunciado 1, X tem uma meta a cumprir, descobrir os mísseis. Há uma relação de continuidade, buscar/encontrar Y. Em 2, essa relação de continuidade não ocorre, não houve uma busca como meta. X não buscou Y, X encontrou alguma coisa denominada de Y dentro de um recipiente. X abriu o forno, acendeu a luz e encontrou, achou, viu um gato lá dentro, não foi consequência de uma meta como no enunciado 1, ou seja, descobrir Y não foi consequência de uma meta.

É interessante observar que o verbo descobrir traz possibilidades distintas a respeito de seu uso e sentido, não se restringindo apenas em representar uma ação. Esse papel distinto aparece na grande maioria das sequências que se encontram em nosso *corpus* e se destaca nos enunciados a seguir.

3. Quase sem gasolina, Callahan havia parado num posto no subúrbio de Monroeville e descobrira que as bombas estavam secas. (*A passagem*)

Em 3, há uma situação diferente, há um desencadeador externo que permite que algo seja percebido. X foi abastecer e percebeu que as bombas estavam secas. É o tipo de situação que não se comprova somente olhando, nesse caso, um elemento que funcione como desencadeador é imprescindível, no caso, o acionar as bombas. No momento em que a bomba é acionada, X percebe que não há gasolina na mesma.

3. Quase sem gasolina, Callahan havia parado num posto no subúrbio de Monroeville e descobrira/percebera/vira/ que as bombas estavam secas.

3a. Encontrara as bombas secas.

3b. soubera que as bombas estavam secas.

3c. achei que as bombas estavam secas.

Os verbos perceber e ver são localmente sinônimos de descobriu no enunciado (3). Já nos enunciados (1) e (2), (A missão logo evoluiu para abordar o navio para invadi-lo e tomá-lo – e **descobrir** os mísseis Scud. Algumas semanas depois, Larry abriu a grelha da churrasqueira, iluminou-a e descobriu um gato lá dentro) achar constitui sinônimo local de descobrir, possibilidade que não ocorre em 3, pois a construção sintática oracional do A2 não permite em razão da alteração de sentido, achar assume um sentido de pensar, ter a impressão.

Em (3c), a ocorrência verbal descobrir pode assumir o sentido de saber. Pensemos em uma situação em que X chega em um posto e é informado de que não há gasolina. Ele toma conhecimento de alguma coisa através de alguém. Este sentido verificamos (4), abaixo:

4. Pior ainda, depois de anos tentando, descobriu que nunca poderia ter filhos. (As nove vidas de Dewey)

Da mesma forma que ocorre no enunciado (3), aqui também temos um sintagma oracional. Nesse enunciado, há fatos externos que levam X a tomar conhecimento de uma realidade, não poder ter filhos. A tomada de conhecimento é oriunda de fatos externos, há o acontecimento de um evento para que X tome conhecimento do fato. Podemos pensar em um contexto em que X, após várias tentativas para engravidar, sabe por meio do resultado de exames que isto não é possível. Saber e tomar conhecimento são localmente sinônimos de descobrir.

4a. Soube/tomou conhecimento que nunca poderia ter filhos.

Saber, tomar conhecimento são sinônimos locais que se adequam ao sentido engendrado neste enunciado, o que não ocorre com achar.

4b. Achou que nunca poderia ter filhos.

Em 4b, *achou* assume um valor que constitui uma marca de modalidade.

Do mesmo modo ocorre com os enunciados abaixo:

5. O exército tentou usar um equipamento especial para descobrir de onde vinham os tiros de morteiro. (*Sniper americano*)

6. O cachorro descobriu as drogas na mala do turista. (*exemplo nosso*)

Em 5, X busca identificar a origem de Y (os tiros) que precisa ser localizado em relação a um dado elemento, os tiros vão ser localizados em relação a sua origem, de um lugar Z. Nesse enunciado há necessidade de um elemento que atue como elemento de identificação, o léxico *tiro* evoca uma percepção auditiva. No entanto, há um desencadeador externo que atua como elemento de identificação, *um equipamento especial*.

Em 6, o léxico droga associa-se à percepção olfativa que funciona como desencadeador interno do processo de identificação. A percepção olfativa do cachorro é suficiente para identificar a droga, pois ele tem uma memória olfativa que faz com que ele reconheça aquele cheiro em qualquer lugar. Nesse exemplo, descobrir também tem como sinônimo local, identificar.

7. Só me diga como ligá-lo e desligá-lo... o resto eu descobrirei sozinha. (*Cinquenta tons de cinza*)

8. Aí comecei a pensar nas crianças pequenas que tentam encaixar blocos cilíndricos em círculos vazados e em como tentam isso várias vezes durante meses até descobrirem como se faz. (*A culpa é das estrelas*)

Nestes enunciados, o verbo *descobrir* remete a um processo de desvendamento que acontece através de tentativas individuais que são guiadas por um desencadeador interno, a curiosidade ou a necessidade de solução de um problema. Embora esse desencadeador não esteja marcado, sabemos que ele é necessário dentro desse contexto de desvendamento.

O léxico descobrir, nesses enunciados, está associado a uma percepção visual e tátil. Nessas atividades dos enunciados (7) e (8), requer-se do sujeito a utilização de suas habilidades táteis e visuais a fim de solucionar um problema. Além disso, como resposta a esse processo, ocorre uma relação de consequência descobrir-aprender. Uma vez que o sujeito faz uso de suas habilidades perceptivas buscando encontrar uma resposta para sua atividade/problema, ele tanto encontra uma forma de realizá-la como vai aprendê-la, conseqüentemente.

Por se tratar de um processo cognitivo, mais uma vez os argumentos serão muito específicos para construir esse sentido. No A1, somente é possível seres animados com determinado grau de cognição. O A2, por seu turno, exige uma atividade nessa posição.

9. Por algum motivo, a Marinha não conseguia descobrir como liberar um dos inúmeros helicópteros parados no convés de pouso para nos levar de volta ao Djibuti. (*Sniper Americano*)

10. [...] e enquanto durava o impasse me convenci de que ele estava tentando descobrir uma forma de não ficar comigo [...] (*A culpa é das estrelas*)

Ao contrário de (7) e (8), descobrir, em (9) e (10), não evoca uma relação de consequência entre desvendar e aprender. Em (9), X precisa encontrar uma maneira de realizar uma ação, ou seja, a liberação de algo, não está em jogo a manipulação de um objeto. Nessas duas ocorrências, descobrir é localmente sinônimo de encontrar/achar uma maneira/um jeito.

Nesse caso em que se faz uso dessas expressões, podemos dizer que, em um nível de abstração, há uma espécie de identificação com os enunciados anteriores nos quais descobrir também remete a desvendar. Entretanto, descobrir ou encontrar uma forma de fazer algo não leva necessariamente a aprender uma atividade, mas há algo que se exterioriza, ou seja, a maneira, a forma de realizar uma dada ação.

Notemos que, quando a criança descobre como encaixar cada peça de seu brinquedo no lugar exato, ela está desvendando como realizar tal atividade e, conseqüentemente, será levada a aprender como realizá-la. Porém, quando se fala em descobrir a forma de entrar em

um lugar ou liberar os helicópteros, busca-se encontrar o caminho para a realização de uma dada ação.

Ainda temos um enunciado que se aproxima de (9) e (10), porém, não destacando essa relação de consequência entre desvendar e aprender. No entanto, nele podemos perceber que desvendar revela um sentido mais específico.

11. No século dezessete, um ancestral dele descobriu como diluir cacau em pó em água. (*A culpa é das estrelas*)

Neste enunciado, há algo achado/desvendado que foi a maneira de diluir cacau em pó em água, de modo que podemos alterar esse enunciado sem alteração de sentido da seguinte forma:

11a. Ele encontrou a solução para diluir cacau em pó em água.

11b. Ele desvendou a forma de diluir cacau em pó em água.

Podemos observar que, embora se destaque o sentido de desvendar nesse enunciado, nota-se que surge uma particularidade em relação a esse sentido. Nos exemplos anteriores, desvendar se mostrava como uma forma de realizar uma atividade, no entanto, nesse caso, trata-se de uma forma nova e única. Esta não é uma forma entre outras, ou mais uma opção, mas a primeira.

Em relação à estrutura argumental e o funcionamento do verbo descobrir, nesse caso, é muito semelhante ao anterior. Novamente, o A1 pede um ser animado capaz de realizar atividades de diferentes formas. Enquanto o A2 pode ser um pouco ampliado, já que não se restringe apenas a uma atividade mecânica, visto que encontrar uma forma diferente de fazer algo pode ir além disso, como no enunciado (9), em que o sujeito está tentando encontrar uma estratégia para se afastar de alguém.

Um outro uso do verbo descobrir muito comum, é utilizado nas sequências seguintes:

12. Bom, o sentimento é mútuo, senhor Grey, e quero descobrir qual é o seu segredo. (*Cinquenta tons de cinza*)

13. Estava cansada de dirigir duas horas para explicar a história da minha vida para um novo médico que não conseguia descobrir o que eu tinha. (*As nove vidas de Dewey*)

Descobrir um segredo remete, normalmente, a desvendar informações que alguém mantém para si próprio. O enunciado (12) traz essa ideia de querer desvendar aquilo que está inacessível, pois é exatamente essa ideia que surge com a unidade *segredo*. Da mesma forma, acontece no enunciado (13), pois há uma busca para desvendar a doença de uma determinada pessoa.

Nem sempre que surge o sentido de desvendar há um elemento desencadeador, como podemos observar nos enunciados acima. Mas podemos dizer que se trata de um processo que ocorre à medida que se descobre informações, muito embora se possa descobrir um segredo de forma imediata, presenciando uma situação ou por uma terceira pessoa, por exemplo.

O *desvendar* que se desenvolve nesses enunciados a partir de descobrir se revela com base em algo primordial, há sempre uma informação da qual não se tem acesso, portanto, só resta desvendá-la. Evidentemente que a unidade *segredo* destaca de forma enfática esse sentido, mas esse sentido também pode se revelar com outras unidades, contanto que seja algo que se mantenha restrito a alguém ou que não é possível descobrir de forma imediata, como uma doença, por exemplo.

Os argumentos selecionados nesse sentido também apresentam características específicas. Dessa forma, o A1 se mantém como nos enunciados anteriores, de modo que deve ser um ser animado. Já o A2 deve se caracterizar como uma informação restrita para que descobrir se configure como desvendar.

Podemos, portanto, concluir que em todos os complementos em que o verbo é desvendar há uma característica comum em relação a esse complemento, fazendo com que se mantenha o sentido. Isso mostra que descobrir, enquanto *desvendar*, mobiliza elementos específicos para o seu contexto. Independente de o complemento ser *como encaixar blocos*, *o segredo*, ou qualquer que seja, permanece a ideia de *um problema que precisa ser solucionado*, seja fazendo algo de forma diferente ou apenas desvendando uma informação secreta.

Devido a uma grande possibilidade de sentidos em relação a descobrir, os sentidos não se restringem a configurações específicas, assim, também temos situações em que surge a ideia de percepção. Logo, podemos observar nos enunciados que se seguem que substituímos facilmente descobrir por perceber.

14. No canto do fundo vejo um banco acolchoado de couro de cor vermelha, e junto à parede, uma estante de madeira onde parecia guardar tacos de bilhar, mas um observador atento descobriria que continha varas de diversos tamanhos e grossura. (*Cinquenta tons de cinza*)

Notemos que no enunciado (14) há todo um processo de observação do ambiente e seus detalhes minuciosos. O próprio enunciado aponta como elemento desencadeador a observação quando afirma que um observador atento descobriria os vários tipos de vara. O contexto observador evoca a percepção. A eliminação desse contexto altera o sentido, como em (14a) em que descobriu assume o sentido de achou, encontrou.

Podemos, no entanto, alterar a sequência e dizer:

14a. Ele descobriu varas de vários tamanhos

14b. Ele descobriu que as varas eram de vários tamanhos.

Nesse caso, surgem dois sentidos distintos, encontrar/achar em (14a), e saber/tomar conhecimento em (14b). Pensemos em uma situação em que alguém informa a X que as são de vários tamanhos. Em (14b) a alteração é provocada pela sintaxe, o argumento complemento de descobrir é oracional, em (14a) a diferença é de natureza lexical, provocada pela retirada de um elemento de uma ocorrência lexical que evoca a percepção, o termo observador.

Em (14b), descobrir pode também efetivar o sentido de ver, perceber. Pensemos em uma situação em que X vai buscar as varas que encomendou de um dado tamanho e ao recebê-las, examinando as mesmas, vê/percebe que elas são de tamanhos variados.

15. Ele se arrastava pela rotina, um dia após o outro, até se **descobrir** com trinta anos, os anos 1970 esfriando, e que estava que estava quase no mesmo lugar de doze anos atrás. (*As nove vidas de Dewey*)

No enunciado (15), não há mais um objeto materializado. Temos uma situação que, da mesma forma que os objetos da sequência anterior, está presente e disponível, porém não foi percebida. As coisas acontecem ao longo dos anos, porém, a rotina, os afazeres do dia a dia impediram que o indivíduo percebesse o tempo passar.

De fato, nessa situação de percepção, não há um objeto ou uma informação escondida, como no caso de desvendar, eles estão lá o tempo todo à disposição, mas necessita de uma observação mais criteriosa para que sejam assimilados. É interessante avaliar que o perceber é um processo totalmente individual, uma vez que é vital passar pela observação, mas também pela reflexão em alguns casos, de modo que em um determinado momento aquela informação

é assimilada e o sujeito finalmente se dá conta da situação. Isso acontece claramente no enunciado (15) na expressão *se descobrir*, tratando-se, então, de uma pessoa com trinta anos que não se deu conta da passagem do tempo, não percebeu que dava importância a diversas atividades corriqueiras, mas não a si próprio.

O *descobrir-se*, nesse enunciado, passa principalmente por esse processo analítico de se observar e refletir sobre o que aconteceu consigo próprio, de modo que toda a ação é voltada para o próprio sujeito, ou seja interno. Somente com base nessa reflexão o sujeito pode chegar a uma conclusão. Sendo assim, tudo depende de um desencadeador interno que diz respeito somente ao sujeito, uma vez que é fruto de uma reflexão.

Apesar da singularidade apresentada pela forma reflexiva, é possível encontrarmos um outro sentido em, *ele se descobriu por estar com as roupas manchadas de sangue*. Essa é uma forma de uso bastante recorrente na linguagem corrente e pode ser facilmente substituída por *entregar-se*, isto é, revelar inconscientemente por um detalhe ou até mesmo por uma fala indesejada aquilo que queria esconder.

16. Nessa mesma época, Yvonne descobriu a Bíblia. (*As nove vidas de Dewey*)

17. Após o transplante, Sofia descobre a digestão. (*Google*)

Nas duas sequências acima, podemos afirmar que se manifesta o sentido de conhecer em relação a descobrir. Destacando, entretanto, que conhecer não se refere somente a ver, mas tomar conhecimento, vivenciar.

Nos dois casos, podemos destacar que há um processo que se desenrola em um espaço de tempo não definido, mas que apenas é marcado como ponto de partida do processo. Em (17), temos o marcador temporal, *nessa mesma época*, que não é pontual e nem marca um período de tempo, apenas marca o início do processo. Por sua vez, o enunciado (18) traz o elemento desencadeador, *após o transplante*, que também funciona como um marcador temporal. É interessante notar que o tempo não determinado pode ser associado a esse caráter processual do verbo em questão. Muito diferente de cobrir/descobrir a cabeça em que o tempo não é em nada relevante, até por que é uma ação que se pratica pontualmente. Muito embora possamos dizer:

17a. Naquele dia, Yvonne descobriu a Bíblia através da leitura do salmo.

Nesse caso, referindo-se ao momento em que uma simples leitura desperta em X o interesse pelo conteúdo da Bíblia. Desse modo, conhecer se refere à primeira experiência vivenciada pelo leitor que mesmo ainda sendo superficial, pode caracterizar um processo de conhecimento inicial.

17b. Naquele dia, descobriu a Bíblia no armário

Com essa forma, não há mais compatibilidade entre descobrir e conhecer, assim, o sinônimo adequado para substituir descobrir, nesse caso, seria encontrar. Notemos que ao alterarmos o contexto, o sentido também se modificou. O elemento *armário*, por se tratar de um móvel que serve para guardar objetos e estar em uma relação de localização em relação a *bíblia*, permite que o sentido de descobrir seja encontrar.

Ainda podemos destacar que os elementos *Bíblia* e *digestão* são completamente diferentes, ainda assim, ambos passam por um processo de serem descobertos (conhecidos). Por um lado, a Bíblia é um objeto e, portanto, seu processo de conhecimento é diferente. No entanto, esse objeto é um livro que contém mensagens que podem ser muito relevantes, de modo que para conhecê-lo, é necessária uma leitura atenciosa e regular. Isso passa pela percepção visual, mas também pela reflexão. Por outro lado, a digestão não é algo que se possa ver, mas que pode ser sentido, experimentado sensorialmente a partir das reações que são provocadas no corpo todo desde que se ingere um alimento. Conhecer é, pois, desencadeado pela leitura regular, aos poucos, em (17), e pela própria experimentação em (18).

Embora *descobrir a Bíblia* possa levar a outras interpretações de sentido, e veremos isso adiante, nesse enunciado há elementos que restringem esse sentido a *conhecer*. Além disso, estamos cientes de que temos um contexto que nos direciona nesse caso. Temos também que observar que os argumentos convocados pelo verbo contribuem de forma significativa para que se manifeste um sentido em detrimento de outro. Nesse caso, o A1 vai manter a característica de ser um ser animado, mais especificamente ser humano, uma vez que conhecer exige tal nível de cognição presente apenas em humanos. O A2, por sua vez, pode variar desde objetos a mecanismos ou até mesmo sensações.

Pudemos observar que o verbo descobrir ocorre em diversos contextos engendrando, assim, diversos sentidos e diversas estruturas argumentais. Desse modo, vamos explorar formas mais específicas de variação com o verbo descobrir nos tópicos a seguir.

3.2 A relação interativa entre *descobrir* e seus cotextos

As unidades lexicais de um enunciado estão envolvidas em um jogo de interações, de modo que o sentido pode ser influenciado por alguns fatores. Essa heterogeneidade na variação cotextual é vista em três âmbitos diferentes, conforme De Vogüé e Paillard (1997, p. 43), assim o valor de uma unidade será alterado em função de:

- a) O material lexical que a acompanha;
- b) A construção na qual ela está inserida;
- c) Mas também de forma independente do cotexto imediato.

3.2.1 A variação lexical em *descobrir*

Há uma gama de possibilidades no âmbito lexical nas construções com o verbo *descobrir*. Além disso, sua estrutura argumental é diversificada e permite muitas associações, de modo que também influenciaram no sentido do verbo em questão.

A variação lexical é aquela em que o valor é alterado com base na escolha lexical, como podemos observar em:

- a) *Descobrir a cabeça*
- b) *Descobrir um gato*
- c) *Descobrir o segredo*
- d) *Descobrir a digestão*

As unidades *cabeça*, *gato*, *segredo* e *digestão*, remetem, imediatamente, a um sentido específico quando associadas ao verbo. Desse modo, encontraremos sinônimos locais para *descobrir* somente considerando o material lexical com o qual o verbo está ligado.

Assim, podemos dizer que, em cada uma dessas sequências, teremos substitutos diferentes para *descobrir*. Em (a), *descobrir a cabeça* diz respeito à ação de retirar o que está por cima de forma a colocar a cabeça à mostra ou desprotegida. A unidade *cabeça*, devido ao seu caráter concreto, pode perfeitamente aceitar um objeto que cumpra a função de cobri-la, como um chapéu, ou um lenço, havendo, portanto, uma compatibilidade com o substituto sinonímico, retirar a cobertura.

Por sua vez, *descobrir o gato* leva a outra interpretação que se refere a encontrar um gato em determinado lugar. Embora *gato* também apresente um caráter concreto, é bem

menos usual cobri-lo com a finalidade de mantê-lo escondido ou aquecido, por exemplo. Além disso, ainda podemos destacar que é da própria característica do gato entrar em lugares mais escondidos para dormir, podendo, então, ser mais facilmente associado à ideia de ser encontrado.

Na sequência seguinte, *descobrir o segredo*, surge claramente o substituto sinonímico *desvendar*. Devemos levar em consideração que *segredo* implica não em um elemento de caráter material, mas remete a algo mais abstrato, visto que se refere a uma informação que é mantida sob o domínio de uma pessoa ou de um grupo impedindo seu acesso aos outros. Portanto, a questão está diretamente ligada ao interesse de alguém trazer essa informação à tona.

Finalmente, em (e), *descobrir a digestão*, traz como substituto conhecer. A unidade lexical *digestão* se refere a um processo que, embora não vejamos acontecer, pode ser sentido, de modo que o ser humano com base em sua própria percepção possa senti-lo, vivenciá-lo. Lógico que este é um sentido bastante específico, uma vez que todas as pessoas normais conheçam e vivenciem a digestão, embora, muitas vezes, não se deem conta disso. A especificidade, a que nos referimos aqui, diz respeito a casos muito específicos de saúde em que as pessoas têm seu processo de digestão prejudicado e somente quando se curam passam a vivenciar isso. Porém, essa vivência é diferente, visto que é algo novo que vai ser percebido com os olhos de quem vive uma nova fase.

Como podemos perceber, a unidade lexical que acompanha o verbo faz com que este assumam sentidos que se adequem a sua característica. Portanto, *descobrir a digestão* não pode se referir a retirar o que impossibilita que a vejamos, ou seja abrir o abdômen para poder observá-la diretamente. Por outro lado, *descobrir o gato*, como já afirmamos anteriormente, pode ser associado tanto a retirar algo que encobre como ao fato de o gato ser encontrado escondido em algum lugar, sendo as duas formas possíveis.

As sequências mostram que este tipo de interação é mais restrito, pois depende das características de uma unidade sozinha afetar a outra de modo a alterar seu sentido. No entanto, quando observamos as outras interações, observamos que elas podem influenciar de forma mais ampla a unidade descobrir.

3.2.2 A variação sintática de *descobrir*

Apesar da polissemia se mostrar muito forte no verbo descobrir, isso não implica em desordem ou em falta de parâmetros na estruturação dos enunciados. Claramente, algumas

formas se manifestam mais ligadas a um sentido e outras se mostram mais livres, apresentando possibilidades variadas de contexto.

Além da polissemia apresentada por *descobrir*, há também uma gama de estruturas sintáticas que permitem que seu sentido possa ser reconstruído de diferentes formas. Assim, muitas vezes, há uma estrutura que leva a um único sentido e outras que podem levar a vários.

Uma forma que se repete é *descobrir que*, e, embora apareça, fazendo parte da construção de vários sentidos, sobressaiu-se das demais quando remete a saber, *tomar conhecimento* e *perceber*. A maioria das sequências selecionadas que apresenta essa estrutura se refere a esses dois sentidos específicos, como em:

- a) Pior ainda, depois de anos tentando, descobriu que nunca poderia ter filhos.
- b) Quase sem gasolina, Callahan havia parado num posto no subúrbio de Monroeville e descobrira que as bombas estavam secas.

No entanto, surgiram dois enunciados em que *descobrir* se identifica localmente com *tomar conhecimento* e *encontrar*. Nesses casos, vemos que a estrutura, *descobrir que*, que leva à construção de um complemento oracional, dá lugar a uma oração com um complemento simples.

- c) Ou, como descobriram depois, um grupo de turistas mortos-vivos. (*A passagem*)
- d) Ninguém podia descobrir a poça de vômito no chão. (*A passagem*)

Quando *descobrir* é reconstruído como identificar, são agenciadas várias estruturas, como: *descobrir o que / por que / de que / se / de onde / em que*". Como esse caso não apresentou uma regularidade na sua estrutura, vamos mostrar abaixo as sequências com tais estruturas.

- a) Exército tentou usar um equipamento especial para *descobrir de onde* vinham os tiros de morteiro, e nós escolhemos o edifício porque era perto da área que eles identificaram. (SNIPER AMERICANO)
- b) Para entendê-lo, era preciso *descobrir do que* era feita aquela poeira. (A PASSAGEM)
- c) Mesmo sabendo que as partes grifadas eram provavelmente as mais importantes, eu queria *descobrir se* aquele poema era um bilhete suicida. Mas não conseguia entender nada. (CIDADES DE PAPEL)

d) Margo e eu estávamos ouvindo rádio, tentando *descobrir em que* estação tinha tocado “Stars Fell on Alabama”, mas então ela desligou: (CIDADES DE PAPEL)

Uma outra estrutura bastante singular é aquela com a forma reflexiva, *descobrir-se*, e esta refere-se diretamente a perceber, tomar consciência de algo que é relativo ao próprio sujeito.

Há também uma estrutura peculiar que remete ao sentido de encontrar uma forma. Nesse caso, *descobrir como* é bastante marcado e específico, não possibilitando dúvidas. Além disso, quando se trata de *encontrar uma forma*, são encontradas expressões do tipo, *descobrir um jeito*, *descobrir uma forma* e *descobrir uma maneira* que deixam claro seu substituto sinonímico. No item 3.1, fizemos uma análise mais detalhada desse tipo de ocorrência e apresentamos que descobrir uma forma pode ser bastante diversificado em relação ao seu funcionamento, levando a pequenas variações de sentido.

A última e mais recorrente de todas as estruturas, mas, que também pode ocorrer com os mais variados sentidos, é o caso das formas em que temos complementos nominais acompanhados apenas dos artigos *o(s) / a(s) / um(ns) / uma(s)*.

Desse modo, podemos resumir as estruturas geradas com o verbo descobrir em:

- a) Descobrir que;
- b) Descobrir por que, de que, se, em que, de onde;
- c) Descobrir como;
- d) Descobrir-se;
- e) Descobrir o(s), a(s), um(ns), uma(s).

Embora em muitos casos a estrutura sintática seja muito importante com alguns verbos e marque diferenças consideráveis entre uma estrutura e outra, no caso do verbo descobrir, isso não se confirma. Como observamos, as estruturas não levam a sentidos específicos e não podem ser decisivas em relação a isso. Resta-nos, então, analisar a variação interna do verbo descobrir.

3.2.3 A variação interna em descobrir

A variação interna é aquela que vai ocorrer quando o contexto é o mesmo, porém há possibilidades diferentes de interpretação. Esse fenômeno ocorre em algumas construções com descobrir.

1. descobriu a sepultura
2. descobrir a nudez
3. descobriu a cabeça

Quando dizemos, *descobriu a sepultura*, por exemplo, podemos ter duas interpretações: alguém retirou a terra ou a tampa que cobre a sepultura, ou encontrou o lugar exato da sepultura, o que vai efetivar sentidos diferentes é o contexto. Em contrapartida, nos enunciados abaixo, o sentido é efetivado pelo contexto.

- 1a. arqueólogo descobre sepultura de “vampiro” da idade média (*google*)
- 1b. descobriu a sepultura a fim de confirmar o roubo (*exemplo nosso*).

O termo *sepultura*, com o qual o verbo interage, tem uma propriedade semântica de elemento concreto, possibilitando que *descobrir* possa ser associado a esses dois sentidos que foram construídos nos enunciados. Assim, a expressão linguística, *X descobrir sepultura*, pode efetivar dois sentidos em função da situação contextual. Mas, em 1a e 1b, o contexto nos leva a duas situações contextuais diferentes.

Em 1a, contextualizamos que há um arqueólogo que faz suas escavações, pois é parte de seu ofício, e encontra algo que pode ser o que ele procurava ou não. Desse modo, descobrir implica em encontrar, esbarrar-se no objeto em questão.

Em contrapartida, no enunciado 1b, um indivíduo suspeita que restos de seus entes estão sendo roubados do cemitério, então, vai ele próprio verificar e, neste caso, retira a terra que cobre a sepultura para confirmar ou refutar suas suspeitas.

Fato curioso é que, em ambas as sequências, há um mesmo trabalho de retirada de algo que está impedindo o acesso, porém, em 1a a ação é realizada para que haja acesso a um objeto que nem se sabe onde está, enquanto em 1b, a ação é realizada apenas para que se consiga visualizar um determinado objeto e não para encontrá-lo.

Descobrir a nudez, por seu turno, leva a caminhos diferentes, embora apenas esse enunciado remeta também a duas possibilidades, retirar algo que impeça a visão da genitália ou visualizar a nudez de um terceiro. Mas, encontramos enunciados que assumem sentidos não vistos antes em nenhuma das sequências de nosso *corpus* e nem mesmo nos dicionários. Apesar de ser um sentido não usual e provavelmente único por se tratar de uma linguagem mais antiga, é interessante observar. Temos, então, o enunciado apresentado em levíticos

20:17(RA), última parte, *descobriu a nudez de sua irmã; levará sobre si a sua iniquidade*. Assim, *descobrir a nudez* não se refere somente a ver as partes íntimas, mas a manter relações sexuais incestuosas. No começo do verso diz o seguinte: “se um homem tomar a sua irmã, filha de seu pai ou filha de sua mãe, e vir a nudez dela, e ela vir a dele, torpeza é”. Além dessa parte inicial do verso, há outros versos do mesmo capítulo que se referem ao mesmo tema, de forma que nos leva a aceitar esse sentido como válido.

Embora possamos compreender que *descobrir a nudez* pode dizer respeito a ver outra pessoa nua ou retirar aquilo que cobre essa nudez, pode ser um enunciado problemático nos dias atuais. Dessa forma, se dissermos, *puxou os lençóis para descobrir sua nudez*, será compreendido, o único problema é que não parece muito usual atualmente, remetendo a uma linguagem mais arcaica. Isso nos leva a entender que a sequência não revela uma variação interna, não permitindo, portanto, diferentes interpretações.

Se pegarmos o exemplo (3), *descobriu a cabeça*, notamos que vai acontecer o mesmo que aconteceu com o exemplo (1), pois, a sequência leva a duas interpretações. Assim, podemos pensar em encontrar uma cabeça em determinado lugar, mas também em retirar uma cobertura da cabeça.

Nesses casos, destaca-se aquilo que é chamado, por De Vogüé e Paillard (1997), de variação interna. Nesses enunciados, o contexto sozinho não é capaz de definir o sentido, permitindo a interpretação de dois sentidos que apenas serão efetivados apenas com base no contexto.

Observando, portanto, as possíveis variações da unidade descobrir, podemos definir uma possível forma esquemática para tal unidade de forma a sistematizar a sua variância.

4 A representação de descobrir nos termos da forma esquemática

Temos, então, vários valores relativos a descobrir que não estão diretamente ligados à noção cobrir e que são engendrados pelas variações cotextuais. Tendo como referência tais variações, podemos definir que:

Descobrir predica a existência de X que ao estabelecer relação com Y provoca neste uma passagem de um interior para um exterior, relação esta que pode ter um desencadeador interno ou externo.

Evidenciou-se ao longo das análises que o verbo descobrir privilegia valores abstratos que estão associados a diversas noções. Tais valores estão ligados às diferentes formas de interação que a ocorrência verbal estabelece com os demais elementos do enunciado. Por exemplo, quando um sintagma oracional é acionado através da unidade *que*, em *descobrir que*, são engendradas duas possibilidades de sinônimos locais, *tomar conhecimento* e *perceber*. Com estas noções específicas, há sempre um desencadeador externo, que não necessariamente aparece no enunciado. A exceção para a presença desse desencadeador é somente quando o verbo descobrir se refere a sentimentos ou sensações relativos ao próprio sujeito.

Em um enunciado como, *descobriu que nunca poderia ter filhos*, nota-se um evento desencadeador D (que não aparece no enunciado, mas é essencial para o sentido evocado) que faz com que X traga um elemento Y à tona, saindo de um interior para um exterior, neste caso a informação de que não poderia ter filhos. X descobriu Y desencadeado por Z (não informado na oração).

O elemento X revelou-se constante nos enunciados, visto que *descobrir* exige a presença de agentivos que ocupem essa posição, neste caso, seres animados. Tal restrição se deve ao fato de as noções evocadas por descobrir nos enunciados exigirem um certo grau de cognição para os ocupantes desse lugar.

Logo, a cognição privilegiada por X é devida ao tipo de elemento com o qual ele se relaciona e que representa o papel de Y. Neste caso, temos informações, objetos, sentimentos, sensações, dentre outros, que fazem o papel de Y e que serão percebidos, conhecidos, identificados, encontrados, etc.. Desse modo, notamos que a atualização da relação entre X e Y define o sentido de descobrir. A cada mudança de Y, seja por seu caráter lexical ou sintático, descobrir assume um outro valor.

O desencadeador D, por sua vez, é exterior a X e não necessariamente aparece nos enunciados. No entanto, quando isso não ocorre, ele é facilmente contextualizado. Contudo, como já mencionado, em termos sintáticos, há uma estrutura que privilegia o elemento D interno, uma vez que remete à subjetividade. Neste caso, destacamos descobrir-se, já que se trata de uma forma reflexiva, sendo assim Y relativo ao próprio X.

5 Síntese conclusiva

Como resultado das nossas análises, percebemos que o acréscimo do prefixo *des-* não resulta diretamente em oposição ou negação ao verbo simples. Quando o prefixo se une à base

verbal formando o verbo descobrir, este assume também outros sentidos que vão ser ditados por fatores que não se limitam somente à presença de um prefixo.

Mesmo o verbo cobrir aceitando o prefixo *des-*, isso não acontece em todos os enunciados, pois há elementos que podem impedir seu uso. As ocorrências apontam para uma noção específica que o aceita. Na presença da noção de descobrir como uma atividade mecânica que envolve elementos de caráter material, como *cobrir a panela*, *cobrir a cabeça*, referindo-se a colocar um elemento sobre outro com a finalidade de cobrir ou escondê-lo, o prefixo *des-* incorpora-se, sem impedimentos, ao enunciado. No entanto, se um instrumento, como *tampa* ou *lenço*, integra-se ao enunciado, impossibilita, conseqüentemente, a presença de tal prefixo.

Quanto mais nos distanciamos daquela noção de cobrir que se refere à ação de encobrir ou esconder algo, mais improvável se torna a possibilidade de que a unidade *des-* se encaixe nos enunciados. Em exemplos como *cobrir de beijos*, *cobrir o percurso*, há uma total impossibilidade de se fazer uso da unidade *des-*.

Além disso, temos ocorrências de descobrir que não fazem o movimento inverso com a retirada da unidade *des-*. Nesses casos, ocorre uma diferenciação e as ocorrências se afastam daquela noção apresentada inicialmente, de modo que teremos substitutos sinonímicos bastante diferenciados para o verbo *descobrir*. Nesse grupo, surgiram sentidos como *encontrar*, *perceber*, *tomar conhecimento*, *identificar*, *desvendar* e *conhecer*.

Em relação aos sentidos encontrados nos enunciados analisados, podemos destacar que descobrir fazendo oposição a cobrir não foi encontrado no *corpus* coletado. Portanto, tudo que foi analisado em relação a esse grupo, ficou restrito à primeira parte das análises quando o foco era apenas o verbo cobrir. No entanto, pudemos observar que há uma tendência em relação a *descobrir* como *encontrar* nesse contexto. Observamos que sempre que descobrir aparece fazendo essa oposição, há a possibilidade de assumir também o sentido de *encontrar*. Assim, *descobrir a panela* pode ser tanto a ação de retirar a tampa quanto encontrar uma panela em algum lugar.

É interessante ressaltar que *encontrar* pode ser resultante de uma busca ou ocasional, pois a meta não necessariamente existia. Nesse caso, a busca é que desencadeia o encontrar, porém, isso pode acontecer sem que tenha sido premeditado. Da mesma forma, cobrir pode ser uma ação intencional ou não, muito embora, nesse caso, é mais provável que o seja.

Essa aproximação no que se refere ao sentido, também pode ser vista no que diz respeito à estrutura argumental. Nos dois casos, temos estruturas com elementos semelhantes, um agentivo na posição de A1, que executa a ação e um elemento, como A2, que

normalmente se trata de um objeto ou algo que possa ser encontrado ou coberto, marcando, assim, um caráter mais material a esse complemento do verbo. Desse modo, os elementos que podem ser cobertos e descobertos também podem ser encontrados.

Entretanto, na maioria das vezes em que temos o verbo descobrir, seu sentido não se restringe a estar ligado a elementos de caráter material. Perceber é um sentido engendrado que pode se referir a objetos, situações ou sentimentos. Além disso, pode evocar diversas formas de percepção, sendo a percepção visual e sensorial para elementos mais materiais, ou auditiva para os sons, por exemplo. Mas também, ao que chamaremos de percepção psicológica por estar relacionado à passagem de tempo ou a sentimentos do próprio ser humano.

É interessante notar que a unidade descobrir quando assume o sentido de *perceber* apresenta uma estrutura muito peculiar, *descobrir que*, envolvendo, portanto, a questão sintática do enunciado. Todavia, perceber não se restringe a essa estrutura, ocorrendo também com destaque para a forma reflexiva, *descobrir-se*. Perceber, de uma forma geral, exige que o A1 seja um ser animado, agentivo, visto se tratar de uma atividade que também necessita de um certo grau de cognição. Enquanto o A2 pode ser mais variável, apresentando situações, passagens de tempo, particularidades de um ambiente, ou detalhes de um objeto. No caso de *descobrir-se*, há uma limitação em relação ao tipo de argumento a ser utilizado. Assim, o A1 somente permite que um ser humano ocupe essa posição. Por outro lado, o A2 deve ser características físicas ou psicológicas relacionadas a esse ser.

Descobrir também pode ser substituído por *tomar conhecimento* quando o verbo se refere a um fato ou uma informação. Nesse caso, há uma ocorrência muito grande de complemento oracional que privilegia a estrutura *descobrir que*, aquela que se repete também nos casos em que descobrir pode ser substituído por perceber. Assim, sempre que surge o complemento oracional, *descobrir que*, o sentido de descobrir se restringe a esses dois substitutos citados acima. Embora haja uma proximidade entre os dois substitutos sinonímicos, notamos que há uma diferença entre ambos, pois no sentido de *perceber* o sujeito se dá conta de algo que já existia ou acontecia, enquanto que, em *tomar conhecimento*, ele apenas vai ficar sabendo, ou por que foi informado ou por que presenciou o fato ocorrido. Desse modo, entendemos que *tomar conhecimento* exige um desencadeador externo, enquanto *perceber* pressupõe um desencadeador interno, visto que o sujeito apenas se dá conta do ocorrido.

Identificar também é um substituto para descobrir encontrado nos enunciados analisados. Este é um caso em que há uma ligação muito forte com a percepção. Para identificar algo há a necessidade de um elemento que pode ser externo (como um aparelho

utilizado para identificar como no exemplo 5 ou interno, nesse caso, as percepções do corpo humano como a visual, auditiva e sensorial, por exemplo.

Somos levados, portanto, a concluir que o argumento A1 convocado pelo verbo pode ser qualquer ser animado, já que a capacidade de identificar algo não se restringe somente a seres humanos. Cachorros, por exemplo, podem ser bem melhores que os seres humanos em identificar cheiros, podendo ocupar esse lugar. Já o A2 está localizado em relação ao A1, dependendo, portanto, de quem ocupa essa posição, pois há coisas que são restritas à capacidade do ser humano, enquanto outras também podem ser realizadas por animais, dependendo de cada caso.

O substituto sinonímico *desvendar* é aquele que mais se mostrou complexo em seu funcionamento. Notamos que em alguns casos, nos quais *desvendar* surge como substituto para *descobrir*, há uma relação de consequência com *aprender*. Nesse grupo, prevalece o que chamaremos de expressão, *descobrir como*, que se refere a encontrar uma forma de realizar uma atividade que, conseqüentemente, será aprendida. Também surgem enunciados em que *descobrir como* quer dizer encontrar uma forma diferente de realizar uma atividade ou até mesmo de agir. Ainda temos uma terceira opção na qual *descobrir como* engendra o sentido de encontrar não só uma forma, mas a primeira forma de todas, ou seja, inventar uma forma de realizar algo. Porém, *desvendar* não se limita às formas *descobrir como*, pois, pode também ocorrer apenas seguido de um complemento, como *descobrir o segredo* que diz respeito a *desvendar* um mistério.

O último e não menos importante substituto sinonímico é *conhecer*. Este se refere ao processo de *conhecer* como uma forma de vivenciar uma sensação ou um conhecimento. Essa experiência pode se tratar de um primeiro contato ou até mesmo de algo que foi vivenciado durante muito tempo, devido à dedicação sobre aquilo que se pretende *conhecer*. É o tipo de experiência que requer um sujeito animado para ocupar o lugar do A1, enquanto o A2 pode ser ocupado por diversas coisas que vão desde objetos até sensações ou sentimentos.

Em todos esses sentidos reconstruídos por *descobrir*, percebemos que, de fato, esta unidade sofreu variações diversas. Uma delas, a variação lexical, mostrou como foram reconstruídos sentidos somente mudando seu complemento. Dessa forma, foi possível compreender que o verbo tem um efeito diferente sobre cada complemento. Além disso, foi importante observar esse critério, pois isso nos permitiu *descobrir* que tal verbo pode ser facilmente associado a diferentes grupos lexicais. Assim, podemos ter como complemento, pessoas, animais, objetos, sentimentos, sensações, informações e etc.

Temos também a questão sintática que interfere de forma muito incisiva sobre os sentidos. Embora isso não ocorra com todas as estruturas, há aquelas que são mais específicas a determinados sentidos. Desse modo, *descobrir que* é a forma que se destaca das demais por restringir-se a reconstruir apenas dois sentidos, *tomar conhecimento* e *perceber*. Todavia, nesse aspecto, o verbo descobrir também se mostra bastante diversificado e admite construções, transitivas, oracionais e reflexivas, sendo que as construções transitivas são as mais polissêmicas.

Ainda foi possível constatar a variação interna. Nesse caso, observamos que esse tipo de variação esclareceu em que situações é possível fazer a oposição entre cobrir e descobrir. No entanto, essa possibilidade é bastante restrita e segue regras específicas. No momento em que fugimos dessas regras o sentido é alterado e não há mais uma oposição como ficou claro nas sequências 1a e 3a do item 3.2.3. (*arqueólogo descobre sepultura de “vampiro” da idade média e ao abrir a mala descobriu uma cabeça*). Nestes dois casos, não se configura mais a ação de descobrir como a atividade de retirar um elemento que impede a visão ou o acesso de forma a colocar a *cabeça* e a *sepultura* à mostra, mas assume o sentido de encontrar. Ainda assim, não muda o fato de que essa oposição não mais existe, de modo que não é mais possível utilizar o verbo cobrir nessas sequências.

O mais interessante de se observar é que nos casos em que há a possibilidade de descobrir se opor a cobrir, surge uma variação interna que independe da variação cotextual. Isso ocorre exatamente nesses casos em que é marcada a oposição cobrir/descobrir. Pudemos, inclusive, perceber, então, que essas ocorrências são bastante restritas. Isso se comprova na composição do *corpus*, pois, de todas as sequências colhidas nos livros pesquisados, nenhuma se encaixava nesse grupo, destacando a oposição entre os dois verbos. Desse modo, o verbo descobrir não pode ser substituído por cobrir na maioria das ocorrências, mostrando claramente que não há uma relação de oposição.

Como resultado das análises realizadas, pudemos detectar que o verbo descobrir privilegia valores abstratos em detrimento dos concretos. Somente quando o sentido reconstruído é retirar o que encobre e encontrar temos valores mais concretos. Em todos os outros casos os valores são abstratos. E, nesses casos, em que os valores são concretos, percebemos que há uma relação muito próxima com o verbo cobrir (referindo-se ao sentido de encobrir ou esconder), como já foi explicado anteriormente. Assim, em relação a esse grupo específico temos argumentos administrados pelo verbo cobrir que se reconstrói no espaço do prefixo. Em contrapartida, nos valores abstratos, temos argumentos administrados pelo próprio prefixo *des-*.

Em relação ao contexto, destaca-se um ponto comum em relação ao A1. Essa posição é na sua grande maioria ocupada por um ser que possa assumir a função de agente, nesse caso, seres animados, humanos ou animais, com raríssimas exceções, quando temos fenômenos da natureza que não são agentes. Em contrapartida, os complementos, que ocupam a posição de A2, são mais diversificados e podem estar inseridos em classes lexicais diferentes como objetos, seres animados, sensações e etc. sendo estes que conferem ao verbo uma interpretação tanto temporal quanto espacial.

Embora haja uma grande diversidade de sentidos, ainda é possível perceber uma certa identificação, como se fosse um ponto em comum em relação aos contextos engendrados por cada enunciado. Mesmo que essas noções não remetam diretamente ao sentido de retirar aquilo que cobre ou esconde algo, elas dizem respeito, de modo geral, a trazer à tona informações ou objetos, não pela retirada de um elemento, mas pela busca ou através da percepção, por exemplo. Assim, podemos afirmar que algo sempre vem à tona ou de forma material ou de forma abstrata.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste estudo permitiu-nos visualizar de maneira mais clara alguns aspectos da TOPE, mas, principalmente, compreender como os sentidos são engendrados em um enunciado. Como resultado, percebemos como tudo está muito bem amarrado e integrado no interior dos enunciados, seguindo regras de funcionamento, de modo a permitir que o sentido se reconstrua em cada uso e em qualquer que seja o espaço ou o contexto.

O grande impulsionador deste trabalho foi pensar a construção de sentido quando se trata de unidades que, tradicionalmente, são vistas e analisadas como unidades estáveis, apresentando um sentido único, os prefixos. Embora houvesse a hipótese de que os sentidos continuariam a ser construídos levando em consideração os mesmos fatores de unidades não prefixadas, era necessário compreender o papel do prefixo nesses casos.

A questão que instigou tal estudo foi solucionada no que diz respeito ao aspecto do funcionamento da unidade prefixada *descobrir*. Para isto, a unidade *des-* foi observada em mais de cem ocorrências do verbo *descobrir* e destas foram selecionadas algumas para serem estudadas de forma mais criteriosa e detalhada. A partir de então, pudemos alcançar nossos objetivos mais específicos. Nos enunciados selecionados, vimos como o sentido de descobrir se constrói através do cotexto e do contexto, levando em consideração fatores lexicais, sintáticos e internos. Além disso, o papel do prefixo foi evidenciado dentro desse jogo de interações, de modo a esclarecer quais argumentos eram administrados pelo prefixo ou não. Assim, a variação de sentido da unidade *descobrir* ficou mais esclarecida e, conseqüentemente, sua identidade evidenciou-se.

Como refutamos a ideia de sentido preconcebido que as palavras trazem consigo independente de sua relação com as outras unidades que também integram o enunciado, não podemos considerar que somente os prefixos fugiriam a esta regra. Por este motivo, é inconcebível conceber os prefixos como portadores de uma significação própria que apenas alteram a unidade com a qual se associa. Embora compreendamos que estas unidades são provenientes de outras línguas, sendo usadas no processo de formação de novas palavras, ainda assim constatamos que o sentido construído em sua presença se dá da mesma forma que em outras unidades.

No capítulo dois, dedicamos um espaço para explanar diversas abordagens a respeito do prefixo. Pudemos, então, mostrar que tanto gramáticos tradicionais quanto linguistas consideram o prefixo como unidades dotadas de sentido que apenas alteram o sentido da unidade com a qual se relaciona.

Visto que discordamos dessa visão, buscamos analisar um verbo prefixado, de forma a compreender como o sentido desse verbo vai ser construído. Percebemos que a unidade descobrir não se restringe a fazer oposição com a unidade cobrir, já que há funcionamentos diferentes. Nos diversos enunciados analisados, comprovamos que o contexto foi responsável pela variação de sentido da unidade, de modo que essa variação lexical, sintática ou interna está diretamente ligada à relação predicativa na qual a unidade está inserida. Pudemos, assim, concluir que, de fato, o sentido é totalmente dinâmico e que a unidade *des-* não atribui somente um sentido negativo ou de oposição a cobrir.

Como resultado deste estudo, descrevemos uma unidade prefixada e, assim, entendemos de forma mais substancial o seu funcionamento. Desse modo, em primeiro lugar, compreendemos que a presença ou não do prefixo é determinada por vários fatores que não se restringem à significação do prefixo, mas estão ligados ao seu poder de administrar os argumentos que são evocados no enunciado. Visto isso, temos empregos diferentes e casos em que os argumentos são administrados pela base verbal e nestes a noção de cobrir se limita a uma forma mecânica de realizar a atividade de encobrir determinado elemento com um instrumento, na qual requer a ação de um agentivo. Nesses casos específicos, há a possibilidade de oposição entre cobrir e descobrir, bastando somente que os elementos constituintes de um enunciado que evocam essa oposição cumpram os requisitos necessários.

Por outro lado, em relação à unidade descobrir há outro funcionamento e, portanto, seus argumentos não são mais administrados pela base, mas pelo prefixo. Alguns sinônimos locais de descobrir como encontrar, identificar ou tomar conhecimento, por exemplo, não aceitam uma oposição com cobrir, muito embora, nestes casos haja uma atualização constante de seus parâmetros. Os argumentos, nessas construções, vão refletir as interações entre base e prefixo.

Embora as nossas questões em torno do assunto tenham sido respondidas, surgiu uma questão que, apesar de levar o assunto para outro campo de pesquisa, vale a pena levantá-la para reflexão do leitor. O que constatamos é que, na grande maioria dos casos analisados, a unidade *des-* não é mais reconhecida e nem ao menos pode ser retirada da palavra voltando à forma cobrir. Nesse caso, ao que parece a unidade descobrir perdeu a sua identidade de palavra prefixada e assumiu a identidade de uma unidade primitiva. Este questionamento demanda de um estudo mais aprofundado e em nenhum momento fez parte dos nossos objetivos ao realizar tal trabalho, mas acreditamos que é interessante destacá-lo, visto que pode levar a uma nova pesquisa sobre o tema.

Mesmo reconhecendo a necessidade de avançar cada vez mais, entendemos que, em

relação ao que nos propomos inicialmente, atingimos nossos objetivos e respondemos nossas questões, mesmo que, ao longo do caminho, tenha sido necessário fazer algumas mudanças e adaptações ao que já havia sido planejado. Ao longo dessa jornada de estudos, vivenciamos de perto as dificuldades de se estudar a atividade de linguagem, porém, certos de que tivemos êxito e poderemos, de alguma forma, contribuir para o avanço das análises linguísticas na perspectiva da TOPE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. S. **Gramática histórica da língua portuguesa**. 8 ed. ver e atual. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2001 {1931}.

ALVES, I. M. Derivação prefixal. In. **Gramática do português culto falado no Brasil: a construção morfológica da palavra**. São Paulo: Contexto, 2015. p. 17-56

AMIOT, D. Préfixes ou prépositions? Le cas de *sur(-)*, *sans(-)*, *contre(-)* et les autres. In. **La formations des mots: horizons actuels**. Lexique 16. Lille: Presses universitaires du septentrion, 2004. p. 67-84

BASÍLIO, M. Perspectiva histórica. In. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

_____ **Teorias lexicais**. 7ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37. Ed. ver. E ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BORBA, F. S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

CÂMARA Jr, J. M. Ampliação e renovação lexical. In. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2 ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1976. p. 211-227

_____ Constituintes do vocábulo mórfico. In. **Problemas de linguística descritiva**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1971. p. 47-52

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 4ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

De VOGUÉ, S. **Construction d'une valeur référentielle: entités, qualités, figures**. Travaux linguistiques du Cerlico 12. Presses universitaires de Rennes, 77-106, 1999.

_____ Invariance culiolienne. In. Antoine Culioli, un homme dans le langage. Colloque de Cerisy: Ophrys, 2006. p. 302-331

De VOGUÉ, S. FRANCKEL, J-J. PAILLARD, D. **linguagem e Enunciação**: Representação, referenciação e regulação. São Paulo: Contexto, 2011.

DE VOGUÉ, S., PAILLARD, D. (1997) : « **Identité lexicale et hétérogénéité de la variation co-textuelle**. Le cas de *suivre* », Table ronde, Université de Caen, 2-3 février 1996, in : *Co-texte et calcul du sens* (ed. C. Guimier), Presses Universitaires de Caen, pp. 41-62.

CULIOLI, A. A propos de la notion. In. La notion. Claude R. et Marie-Line GROUSSIÉ. Actes du colloque. Tenu à l'UFR d'études anglophones, Université Paris 7. Ophrys, 1996.

_____ **Variations sur la linguistique**: l'édition arc-en-ciel. Klincksieck: 2010.

_____ **Notes du séminaire de D.E.A. - 1983-1984.** Paris: Université de Paris VII. D.R.L., 1985. 270 p.

_____ **Pour une linguistique de l'énonciation.** Tome 1. Paris: Ophrys, 1990.

_____ **Pour une linguistique de l'énonciation.** Tome 3. Paris: Ophrys, 1999.

DUBOIS, J. *et al.* **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 2004.

FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina; MIOTO, Carlos. Considerações sobre a prefixação. *ReVEL*, vol.7, n. 12, 2009. [www.revel.inf.br].

FRANCKEL, J.-J. **Situation, contexte et valeur référentielle.** In. Textes, contextes, pratiques, n 129/130, 2006. p. 51-70

_____ « Sentir / sens », *Linx* [En ligne], 50 | 2004, mis en ligne le 27 janvier 2011, consulté le 14 octobre 2012. URL : <http://linx.revues.org/140> ; DOI : 10.4000/linx.140

FREITAS, H. R. de. A derivação. In: **Princípios de Morfologia.** Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1997.

HOUAISS, A. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Editora Objetivo, 2003.

LIMA, M. A. F. L. **O artigo no processo de construção referencial:** as operações de determinação e indeterminação. Tese de Doutorado. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara (SP), 1997.

LIMA, Rocha. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 49ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LOPES, M. C. R. **Processos enunciativos de variação semântica e identidade lexical:** a polissemia redimensionada - estudo dos verbos *jouer* e *changer*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000.

LUFT, C. P. **Novo manual de português, gramática, ortografia oficial, literatura, redação, textos e testes.** 5ed. São Paulo: Globo, 1999.

PAILLARD, D. **A propos des verbes prefixes.** Slovo 30-31, INALCO, Paris, 2004

_____ **Verbes préfixés et « intensité » en français et en russe.** Travaux de linguistique 2007/2 (n° 55), p. 133-149.

ROCHA, L. C. de A. Processo de formação de palavras. A derivação prefixal. In. **Estruturas morfológicas do português.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 151-166

VALENTIM, H. T. **Predicação de existência e operações enunciativas.** Lisboa: Edições Colibri, 1998.

REFERÊNCIAS ELETRÔNICAS

<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2015/04/apos-transplante-sofia-descobre-digestao-chora-de-medo-diz-mae.html> Acesso em: Julho de 2015

<http://oglobo.globo.com/sociedade/historia/arqueologo-descobre-sepultura-de-vampiro-da-idade-media-14233290> Acesso em: fevereiro de 2016 htvalentim@gmail.com